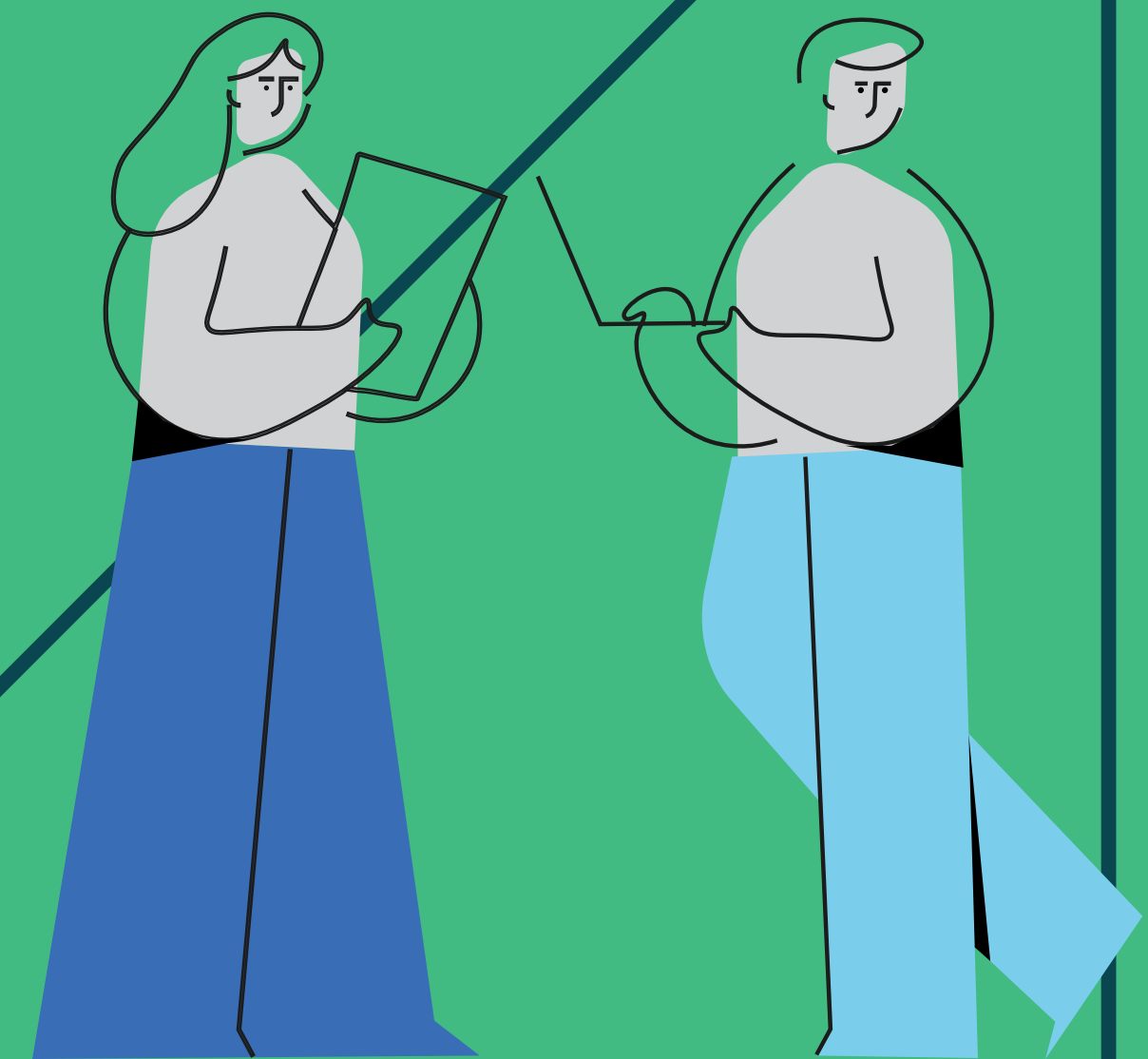
Planejamento que transforma

Seplag-MG

Um olhar para os resultados



ESTADO DE MINAS GERAIS

Planejamento que Transforma

Um olhar para os resultados da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag-MG) e a execução do Planejamento Estratégico (2025-2028)

Produzido em 2026

FICHA TÉCNICA

Governador do Estado de Minas Gerais
Mateus Simões de Almeida

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais
Silvia Caroline Listgarten Dias

Secretário-Adjunto de Planejamento e Gestão de Minas Gerais
Rodrigo Ferreira Matias

Chefe de Gabinete
Sarah Cristina de Sales Mourão

Controladora Setorial
Ana Carolina de Aguiar Vicente

Assessora-Chefe Jurídico-Administrativa
Maria Cristina Castro Diniz

Assessora-Chefe de Comunicação
Edilene Marília Viana Ferreira

Assessora-Chefe Estratégica
Mariana Procópio de Castro Lima

Assessor de Relações Institucionais e Sindicais
Caio Magno Lima Campos

Secretária Executiva do Comitê de Orçamento e Finanças e da Câmara de Coordenação da Ação Governamental
Camilli Barcelos Fernandes

Intendente da Cidade Administrativa
Marilene Bretas Campos

Núcleo de Operação e Logística
Josiane Vidal Vimieiro

Núcleo de Inovação e Gestão da Infraestrutura
Antônio Eduardo Viana Miranda

Subsecretário de Planejamento e Orçamento
Felipe Magno Parreiras de Sousa

Superintendente Central de Planejamento e Orçamento
Túlio de Souza Gonzaga

Superintendente Central de Parcerias com o Terceiro Setor
André Luiz Veloso Ferreira

Subsecretário de Logística e Patrimônio
Marcos Eduardo Silva Soares

Superintendente Central de Logística
Camila Lima Viana

Superintendente Central de Imóveis
Raphael Martinelli Nunes Barbosa Feliciano Sérgio

Subsecretária do Escritório Central de Inovação e Automatização
Ana Flávia de Castro Morais

Superintendente do Laboratório de Inovação em Governo – LAB.mg
Débora Silva de Miranda

Superintendente do Centro de Automatização e Inteligência Artificial – Automatiza.MG
Yan Vieira do Carmo

Superintendente do Núcleo de Desenvolvimento de Soluções em Inovação e Automatização
Giselle Camargos Volponi da Rocha

Subsecretária de Compras Públicas
Ana Luiza Camargo Hirle

Superintendente Central de Políticas de Compras
Michele Mie Rocha Kinoshita

Superintendente Central de Planejamento de Contratações
Myla Freire Machado Fernandes

Superintendente Central de Licitações e Contratações
Alisson Maurilio Rodrigues Santos

Superintendente Central de Atas e Contratos
Ananda Pettz Souza Ferreira Hostt

Subsecretária de Gestão Estratégica e Reparação
Gabriela Martins Durães Brandão

Superintendente Central de Gestão das Ações Estratégicas
Caroliny Aparecida Silva de Miranda

Superintendente Central de Reparação Pró-Brumadinho
Eduardo Lana Nascimento

Superintendente Central de Reparação do Rio Doce
Thaís Cristina Lopes de Araújo Vilas Boas

Subsecretário de Gestão de Pessoas
Caio Magno Lima Campos

Superintendente Central de Políticas de Recursos Humanos
Maria Aparecida Muniz Jorge

Superintendente Central de Administração de Pessoal
Mariana Márcia Custódio

Superintendente Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional
Alvimar José Tito

Subsecretário de Transformação Digital e Atendimento ao Cidadão
Lucas Vilas Boas Pacheco

Superintendente Central de Governança Eletrônica
Fabrício de Barros Salum

Superintendente Central de Atendimento ao Cidadão
Izabela França Rodrigues

Superintendente Central de Gestão de Sistemas Corporativos
Rodrigo Soares Vasconcelos Teixeira

Subsecretário de Gestão e Finanças
Rodrigo Guerra Furtado

Superintendente de Planejamento e Finanças
Raphael Sant'ana Neves Andrade Brito

Superintendente de Recursos Humanos
Paloma Pâmela Braga Guedes

Superintendente de Logística
Bruno Salles Trindade da Cunha

Sumário

Apresentação 7

A construção da estratégia institucional 8

Na prática: Objetivos estratégicos e seus avanços 13

Sociedade 13

Objetivo Estratégico 1 - Disponibilizar e viabilizar serviços de maneira simples, rápida e acessível à população em todo o estado 13

Objetivo Estratégico 2 - Promover a devida reparação às pessoas e regiões atingidas e compensação ao estado de Minas Gerais após desastres minerários, fortalecendo a articulação entre governos e instituições 23

Resultados 39

Objetivo Estratégico 3 - Promover o uso eficiente dos recursos disponíveis para execução de serviços e políticas públicas tempestivas e de qualidade 39

Objetivo Estratégico 4 - Promover a coordenação e o alinhamento das ações com foco na implementação da estratégia governamental 62

Objetivo Estratégico 5 - Transformar os serviços e políticas públicas por meio de uma cultura de inovação 68

Objetivo Estratégico 6 - Potencializar o desempenho dos servidores com foco em ações de engajamento, em parceria com os órgãos e as entidades 73

Processos internos 80

Objetivo Estratégico 7 - Simplificar os principais processos de cada unidade buscando facilitar as rotinas de trabalho dos parceiros 80

Objetivo Estratégico 8 - Promover uma comunicação institucional interna simples, abrangente e acessível 87

Objetivo Estratégico 9 - Disponibilizar soluções tecnológicas que aperfeiçoem os processos de trabalho e viabilizem a geração de informação de qualidade para a tomada de decisão 98

Objetivo Estratégico 10 - Promover a gestão da informação e do conhecimento para garantir a continuidade dos processos. 107

Objetivo Estratégico 11 - Desenvolver pessoas para conduzir os processos críticos de cada unidade garantindo a qualidade dos serviços 135

Objetivo Estratégico 12 - Aprimorar e uniformizar infraestrutura e recursos materiais das unidades da Seplag para proporcionar melhores condições de trabalho. 140



Cidade Administrativa de Minas Gerais

Gil Leonardi / Imprensa MG

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão consolidou, nos últimos anos, uma trajetória de entregas relevantes para a população de Minas Gerais. Resultantes da excelência dos gestores e servidores da secretaria e das diretrizes do Governo de Minas, esses avanços tiveram como diferencial o foco na transformação de instrumentos de planejamento em políticas públicas reais.

Lançado em 2024, o Planejamento Estratégico (2025-2028) da secretaria reflete e confirma esse modelo de atuação. Construído como uma resposta à necessidade de orientar a atuação institucional da pasta diante das mudanças promovidas pela reforma administrativa de 2023 e das novas atribuições da Seplag-MG, estabeleceu-se como um guia para a execução de programas e ações com efetivo impacto no Estado.

A elaboração do Planejamento Estratégico foi fruto de uma construção coletiva dos gestores e equipes da secretaria, conduzida pela Assessoria Estratégica (Aest), com apoio metodológico da Fundação João Pinheiro (FJP), e traduz na missão, visão, valores e objetivos estratégicos o propósito de proporcionar serviços públicos cada dia melhores para os mineiros.

Nesse relatório, trazemos um pouco desse trabalho colaborativo para a elaboração do plano e um recorte das entregas da Seplag-MG com base nos objetivos estratégicos definidos no seu Planejamento.

Dessa forma, esperamos demonstrar que planejar de forma coletiva, realista e com foco no interesse público é o caminho para o alcance de resultados concretos, que qualifiquem o serviço público e sejam alinhados com as necessidades e demandas dos cidadãos.

A CONSTRUÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

A elaboração do Planejamento Estratégico 2025-2028 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag-MG) foi conduzida pela Assessoria Estratégica (Aest), com apoio metodológico da Fundação João Pinheiro (FJP), em resposta à necessidade de orientar a atuação institucional diante das mudanças promovidas pela reforma administrativa de 2023 e das novas atribuições da Secretaria.

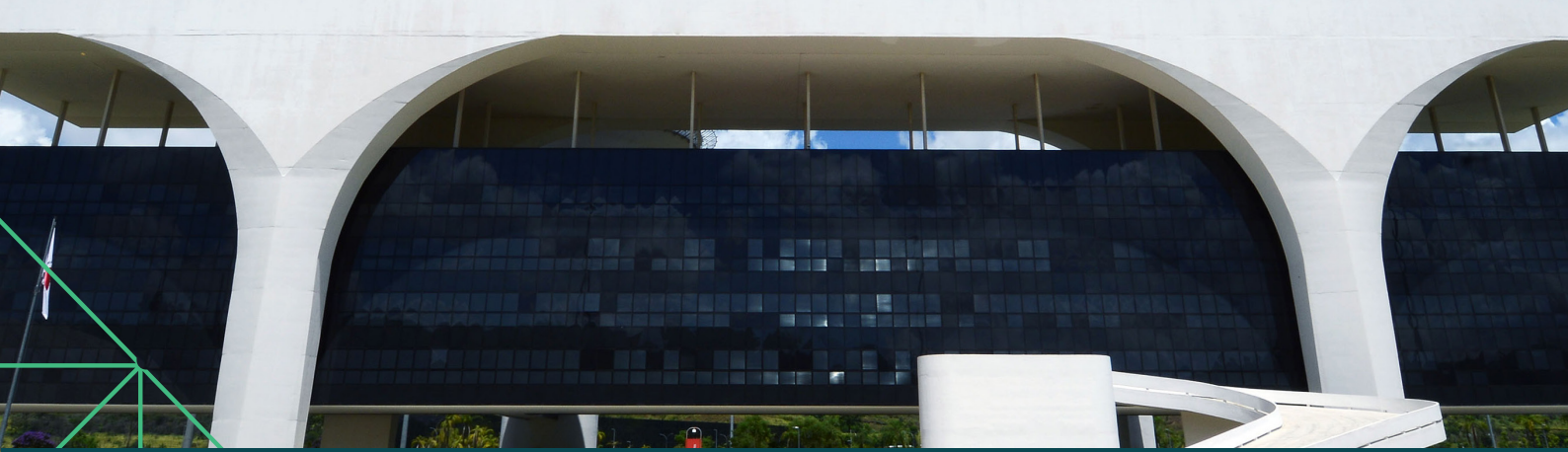
O processo foi desenvolvido entre junho de 2023 e março de 2024, ao longo de aproximadamente 50 encontros, por meio de uma metodologia participativa que envolveu servidores de diversas unidades da Seplag-MG.

A primeira etapa consistiu no diagnóstico institucional, realizado entre junho e setembro de 2023. Para compreender a realidade organizacional, foram realizadas 42 entrevistas semiestruturadas com gestores e dirigentes, análise de documentos institucionais e aplicação de um questionário eletrônico respondido por 449 colaboradores. A participação da Fundação João Pinheiro, como instituição externa, conferiu maior imparcialidade ao processo e permitiu captar informações estratégicas não formalmente registradas.

O diagnóstico identificou os principais pontos fortes, desafios e oportunidades de melhoria da Secretaria, fornecendo subsídios para a construção da estratégia institucional. Enquanto os gestores apresentaram uma percepção mais crítica da organização, os servidores que responderam ao questionário demonstraram uma visão mais positiva.

Entre os principais pontos fortes destacaram-se a transformação digital, a inovação, a coordenação e articulação governamental, a qualificação técnica das equipes e o clima organizacional. Em contrapartida, foram evidenciados desafios relacionados à gestão de pessoas, à limitação de recursos humanos e tecnológicos, à centralização de atividades, ao fortalecimento da imagem institucional e ao aprimoramento da comunicação interna e externa.

Gil Leonardi / Imprensa MG



Cidade Administrativa de Minas Gerais

Prioridades estratégicas

Esses resultados orientaram a definição das prioridades estratégicas da Seplag-MG, com foco no fortalecimento da gestão de pessoas, da inovação tecnológica, da comunicação institucional, do atendimento ao cidadão e da modernização dos serviços.

Com base nesse diagnóstico, foi realizada, entre novembro de 2023 e março de 2024, a etapa de formulação estratégica. Nesse período foram definidos a identidade organizacional, os objetivos estratégicos, os indicadores e as metas do Plano, sendo todas as propostas submetidas à validação da alta administração, assegurando alinhamento institucional e legitimidade ao processo.

A identidade organizacional foi estruturada a partir de propósito, missão, visão e valores, elementos que orientam a atuação da Secretaria e servem de referência para a tomada de decisões, o relacionamento com a sociedade e o fortalecimento da cultura organizacional.

O propósito expressa a razão de existir da Secretaria, fortalecendo o engajamento dos servidores e a conexão com a sociedade. Seu compromisso é proporcionar serviços públicos cada vez melhores para os mineiros. A visão representa o futuro que a Seplag-MG busca alcançar, orientando suas ações para oferecer atendimento de qualidade e garantir aos órgãos os meios e recursos necessários para a execução eficiente das políticas públicas, com foco na satisfação da população mineira.

A missão define o papel institucional da Secretaria, que consiste em viabilizar os meios e coordenar as ações necessárias para assegurar a prestação de serviços e políticas públicas de qualidade. Os valores representam os princípios que orientam a atuação da Seplag-MG, servindo como referência para o comportamento dos servidores, a tomada de decisões e o relacionamento com a sociedade. Esses princípios fortalecem a cultura organizacional e promovem uma atuação ética, íntegra e alinhada aos objetivos institucionais.

Propósito	Visão	Missão	Valores
Proporcionar serviços públicos cada dia melhores para os cidadãos mineiros	Prover o atendimento de qualidade ao cidadão e garantir aos órgãos os meios e recursos necessários para a entrega eficiente de políticas públicas com foco na satisfação da população mineira	Viabilizar os meios e coordenar as ações necessárias para que o cidadão receba serviços e políticas públicas de qualidade	Empatia, Inclusão, Comprometimento, Comunicação assertiva, Inovação e simplificação, Foco no cidadão

A partir da análise do ambiente institucional e da identidade organizacional foram definidos os objetivos estratégicos para o período de 2025 a 2028, organizados nas perspectivas sociedade, resultados, processos internos e suporte, proporcionando uma visão integrada das prioridades e do direcionamento estratégico da Secretaria.

Sociedade

1. Disponibilizar e viabilizar serviços de maneira simples, rápida e acessível à população em todo o estado.
2. Promover a devida reparação às pessoas e regiões atingidas e compensação ao estado de Minas Gerais após desastres minerários, fortalecendo a articulação entre governos e instituições.

Resultados

1. Promover o uso eficiente dos recursos disponíveis para execução de serviços e políticas públicas tempestivas e de qualidade.
2. Promover a coordenação e o alinhamento das ações com foco na implementação da estratégia governamental.
3. Transformar os serviços e políticas públicas por meio de uma cultura de inovação.
4. Potencializar o desempenho dos servidores com foco em ações de engajamento, em parceria com os órgãos e as entidades.

Processos internos

1. Simplificar os principais processos de cada unidade buscando facilitar as rotinas de trabalho dos parceiros.
2. Promover uma comunicação institucional interna simples, abrangente e acessível.
3. Disponibilizar soluções tecnológicas que aperfeiçoem os processos de trabalho e viabilizem a geração de informação de qualidade para a tomada de decisão.
4. Promover a gestão da informação e do conhecimento para garantir a continuidade dos processos.

Suporte

1. Desenvolver pessoas para conduzir os processos críticos de cada unidade garantindo a qualidade dos serviços.
2. Aprimorar e uniformizar infraestrutura e recursos materiais das unidades da Seplag-MG para proporcionar melhores condições de trabalho.

Disseminação e acompanhamento

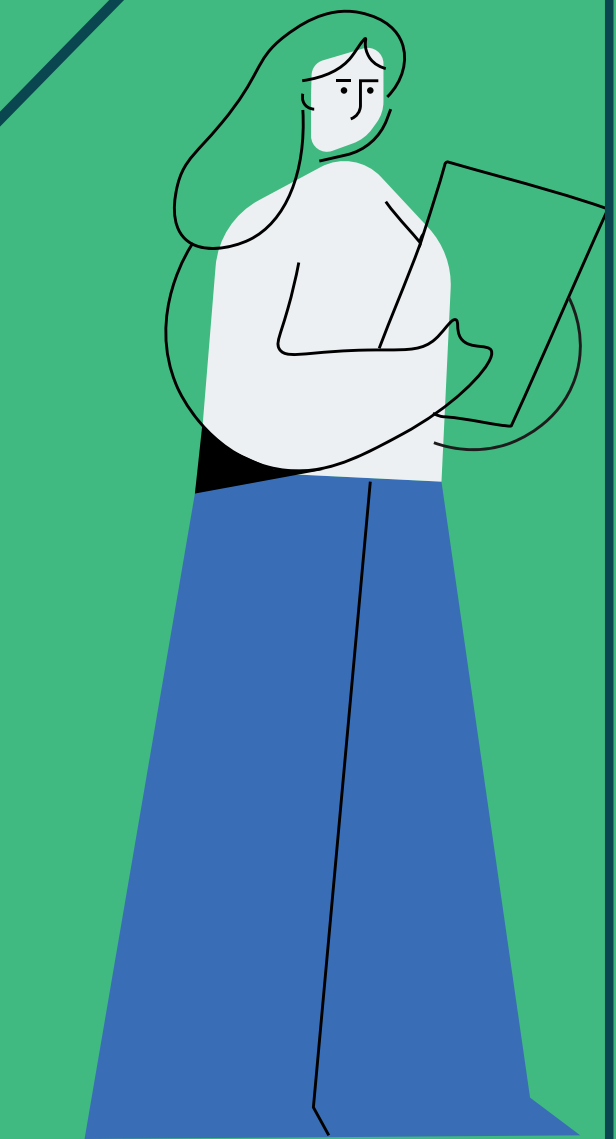
Com o objetivo de disseminar o Planejamento Estratégico, a Assessoria Estratégica, em parceria com a Assessoria de Comunicação (Ascom), realizou ações de comunicação por meio dos canais institucionais, do e-mail corporativo, das redes sociais e do evento oficial de lançamento, que reuniu mais de 500 servidores.

Para acompanhar a execução da estratégia, foram definidos 35 indicadores estratégicos, distribuídos entre os objetivos institucionais e acompanhados por metas estabelecidas para o ciclo 2025-2028. Os indicadores permitem monitorar a evolução do desempenho institucional, enquanto as metas definem os resultados a serem alcançados em prazos determinados, considerando o contexto organizacional, o histórico de desempenho e a viabilidade dos desafios propostos.

A implementação do Plano foi estruturada como um processo contínuo de monitoramento. Os indicadores com apuração mensal, bimestral, trimestral e semestral passaram a ser acompanhados periodicamente em reuniões gerenciais, possibilitando a análise dos resultados, a identificação de riscos e desvios em relação às metas e a definição de ações corretivas e de aprimoramento. Ao final de 2025, foi consolidada a avaliação dos 35 indicadores estratégicos, permitindo mensurar os resultados alcançados, avaliar a efetividade das iniciativas implementadas e subsidiar o aperfeiçoamento da gestão estratégica.

Em razão de seu caráter dinâmico, o Planejamento Estratégico foi atualizado em 2026, dando origem à versão 2.0. A revisão decorreu da publicação da Lei nº 25.663/2025, que criou o Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG) e extinguiu, na estrutura da Seplag-MG, a Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito (CET) e suas unidades subordinadas. A atualização teve como finalidade adequar o Plano à nova configuração institucional, preservando seu papel como instrumento de orientação da gestão e de promoção dos resultados estratégicos da Secretaria.

NA PRÁTICA:
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E SEUS AVANÇOS



SOCIEDADE

SOCIEDADE

Objetivo Estratégico 1 - Disponibilizar e viabilizar serviços de maneira simples, rápida e acessível à população em todo o estado

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag-MG) desempenha papel estratégico na modernização da administração estadual, atuando na formulação de políticas, coordenação de ações governamentais e desenvolvimento de soluções que promovam maior eficiência da gestão pública e fortaleçam a relação entre o Estado e a sociedade.

Entre suas atribuições, destacam-se a coordenação da transformação digital do Governo de Minas, o aprimoramento dos canais de atendimento ao cidadão, a simplificação de processos, a integração entre órgãos e entidades e a implementação de iniciativas que contribuam para uma prestação de serviços públicos mais eficiente, acessível e orientada às necessidades da população.

Nesse contexto, disponibilizar e viabilizar serviços de maneira simples, rápida e acessível representa um dos principais desafios da atuação institucional da Secretaria. Em um estado com grande extensão territorial e realidades sociais e econômicas diversas, ampliar o acesso aos serviços públicos exige uma atuação integrada, capaz de combinar inovação, tecnologia, gestão, infraestrutura e governança para reduzir barreiras de acesso, simplificar a jornada do cidadão e garantir que os serviços estejam disponíveis com qualidade, segurança e resolutividade em todas as regiões de Minas Gerais.

Ao longo do biênio, a Seplag-MG consolidou uma agenda integrada voltada à transformação da prestação de serviços públicos, articulando iniciativas de transformação digital, inovação, atendimento ao cidadão, modernização administrativa. Os resultados apresentados demonstram como essas diferentes frentes de atuação convergiram para fortalecer a capacidade do Estado de ampliar o acesso da população aos serviços públicos, promover maior inclusão, reduzir desigualdades territoriais e oferecer serviços cada vez mais simples, rápidos e acessíveis aos cidadãos mineiros.

Transformação Digital

Nesse contexto, a transformação digital consolidou-se como um dos principais instrumentos para ampliar o acesso aos serviços públicos, reduzir barreiras de atendimento, simplificar processos e fortalecer a eficiência da Administração Pública. Ao mesmo tempo, a ampliação da oferta de serviços digitais foi acompanhada pelo fortalecimento dos canais presenciais e de autoatendimento, pela expansão da rede de Unidades de Atendimento Integrado (UAIs), pela implementação de políticas voltadas à inclusão digital e pela modernização de processos administrativos internos.

A transformação digital dos serviços públicos foi estruturada a partir da utilização do Índice de Transformação Digital (ITD) como principal instrumento de planejamento, monitoramento e avaliação da evolução da digitalização dos serviços públicos disponibilizados na Carta de Serviços do Governo de Minas. O indicador passou a mensurar o nível de digitalização de cada etapa dos serviços, classificando-as conforme sua maturidade digital, desde procedimentos exclusivamente presenciais até serviços integralmente realizados por meio de autosserviço digital.

Como etapa inicial dessa estratégia, foi realizado o mapeamento de todos os serviços constantes da Carta de Serviços, identificando o nível de digitalização de cada etapa, seu potencial de evolução e as oportunidades de simplificação dos processos. Esse diagnóstico possibilitou conhecer o grau de maturidade digital dos serviços estaduais, estabelecer prioridades para atuação da Subsecretaria de Transformação Digital e Atendimento ao Cidadão (Subdigital) e orientar os órgãos e entidades quanto às ações necessárias para revisão de processos, integração de sistemas e substituição gradual de procedimentos presenciais por fluxos digitais.

Essas iniciativas viabilizaram a digitalização e o aprimoramento de diversos serviços públicos, como o boletim escolar, a doação de leite materno e sangue, a Carteira de Identidade Nacional (CIN), outros documentos de identificação, a transferência digital de veículos, o primeiro emplacamento, a marcação do exame de renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e diversos serviços de trânsito.

A estratégia implementada representou uma mudança estrutural em relação ao cenário observado em 2018, quando o Governo de Minas apresentava Índice de Transformação Digital de 48%, refletindo elevada dependência de atendimentos presenciais.

Como resultado, o ITD alcançou 87,05% em setembro de 2026, evidenciando avanço expressivo na digitalização dos serviços públicos estaduais. Esse resultado representa maior disponibilidade de serviços digitais, redução da necessidade de atendimento presencial, diminuição dos custos operacionais e ampliação da conveniência para os cidadãos.

Nos canais digitais, destacaram-se a ampliação contínua dos serviços disponibilizados no MG App e no Portal MG, com a incorporação de novas funcionalidades e a expansão da oferta de serviços prestados por diferentes órgãos estaduais. São 1.347 etapas de serviços online, sendo 999 totalmente digitais, e 200 serviços no MG App.

Dessa forma, observou-se um crescimento expressivo da utilização das plataformas eletrônicas. O MG App alcançou 9 milhões de usuários em setembro de 2026, representando aumento significativo em relação aos 5,6 milhões de usuários registrados em 2024, enquanto o Portal MG encerrou o ano de 2025 com 32.795.969 sessões iniciadas, crescimento de 9% em comparação ao ano anterior.

Entre essas entregas estão a disponibilização da consulta aos resultados de exames da Fundação Hemominas, serviços de emergência, boletim escolar, a comercialização on-line de ingressos para parques estaduais e a ampliação dos serviços relacionados ao trânsito, fortalecendo o MG App como principal canal digital de relacionamento entre Estado e cidadão e ampliando a autonomia dos usuários na realização de diversos procedimentos.

Também foram revisados e aperfeiçoados os fluxos digitais relacionados aos serviços da CNH, adequando os procedimentos às novas diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e promovendo maior padronização das etapas de atendimento, redução da necessidade de comparecimento presencial e maior integração entre os sistemas utilizados pelos órgãos responsáveis. Essas mudanças contribuíram para simplificar a jornada do cidadão e ampliar a eficiência operacional dos serviços relacionados ao trânsito.



MG App



Terminal de Autoatendimento das UAIs

Atendimento presencial

A ampliação da transformação digital foi acompanhada pelo fortalecimento dos canais de atendimento ao cidadão, reconhecendo que a melhoria da prestação dos serviços públicos depende não apenas da digitalização dos processos, mas também da oferta de diferentes formas de acesso capazes de atender às diversas necessidades da população. Nesse contexto, a Seplag-MG estruturou uma estratégia integrada voltada à qualificação dos canais presenciais, digitais e de autoatendimento, buscando proporcionar uma experiência mais simples, rápida, acessível e resolutiva para os cidadãos.

Essa estratégia partiu do entendimento de que a ampliação da oferta de serviços deveria ser acompanhada do aumento da capacidade de resolução das demandas, da melhoria da qualidade do atendimento e da integração entre os diferentes canais disponíveis.

Embora a digitalização tenha reduzido significativamente a necessidade de deslocamentos para diversos serviços, parte relevante dos atendimentos ainda demanda interação presencial, seja em razão de exigências legais, procedimentos de identificação biométrica, entrega de documentos ou serviços especializados. Da mesma forma, a crescente oferta de serviços digitais evidenciou que a efetividade dessa estratégia depende da disponibilidade de infraestrutura de conectividade capaz de garantir que cidadãos de diferentes regiões possam acessar as soluções disponibilizadas pelo Estado.

A expansão da rede de UAIs constituiu uma das principais iniciativas implementadas ao longo do período. A estratégia buscou ampliar a oferta de serviços presenciais em todas as regiões do estado, fortalecendo as unidades como espaços integrados de atendimento capazes de reunir serviços municipais, estaduais e federais em um único ambiente, oferecendo maior conveniência ao cidadão e maior eficiência.



Unidade de Atendimento Integrado (UAI)


Atendimento na UAI

A implementação dessa política ocorreu por diferentes modelos de expansão. Nos municípios de maior porte e elevada demanda por serviços foram inauguradas novas unidades por meio de Parcerias Público-Privadas, destacando-se as UAIs Uberlândia Terminal Central, Contagem Shopping do Avião e Sete Lagoas Shopping Boulevard, inauguradas ao longo de 2025.

Paralelamente, a política de interiorização do atendimento foi fortalecida por meio do programa UAI Compartilha, modelo baseado na cooperação entre a Seplag-MG e municípios ou câmaras municipais, que possibilitou a implantação das unidades de Inhapim, Nova Lima, Itaú de Minas, Camanducaia, Timóteo e Alto do Rio Doce entre 2025 e o primeiro semestre de 2026. Essa estratégia permitiu ampliar a capilaridade da rede de atendimento e adequar os modelos de implantação às características e necessidades de cada município.

Como medida complementar para atendimento de demandas específicas, também foram implantados, em 2025, postos provisórios nos municípios de Viçosa, São Joaquim de Bicas e Conselheiro Lafaiete, principalmente para emissão da Carteira de Identidade Nacional e outros serviços essenciais.

Essa alternativa mostrou-se importante para ampliar rapidamente a capacidade de atendimento em localidades, que registravam aumento expressivo da demanda, sem necessidade de implantação imediata de unidades permanentes. Nesse contexto, em junho de 2026, Minas Gerais contava com 67 UAIs em operação em diversos municípios, mais que o dobro das 31 existentes em 2018.

Os resultados alcançados demonstram a relevância dessa estratégia para ampliação da presença do Estado no território mineiro. Além da inauguração das novas unidades e postos provisórios, a ampliação da rede fortaleceu a capacidade de atendimento presencial, reduziu deslocamentos da população para acesso aos serviços públicos e ampliou a cobertura territorial da atuação da Seplag-MG.

Entre os principais resultados destaca-se o aumento da capacidade diária para emissão da Carteira de Identidade Nacional, que passou de aproximadamente 5 mil vagas por dia em 2024 para cerca de 15 mil vagas diárias em 2026, contribuindo para redução dos gargalos de atendimento e fortalecimento da garantia de direitos civis básicos. A qualidade dos serviços prestados também foi reconhecida pelos usuários, mantendo índice de aprovação superior a 99%, resultado que consolida as UAIs como referência nacional em atendimento público.

No atendimento presencial, a realização de mutirões nas Unidades de Atendimento Integrado (UAIs) constituiu uma das principais estratégias adotadas para ampliar a capacidade de atendimento em períodos de maior demanda. Essas ações concentraram-se principalmente na emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN), nos serviços de habilitação de condutores e nos serviços relacionados a veículos, permitindo aumentar a oferta de vagas, reduzir filas e absorver demandas reprimidas decorrentes da crescente procura pelos serviços públicos.

Complementarmente, a ampliação da utilização dos terminais de autoatendimento fortaleceu um terceiro canal de relacionamento com a população, oferecendo maior autonomia aos cidadãos para realização de procedimentos de menor complexidade e contribuindo para reduzir a pressão sobre as unidades presenciais.

Nos canais presenciais, as UAIs registraram 6.461.824 atendimentos realizados em 2025, representando crescimento de aproximadamente 12% em relação ao exercício anterior e evidenciando a permanência desse canal como referência para os serviços de maior complexidade. Os terminais de autoatendimento também apresentaram evolução significativa, passando de 1.113.308 acessos em 2024 para 2.102.538 acessos em 2025, demonstrando a crescente utilização desse canal pela população. Em 2026, até setembro, foram 4,6 milhões de atendimentos.



Unidade de Atendimento Integrado


Nova Carteira de Identidade Nacional (CIN)


Terminal de Autoatendimento da UAI

Inclusão Digital

Na frente de inclusão digital e fortalecimento da infraestrutura de telecomunicações a principal iniciativa foi a continuidade da implementação do Programa Alô, Minas!, política pública coordenada pela Subdigital, voltada à ampliação da cobertura de telefonia móvel em distritos e localidades rurais ou remotas de Minas Gerais que ainda não contavam com acesso adequado à conectividade.

O programa está diretamente associado ao objetivo estratégico de disponibilizar e viabilizar serviços de maneira simples, rápida e acessível à população em todo o estado, uma vez que a expansão do sinal 4G permite ampliar o acesso dos cidadãos a serviços públicos digitais, comunicação, educação, saúde, inclusão produtiva e oportunidades econômicas.

A execução do programa foi estruturada em fases, permitindo uma expansão gradual e planejada da infraestrutura de telecomunicações. A Fase I consolidou a base inicial da política pública, com a ativação de antenas em localidades previamente mapeadas como desassistidas, contribuindo para a redução de vazios de cobertura e para a inclusão digital de populações historicamente afastadas dos grandes centros urbanos.

A Fase II deu continuidade à expansão, com seleção de localidades por meio de edital de chamamento público e articulação direta com os municípios. A etapa envolveu a definição de áreas prioritárias, a validação técnica dos locais, a mobilização das prefeituras para disponibilização de terrenos e a interlocução com as operadoras responsáveis pela instalação e ativação da infraestrutura.

A Fase III representa a etapa de continuidade e ampliação da política pública, com previsão de implantação de novas torres até 2027. Essa fase reforça o caráter estruturante do programa, ao consolidar uma agenda de longo prazo para expansão da conectividade móvel em áreas remotas e rurais. A meta definida no Planejamento Estratégico da Seplag-MG prevê o avanço do número de antenas ativadas ao longo do ciclo 2025-2028. Atualmente são 150 distritos e localidades com o programa Alô Minas e previsão de mais 34 até o final de 2026.



Antena do Alô, Minas! em João Gote, distrito de Ouro Branco

SEI Municípios

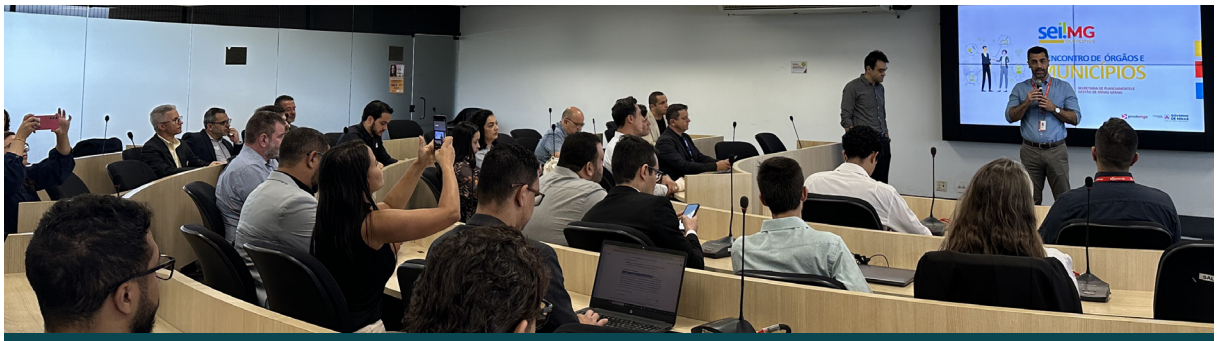
Ao longo do primeiro biênio, a Seplag-MG desenvolveu ainda iniciativas voltadas ao fortalecimento da gestão pública, promovendo soluções capazes de aumentar a eficiência administrativa, ampliar a integração entre diferentes esferas de governo, racionalizar recursos públicos e conferir maior segurança, transparência e agilidade aos processos internos.

Embora essas iniciativas tenham como foco principal o aprimoramento da gestão, seus resultados repercutem diretamente na qualidade dos serviços prestados à sociedade, ao fortalecer a capacidade institucional do Estado para planejar, executar e monitorar suas políticas públicas.

Nesse contexto, destaca-se a implementação do Sei!MG Municípios, iniciativa estruturada a partir da adesão do Estado de Minas Gerais ao Programa Nacional de Processo Eletrônico (ProPEN), conforme previsto no Decreto Federal nº 11.946/2024. A partir dessa adesão, a Seplag-MG passou a disponibilizar aos municípios mineiros um ambiente individualizado do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permitindo que cada prefeitura utilizasse uma plataforma pública, padronizada e segura para gestão eletrônica de documentos e tramitação de processos administrativos.

A implantação do sistema foi acompanhada de assessoramento técnico permanente, contemplando apoio à formalização das adesões, elaboração de cronogramas de implementação, disponibilização de modelos normativos, configuração dos ambientes, capacitação de usuários e administradores locais e acompanhamento da entrada em produção.

Até junho de 2026 foram formalizadas 28 adesões ao projeto, com a implantação concluída nos municípios de Araguari, Betim, Conceição do Mato Dentro, Coqueiral, Diamantina, Itajubá, João Pinheiro, Lavras, Nova Lima, Mariana, Patos de Minas, Pedro Leopoldo, Pompéu, Ribeirão das Neves, Rio Doce, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Timóteo e Unaí, além do Instituto Mário Penna.



Encontro do Sei!MG Municípios



Encontro do Sei!MG Municípios

Outro avanço relevante foi a disponibilização do módulo Tramita Gov.br aos municípios participantes, permitindo o intercâmbio eletrônico de documentos e processos entre administrações municipais, Estado, União e demais instituições públicas usuárias do SEI. Essa funcionalidade fortaleceu a integração federativa, reduziu a dependência da tramitação física de documentos e ampliou a eficiência da comunicação institucional entre diferentes órgãos públicos.

Paralelamente, a articulação estabelecida com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais possibilitou a expansão da iniciativa para o projeto Sei!MG Legislativos, ampliando a modernização da gestão documental também para as câmaras municipais e fortalecendo a construção de um ambiente estadual integrado de processos eletrônicos.

Os resultados produzidos pelo projeto ultrapassam a implantação da plataforma tecnológica. A utilização do SEI contribuiu para reduzir custos administrativos associados à impressão, armazenamento físico e transporte de documentos, aumentar a produtividade das equipes municipais, ampliar a rastreabilidade das informações e fortalecer a transparência dos processos administrativos.

Também gerou impactos ambientais relevantes, refletidos na economia de papel, água e demais insumos, alinhando a iniciativa às diretrizes de sustentabilidade e racionalização do gasto público.

A implementação do Sei!MG Municípios também fortaleceu a atuação da Seplag-MG como órgão indutor da transformação digital da Administração Pública, ampliando sua capacidade de coordenação junto aos municípios e consolidando um modelo de cooperação baseado na disponibilização de infraestrutura compartilhada, apoio técnico permanente e padronização metodológica.

Melhorias na prestação de serviços

A execução das iniciativas vinculadas ao objetivo estratégico “Disponibilizar e viabilizar serviços de maneira simples, rápida e acessível à população em todo o estado” demonstra que a ampliação do acesso aos serviços públicos foi conduzida por meio de uma estratégia integrada, na qual transformação digital, fortalecimento dos canais de atendimento, expansão da presença territorial do Estado, inclusão digital e modernização da gestão pública atuaram de forma complementar para produzir resultados consistentes e sustentáveis.

Ao longo do primeiro biênio do Planejamento Estratégico 2025–2028, a atuação coordenada entre diferentes unidades da Seplag-MG permitiu estruturar políticas públicas capazes de ampliar a disponibilidade dos serviços, qualificar a experiência do cidadão, fortalecer a capacidade administrativa do Estado e consolidar novas competências institucionais voltadas à melhoria contínua da prestação de serviços públicos.

As perspectivas para o próximo ciclo concentram-se na consolidação e ampliação dos resultados alcançados. Entre as prioridades destacam-se o aperfeiçoamento contínuo do Índice de Transformação Digital, a expansão dos serviços disponibilizados por meio do MG App e do Portal MG, a continuidade da ampliação da rede de Unidades de Atendimento Integrado e do programa UAI Compartilha, o avanço das novas fases do Programa Alô, Minas!, a expansão do Sei!MG Municípios e do Sei!MGLegislativos, bem como o aprimoramento permanente dos processos administrativos.

Também se apresenta como oportunidade estratégica a incorporação crescente de soluções baseadas em inteligência artificial, automação de processos, interoperabilidade de sistemas e análise avançada de dados, capazes de ampliar a eficiência da gestão pública e fortalecer a personalização dos serviços oferecidos à população.

Dessa forma, verifica-se que o objetivo estratégico foi materializado por um conjunto de iniciativas complementares que produziram impactos concretos para os cidadãos e fortaleceram a capacidade institucional da Seplag-MG de liderar a agenda de modernização da Administração Pública estadual.

Os resultados alcançados demonstram não apenas a ampliação da oferta de serviços públicos mais simples, rápidos e acessíveis, mas também a consolidação de uma forma de atuação baseada em inovação, coordenação institucional, gestão orientada por evidências e compromisso permanente com a geração de valor público para a sociedade mineira.

Objetivo Estratégico 2 - Promover a devida reparação às pessoas e regiões atingidas e compensação ao estado de Minas Gerais após desastres minerários, fortalecendo a articulação entre governos e instituições

A reparação dos danos decorrentes dos desastres minerários em Minas Gerais constitui uma das mais complexas agendas conduzidas pelo Estado, em razão da dimensão dos impactos sociais, ambientais, econômicos e territoriais envolvidos. A efetividade desse processo depende da implementação de ações estruturadas e de longo prazo, capazes de promover a recuperação das regiões atingidas, recompor serviços e ativos públicos, fortalecer as atividades econômicas locais e assegurar que as medidas compensatórias produzam benefícios concretos para as populações afetadas.

A dimensão territorial dos impactos, a diversidade de políticas públicas envolvidas, a multiplicidade de atores institucionais e o horizonte de longo prazo dos investimentos foram elementos que demandaram, na reparação dos danos decorrentes dos rompimentos das barragens de Fundão, em Mariana, e da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, a construção de um modelo de governança capaz de articular diferentes órgãos governamentais, instituições de Justiça, municípios, órgãos de controle, entidades da sociedade civil e demais organizações responsáveis pela implementação das medidas de reparação e compensação.

Nesse contexto, a Seplag-MG consolidou-se como órgão central de coordenação estratégica dessa agenda, assumindo papel fundamental na estruturação da governança necessária à implementação dos Acordos de Reparação do Rio Doce e de Brumadinho.

Durante o biênio, essa atuação foi significativamente fortalecida por meio da criação da Subsecretaria de Gestão Estratégica e Reparação (Suger), responsável por coordenar, integrar e acompanhar a implementação das ações de reparação socioambiental, socioeconômica e compensatória sob responsabilidade do Estado de Minas Gerais.

A nova estrutura institucional permitiu centralizar a coordenação estratégica das iniciativas, promover maior integração entre os órgãos executores e consolidar um modelo de gestão orientado por resultados, transparência e cooperação interfederativa.

A implementação dos Acordos de Reparação do Rio Doce e de Brumadinho exigiu a construção de uma arquitetura institucional inédita no estado. A Seplag-MG estruturou um modelo de governança baseado em instâncias deliberativas, executivas, consultivas e de monitoramento.

Acordo do Rio Doce

Assinado em outubro de 2024, o Acordo do Rio Doce estabeleceu a efetiva reparação aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, destinando, para Minas Gerais, R$ 81 bilhões dos R$ 132 bilhões correspondentes ao montante total determinado, sendo R$ 25,5 bilhões sob gestão do Governo do Estado.

A intensa participação da secretaria na formulação do Acordo foi seguida da participação direta no processo de execução dos compromissos firmados, por meio de diversas ações. Dentro do modelo de governança estruturado, destaca-se o Comitê Estadual de Minas Gerais (Cemg), criado em fevereiro de 2025 para acompanhar e fiscalizar as obrigações de fazer executadas pelas compromissárias no âmbito do Acordo do Rio Doce.

O Comitê consolidou um espaço permanente de articulação entre o Governo de Minas, o Ministério Público Federal, o Ministério Público de Minas Gerais e a Defensoria Pública de Minas Gerais, promovendo o acompanhamento sistemático dos cronogramas, a análise técnica das obrigações, a interlocução com as Auditorias Técnicas Independentes e a identificação preventiva de riscos capazes de comprometer a execução das medidas previstas.

Ao longo do período, o Cemg estabeleceu uma metodologia própria de monitoramento baseada na realização de reuniões periódicas, análise técnica da documentação produzida pelas compromissárias, acompanhamento contínuo da evolução física das obrigações e desenvolvimento de instrumentos gerenciais de acompanhamento, incluindo planilhas técnicas e painéis de Business Intelligence (BI).

Esses instrumentos ampliaram significativamente a capacidade do Estado de acompanhar a implementação do Acordo, fortaleceram a transparência das informações e subsidiaram a tomada de decisão pelas instâncias responsáveis pela governança da reparação.



Reunião de monitoramento das entregas do Acordo de Reparação do Rio Doce no TRF-6

Em complemento a essa estrutura, foi instituído o Conselho Superior do Acordo de Reparação do Rio Doce, instância máxima de deliberação estratégica do Estado para as obrigações de pagar previstas no Acordo.

Composto pelo governador, vice-governador, secretário-geral, secretário de Estado de Governo, secretário de Estado de Planejamento e Gestão e secretário de Estado de Casa Civil, com apoio técnico da Advocacia-Geral do Estado, da Controladoria-Geral do Estado e da Ouvidoria-Geral do Estado, o Conselho passou a orientar a implementação dos investimentos, deliberar sobre prioridades estratégicas e fortalecer a coordenação entre os órgãos estaduais responsáveis pela execução das ações.

Nesse arranjo institucional, a Seplag-MG assumiu a função de Secretaria Executiva do Conselho Superior, responsável pela preparação das pautas, produção das informações técnicas, acompanhamento das deliberações e coordenação administrativa necessária ao funcionamento da instância colegiada. Essa atuação fortaleceu a qualidade das decisões estratégicas e assegurou maior integração entre planejamento, execução e monitoramento dos investimentos previstos no Acordo.

Outro elemento estruturante da governança foi a criação da Instância Mineira de Participação Social do Rio Doce (IMPS/Doce), concebida como espaço permanente de diálogo, transparência e controle social junto às populações atingidas. Por meio de reuniões realizadas nos municípios atingidos, visitas técnicas, escuta qualificada das comunidades e articulação com os órgãos responsáveis pela implementação do Acordo, a IMPS ampliou a participação social na reparação e fortaleceu a aproximação entre o Estado e as comunidades diretamente impactadas.

Além de possibilitar o acompanhamento das ações executadas sob responsabilidade do Governo de Minas, a Instância passou a exercer importante papel na orientação das pessoas atingidas, direcionando demandas aos órgãos competentes e fortalecendo a transparência do processo de reparação.

A governança da reparação também foi fortalecida pela instituição de instâncias temáticas voltadas às áreas de saúde, saneamento e pesca, responsáveis por promover maior integração entre os órgãos executores e apoiar tecnicamente a implementação dos programas previstos nos Acordos.

Paralelamente, houve a ampliação da força de trabalho especializada junto à Seplag-MG e aos órgãos estaduais responsáveis pela execução das ações, assegurando maior continuidade administrativa, retenção do conhecimento técnico e fortalecimento da capacidade operacional necessária para conduzir uma agenda de longo prazo.



Lançamento do Programa de Saneamento da Bacia do Rio Doce

Entre as principais iniciativas do Estado destaca-se o Programa de Saneamento da Bacia do Rio Doce, lançado em julho de 2025 para transformar as diretrizes do Acordo em projetos concretos voltados à universalização do saneamento nos 200 municípios mineiros da bacia, beneficiando aproximadamente 3,2 milhões de habitantes. O Acordo destinou R$ 11 bilhões para a área, sendo R$ 7,54 bilhões destinados a Minas Gerais ao longo de 20 anos.

O Projeto de Água e Esgoto foi iniciado com a contratação da International Finance Corporation (IFC), integrante do Grupo Banco Mundial, responsável pela elaboração dos estudos técnicos, econômicos e institucionais necessários à futura concessão dos serviços. Durante 2025 e 2026 foi conduzido amplo processo de mobilização dos municípios, levantamento de informações e elaboração dos diagnósticos técnicos, com expectativa de realização das primeiras contratações a partir de 2027 e início dos primeiros resultados para a população a partir de 2030.

Da mesma forma no Projeto de Resíduos Sólidos, em que foi assinado contrato junto ao Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP Caixa), prevendo a conclusão dos diagnósticos em 2026 e o desenvolvimento das modelagens ao longo de 2027.

Além dos investimentos previstos, o Programa deixa como legado a consolidação de uma governança permanente para coordenação das políticas de saneamento, o fortalecimento da cooperação entre os entes federativos, a criação de mecanismos de monitoramento e a construção de uma base técnica que permitirá orientar futuros investimentos na bacia do Rio Doce.

A área da saúde recebeu investimentos estruturantes no âmbito do Acordo, que destinou R$ 12 bilhões para ações voltadas ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) nos territórios atingidos. Desse total, R$ 3,6 bilhões destinam-se às ações imediatas de curto e médio prazo e R$ 8,4 bilhões compõem um fundo patrimonial perpétuo, garantindo recursos permanentes para financiamento das políticas públicas de saúde.

Do montante destinado às ações imediatas, Minas Gerais receberá R$ 424 milhões ao longo de 20 anos para execução de políticas estaduais nos 38 municípios mineiros contemplados pelo Acordo do Rio Doce.

Nesse contexto, a Seplag-MG coordenou a articulação necessária para elaboração e aprovação do primeiro Plano de Ação Estadual em Saúde do Rio Doce (2025–2027), estruturando uma governança integrada entre Estado, municípios, consórcios de saúde, instâncias do SUS e órgãos responsáveis pela implementação do Acordo.

Como resultado, foi elaborado um plano de investimentos superior a R$ 220 milhões destinado ao fortalecimento da rede pública de saúde, contemplando 18 ações distribuídas em quatro eixos estratégicos, abrangendo todos os municípios mineiros previstos no Anexo 15 do Acordo.

Entre as ações previstas destacam-se a construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ampliação e modernização da infraestrutura hospitalar, contratação de serviços especializados, aquisição de veículos, equipamentos e mobiliários, fortalecimento da vigilância em saúde, monitoramento da qualidade da água e ampliação das ações de saúde ambiental.

A reparação ambiental constitui uma das principais frentes do Acordo de Reparação do Rio Doce. Nesse contexto, a Seplag-MG coordenou a articulação entre os órgãos executores, instituições de justiça e auditorias independentes, promovendo o acompanhamento das ações e fortalecendo a governança ambiental da reparação.

O Plano de Recuperação Ambiental (PRA), responsável por consolidar as obrigações ambientais previstas no Acordo, está entre os principais instrumentos e inclui recuperação de áreas degradadas, gerenciamento de áreas contaminadas e monitoramento da qualidade da água, do solo e do ar ao longo da bacia do Rio Doce. A Seplag-MG acompanhou a elaboração e análise técnica do Plano no âmbito do Comitê Estadual de Minas Gerais (Cemg), articulando a atuação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad-MG), da auditoria independente e das demais instituições responsáveis.

Como parte das iniciativas de recuperação ambiental, foi iniciado o projeto Rio Doce Mais Vida, desenvolvido em parceria com a Semad-MG e o Instituto Estadual de Florestas (IEF), prevendo investimento superior a R$ 1 bilhão ao longo de 20 anos para recuperação da vegetação nativa, regularização ambiental de imóveis rurais e conservação dos recursos hídricos. O primeiro edital, publicado em junho de 2026, contempla mais de 100 municípios e estabelece como meta inicial a restauração de 1.200 hectares nos primeiros cinco anos.

O projeto Restauração Ecológica de Ecossistemas Aquáticos Prioritários, com investimento de R$ 232 milhões e vigência de 20 anos foi também implementado. A iniciativa contempla restauração de habitats aquáticos, monitoramento da biodiversidade, controle de espécies invasoras e ações de educação ambiental, fortalecendo a recuperação ecológica da bacia e a atividade pesqueira sustentável, com a publicação de edital de seleção para a celebração de termo de parceria.

Complementando essas ações, foi desenvolvido o projeto Reprodução ex situ da ictiofauna, voltado à conservação e reprodução de espécies nativas ameaçadas de extinção para posterior reintrodução na bacia do Rio Doce.

Outra iniciativa estratégica foi a ampliação e modernização da rede hidrometeorológica estadual e da Sala de Situação de Recursos Hídricos de Minas Gerais, desenvolvida pela Seplag-MG em parceria com o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema).

Em junho de 2026 foi celebrado contrato de gestão entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e a Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes (Appa), contemplando modernização da infraestrutura, contratação de equipes para monitoramento permanente, implantação de novos radares meteorológicos e fortalecimento da capacidade estadual de prevenção e resposta a eventos climáticos extremos.

Em conjunto, essas iniciativas representam um legado permanente para Minas Gerais, fortalecendo a gestão ambiental, ampliando a resiliência da bacia do Rio Doce, promovendo a recuperação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais e a produção de informações estratégicas para o enfrentamento de eventos hidrológicos extremos.

No campo da reparação socioeconômica, a atuação concentrou-se na coordenação de iniciativas voltadas ao fortalecimento da assistência social, ao desenvolvimento rural, à recuperação produtiva e ao fortalecimento da economia regional.

Na assistência social, foi estruturado o Plano de Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios atingidos, com investimento previsto de R$ 281 milhões ao longo de dez anos. Em agosto de 2026, os 38 municípios diretamente atingidos haviam firmado instrumento jurídico para recebimento de recursos voltados à execução das ações, que incluem construção e reforma de equipamentos socioassistenciais, aquisição de bens permanentes, contratação de profissionais e fortalecimento da gestão municipal.

Na área rural, a Seplag-MG coordenou a implementação da Regularização Fundiária Rural, em articulação com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa). Até setembro de 2026, foram cadastrados 3.168 posseiros e concluído o georreferenciamento de 1.261 imóveis rurais, etapa essencial para futura emissão dos títulos de propriedade, ampliando a segurança jurídica e o acesso dos produtores às políticas públicas e ao crédito rural.

O projeto Restauração Ambiental e Produtiva das Margens do Rio Doce, é desenvolvido em parceria com a Seapa-MG e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG) para promover recuperação ambiental e fortalecimento da produção agropecuária nas áreas atingidas. Entre os resultados alcançados destaca-se a distribuição de 194 usinas fotovoltaicas, além da realização de diagnósticos produtivos e ambientais que subsidiarão as próximas etapas do projeto.

O Acordo também prevê a constituição de um Fundo Perpétuo, sob gestão do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), para assegurar a continuidade das ações após a conclusão da primeira fase.

Como medida complementar de apoio aos municípios, foi estruturado o projeto Limpeza Urbana e Desobstrução de Vias Rurais, em parceria com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec-MG). Em fevereiro de 2026 foi celebrado o contrato que permite aos municípios acionarem a Defesa Civil para execução de ações emergenciais após enchentes e inundações, fortalecendo a capacidade de resposta e aumentando a resiliência dos territórios frente aos eventos climáticos extremos.

Na área de desenvolvimento econômico, destaca-se o projeto Kit Máquinas, estruturado em parceria com a Seapa e o Consórcio Público para Defesa e Revitalização da Bacia do Rio Doce (Coridoce), que resultou na entrega de 190 equipamentos aos 38 municípios atingidos, incluindo motoniveladoras, retroescavadeiras, caminhões basculantes, tratores agrícolas e pás carregadeiras, ampliando de forma permanente a capacidade operacional das administrações municipais.



Entrega de kit máquinas aos municípios atingidos pelo rompimento da barragem do Rio Doce

Já a iniciativa Coopera + Rio Doce, desenvolvida em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG), é voltada ao fortalecimento de micro e pequenas empresas, cooperativas, associações e grupos produtivos.

Nos anos de 2025 e 2026 foi celebrado convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), viabilizando ações de capacitação, fortalecimento empresarial e inserção comercial, incluindo participação de empreendedores locais em eventos estratégicos como Superminas, Feira Comercial de Produtos e Serviços (Feiraço) e SEVAR, ampliando oportunidades de geração de renda e desenvolvimento econômico regional.

O conjunto dessas iniciativas fortaleceu a recuperação socioeconômica dos territórios atingidos, ampliando a capacidade produtiva, promovendo inclusão social, desenvolvimento rural sustentável e melhoria das condições de vida das comunidades da bacia do Rio Doce.

Os investimentos em infraestrutura constituíram uma das principais frentes da reparação, com foco na melhoria da mobilidade, da logística, da infraestrutura pública e da qualidade de vida nos territórios atingidos.

Em parceria com o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), a Seplag-MG coordenou o acompanhamento de investimentos destinados à pavimentação, recuperação funcional e conservação da malha rodoviária, contemplando de 118 quilômetros pavimentados, cerca de 222 quilômetros recuperados e restaurados de recuperação de rodovias e aproximadamente 3.820 quilômetros de conservação rodoviária, além da contratação de estudos técnicos para qualificação do planejamento e priorização dos investimentos.

Também foram celebrados convênios para execução de obras estratégicas, destacando-se a pavimentação da estrada entre Piedade de Ponte Nova e Santa Cruz do Escalvado, com investimento de R$ 5 milhões, e a implantação do acesso pavimentado ao Parque Estadual da Lapa Grande, em Montes Claros, com investimento superior a R$ 7,4 milhões, fortalecendo a mobilidade, o turismo e o desenvolvimento regional.

Entre os principais investimentos destaca-se a Via Liberdade, cuja concessão foi concluída em 2025, abrangendo 190,1 quilômetros de rodovias entre Belo Horizonte e Rio Casca, com serviços iniciais em execução.

O projeto prevê cerca de 75 quilômetros de duplicações, implantação de acostamentos, melhorias de traçado, áreas de escape, manutenção permanente da malha rodoviária e serviços de atendimento aos usuários durante os 30 anos de concessão. As intervenções deverão reduzir significativamente os tempos de deslocamento, fortalecer a logística regional e gerar aproximadamente 36 mil empregos ao longo da execução contratual.

Na área ambiental, foi publicado edital de seleção de contrato de gestão para consolidação do Parque Estadual do Rio Doce (PERD), maior remanescente contínuo de Mata Atlântica de Minas Gerais. A atuação da Seplag-MG concentrou-se na coordenação, monitoramento e apoio à estruturação de novo edital para continuidade das ações de conservação, educação ambiental, fortalecimento do uso público e melhoria da infraestrutura do parque, garantindo a continuidade dos investimentos pelos próximos anos.

Na área da saúde, um destaque importante é a estruturação do Hospital Regional de Governador Valadares, iniciativa que reúne investimentos superiores a R$ 158 milhões provenientes da Agenda Integrada e do Acordo de Reparação. A atuação concentrou-se no monitoramento das obras, aquisição de equipamentos e articulação institucional necessária à continuidade do empreendimento, que beneficiará aproximadamente 670 mil habitantes da Macrorregião Leste de Minas Gerais.



Foto: Rota da Liberdade

Concessão da Via Liberdade

Acordo de Brumadinho

Em conjunto, as iniciativas implementadas reforçam que a reparação dos desastres minerários transcende a recomposição dos danos causados pelos rompimentos das barragens. Ao promover investimentos estruturantes em infraestrutura, desenvolvimento rural, fortalecimento das capacidades produtivas e melhoria dos serviços públicos, o Estado estabeleceu bases para um processo de desenvolvimento sustentável capaz de gerar benefícios permanentes para os municípios atingidos e para a população mineira.

Embora decorrentes de instrumentos jurídicos distintos e voltados a territórios com características específicas, o Acordo do Rio Doce e o Acordo para a reparação relativa ao rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, compartilham desafios relacionados à governança, ao monitoramento de investimentos, à articulação entre diferentes instituições e à necessidade de assegurar que os recursos destinados à reparação resultem em benefícios concretos para as populações atingidas e para o Estado de Minas Gerais.

No âmbito do Acordo Judicial de Reparação de Brumadinho, assinado em fevereiro de 2021 com a participação da Seplag-MG em todas as fases da negociação, a atuação da Suger, no período destacado, concentrou-se na articulação institucional, no monitoramento da execução dos projetos e no fortalecimento da governança necessária para implementação das medidas de reparação socioeconômica, socioambiental e compensatória previstas no Acordo. O valor total do acordo é de R$ 37 bilhões com mais de 60% executados em agosto de 2026.

Ao longo do período de 2025 a maio de 2026, foram coordenadas iniciativas voltadas ao fortalecimento da saúde, desenvolvimento rural, saneamento, infraestrutura, mobilidade, habitação, desenvolvimento econômico, participação social e fortalecimento das políticas estaduais, assegurando a integração entre órgãos estaduais, municípios, instituições de justiça, auditorias independentes e demais atores envolvidos.



Centro Esportivo de Igarapé



Casas populares em Morada Nova de Minas



Hospital Regional de Divinópolis

Entre as principais entregas destacam-se o início da implementação da tecnologia Wolbachia para enfrentamento das arboviroses nos municípios de Brumadinho e Mário Campos, além da entrega de mais de 3.500 equipamentos destinados às unidades municipais de saúde, ampliando a capacidade de atendimento à população.

Na saúde destacam-se ainda a assinatura de contrato para implantação do Complexo Hospitalar Padre Eustáquio (HoPE), a conclusão das obras dos Hospitais Regionais de Divinópolis e Sete Lagoas, início da operação dos Hospitais Regionais de Teófilo Otoni e Divinópolis, obras em andamento no Hospital Regional de Conselheiro Lafaiete e a modernização da infraestrutura dos hospitais Júlia Kubitschek e Alberto Cavalcanti, João XXIII, João Paulo II (infantil), Eduardo de Menezes, Raul Soares e Maternidade Odete Valadares, em Belo Horizonte, e Hospital Regional de Barbacena Dr. José Américo, fortalecendo a rede estadual de saúde.

Na área do desenvolvimento rural, foram entregues 411 títulos de regularização fundiária em 11 municípios da Bacia do Paraopeba. O Programa de Fomento Agro contabilizou 16.958 ações de custeio, 3.069 equipamentos e materiais entregues, 489 sistemas de irrigação, 251 soluções de rastreabilidade, 11 estufas agrícolas, 7 iniciativas de serviços ambientais, 7.133 ações de Manejo Integrado de Pragas e 20 obras de infraestrutura produtiva, beneficiando ainda 60.018 produtores com ações de capacitação, acesso a mercados e fortalecimento das cadeias produtivas.

Na área de saneamento, início de 217 iniciativas no Programa de Universalização do Saneamento nos municípios atingidos, 20 em desenvolvimento ou análise técnica e 26 concluídas. São obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, além da entrega de caminhões-pipa e caminhões limpa-fossa para diversos municípios da Bacia do Paraopeba, fortalecendo a prestação dos serviços públicos locais.

Na infraestrutura municipal foram concluídas 28 unidades habitacionais, entregues diversas Unidades Básicas de Saúde (UBS), equipamentos esportivos e de lazer, quadras poliesportivas, reformas de praças públicas e demais equipamentos urbanos, ampliando a oferta de serviços públicos e melhorando a qualidade de vida da população.

Na área de mobilidade destacam-se a conclusão da pavimentação da rodovia MG-060, entre Papagaios e Pompéu, e a publicação do edital para duplicação da MG-155, ligando Brumadinho à BR-381, além do início da obra de ponte sobre o rio Paraopeba, em Papagaios. Os investimentos contemplaram ainda a conclusão das obras das rodovias MG-295 (Cambuí–Consolação) e MG-105 (Fronteira dos Vales–Joaíma), totalizando 37 obras rodoviárias concluídas desde o início do Acordo, além da emissão da ordem de início da ponte sobre o Rio São Francisco, ligando Manga a Matias Cardoso. Foram entregues 564 novos ônibus para renovação da frota do transporte coletivo da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

No âmbito da participação social, a Assessoria coordenou o apoio técnico à Consulta Popular junto aos Povos e Comunidades Tradicionais, resultando na priorização de 34 projetos de reparação, dos quais 29 encontram-se em execução. Também foram realizadas mais de 180 reuniões com representantes comunitários, além da manutenção de interlocução permanente com associações de atingidos, Assessorias Técnicas Independentes e demais organizações da sociedade civil.

Na reparação socioambiental, destacam-se o acompanhamento de cronogramas e marcos auditáveis de importantes projetos executados e de estudos custeados pela Vale S.A., em articulação com o Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema), instituições de justiça e auditoria independente, contemplando a recuperação ambiental do Ribeirão Ferro-Carvão, a dragagem de rejeitos do Rio Paraopeba, os estudos de risco à saúde humana e ao meio ambiente e o início do Estudo da Produção Agropecuária e do Pescado na Bacia do Paraopeba.

Mais de 300 mil metros cúbicos de rejeito foram dragados e 31,2 hectares foram recuperados até julho de 2026.

Também avançaram ações de proteção da fauna, com a castração e microchipagem de 24.528 cães e gatos e distribuição de 200 kits de adoção, além do início da atualização das Listas de Espécies da Fauna e Flora Ameaçadas de Extinção em Minas Gerais.



Linha 2 do Metrô



Novos trens do metrô



Conclusão da bacia de contenção B3 para o enfrentamento às enchentes na RMBH

Na área de segurança hídrica foram emitidas as ordens de início das obras dos Lotes 2, em andamento, e 3 da ampliação do Sistema Rio Manso, contratados os tubos necessários à execução das intervenções e a revisão, em estágio avançado, do projeto da Adutora R10-R13, fortalecendo o abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

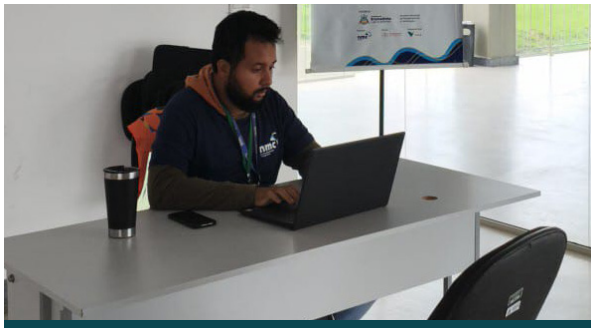
Também foram concluídas importantes obras metropolitanas, como a bacia de contenção B3, destinada ao enfrentamento das enchentes na região da Avenida Teresa Cristina, a entrega da estação Novo Eldorado da Linha 1 e das estações Amazonas e Nova Suiça da Linha 2 do Metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como o avanço do processo de implantação do Rodoanel da RMBH.

As ações fortaleceram a estrutura do Estado por meio da aquisição de equipamentos para prevenção e combate a incêndios florestais, elaboração de planos de manejo de unidades de conservação, melhorias na infraestrutura da Cidade Administrativa, ampliação da rede de postos próprios de abastecimento do Estado, fortalecimento das políticas agropecuárias, modernização do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e digitalização da rede de comunicação da Polícia Militar em 15 Regiões de Polícia Militar, ampliando a eficiência dos serviços públicos estaduais.

Governança

O período de 2025 a maio de 2026 foi marcado pelo aperfeiçoamento dos instrumentos de governança e dos processos de gestão dos Acordos de Reparação do Rio Doce e de Brumadinho, fortalecendo a capacidade institucional da Seplag-MG para coordenar políticas públicas de elevada complexidade e caráter transversal. Ao longo desse período, foram consolidados novos fluxos, metodologias e mecanismos de monitoramento que ampliaram a eficiência da implementação dos acordos, conferindo maior previsibilidade, transparência e segurança à execução das iniciativas de reparação.

No âmbito do Acordo Judicial de Reparação Integral de Brumadinho, a consolidação do fluxo de conversão de projetos de obrigação de fazer em obrigação de pagar representou um importante avanço na governança da execução dos investimentos, ao possibilitar que os municípios assumissem diretamente a implementação de iniciativas cuja execução pela Vale S.A. se mostrou inviável sob os aspectos técnico ou financeiro. A medida preservou os projetos priorizados pela Consulta Popular, fortaleceu o protagonismo municipal e contribuiu para acelerar a execução das ações previstas no acordo.



Atendimento do Programa de Regularização Fundiária em Brumadinho



Biofábrica da tecnologia Wolbachia, em Belo Horizonte

Foto: Vale



Atendimento do Programa de Regularização Fundiária em Brumadinho

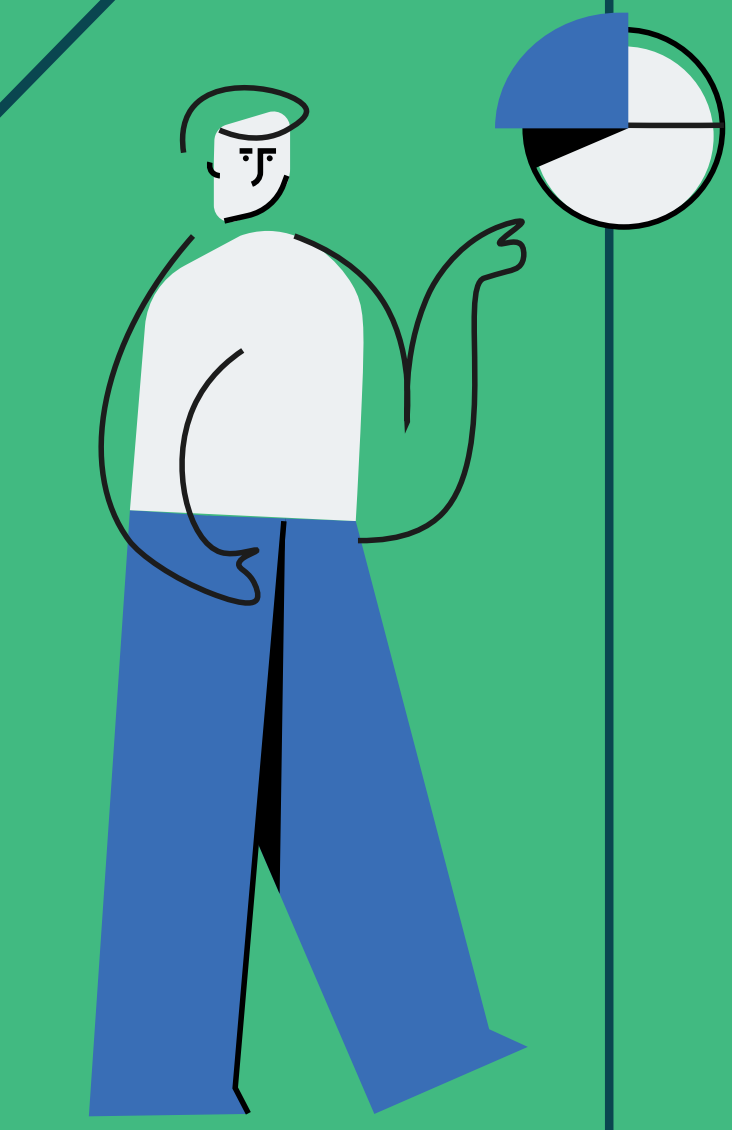
A maturidade alcançada pela governança dos acordos também resultou em reconhecimento nacional e internacional. No âmbito da Repactuação do Rio Doce, o modelo de governança construído com participação ativa da Seplag-MG foi reconhecido na 22ª edição do Prêmio Innovare, principal premiação do sistema de Justiça brasileiro, ao conquistar a categoria Tribunal. A experiência também foi apresentada durante a COP30, em Belém, como referência em governança, consensualidade e coordenação institucional para processos de reparação socioambiental.

A implementação dos Acordos de Reparação também evidenciou desafios inéditos para a gestão estadual, relacionados à coordenação simultânea de múltiplos órgãos governamentais, municípios, instituições de justiça, auditorias independentes, empresas executoras e demais atores envolvidos na reparação. A diversidade temática dos programas, abrangendo áreas como saúde, saneamento, infraestrutura, mobilidade, meio ambiente, assistência social, agricultura, desenvolvimento econômico e segurança hídrica, exigiu elevada capacidade de articulação institucional, adaptação contínua de processos e construção de soluções consensuais.

No Rio Doce, o principal desafio concentrou-se na estruturação, em curto espaço de tempo, de uma arquitetura institucional inédita para viabilizar a implementação do acordo, envolvendo a criação das instâncias permanentes de governança e a organização de equipes técnicas especializadas. Em Brumadinho, por sua vez, o avanço da execução dos projetos demandou o aperfeiçoamento contínuo dos fluxos administrativos, da gestão de mudanças, dos mecanismos de monitoramento e dos processos de prestação de contas.

Como principal legado desse ciclo, consolidou-se um modelo de atuação fundamentado na governança colaborativa, na coordenação interinstitucional e na gestão orientada por resultados. A experiência permitiu desenvolver metodologias para monitoramento de programas complexos, gestão de riscos, pactuação interfederativa, acompanhamento físico-financeiro e transparência, fortalecendo uma cultura organizacional baseada na cooperação entre instituições, no compartilhamento de responsabilidades e na utilização de informações estratégicas para subsidiar a tomada de decisão.

NA PRÁTICA:
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E SEUS AVANÇOS



RESULTADOS

RESULTADOS

Objetivo Estratégico 3 - Promover o uso eficiente dos recursos disponíveis para execução de serviços e políticas públicas tempestivas e de qualidade

A Seplag-MG exerce papel central na promoção do uso eficiente dos recursos públicos ao coordenar políticas e processos transversais que apoiam a prestação de serviços e a implementação de políticas públicas em todo o estado. Sua atuação abrange desde a gestão de compras e contratos corporativos até a logística, a gestão patrimonial, a transformação digital e a prestação direta de serviços à população por meio das UAIs.

Nesse contexto, o objetivo estratégico de promover o uso eficiente dos recursos disponíveis busca ampliar a capacidade de entrega do Estado por meio da racionalização de despesas, da modernização de processos, da sustentabilidade ambiental, do fortalecimento da governança e da utilização intensiva de dados, automação e inteligência artificial.

Diante dos desafios fiscais, da crescente complexidade das demandas sociais e da necessidade de ampliar resultados sem expansão proporcional dos recursos disponíveis, a Seplag-MG estruturou um conjunto de iniciativas voltadas à geração de valor público, à ampliação da eficiência operacional e ao fortalecimento da capacidade institucional do Estado.

As iniciativas apresentadas a seguir demonstram como a otimização dos recursos financeiros, patrimoniais, energéticos, tecnológicos e humanos contribui diretamente para a oferta de serviços e políticas públicas mais tempestivos, sustentáveis e de maior qualidade para os cidadãos mineiros.

Energia Verde

Diante do crescimento contínuo das despesas com energia elétrica e da necessidade de promover maior sustentabilidade na Administração Pública Estadual, a Seplag-MG desenvolveu o Projeto Energia Verde (PEV), iniciativa voltada à modernização da gestão energética, à racionalização dos gastos públicos e à ampliação do uso de fontes renováveis de energia.

Vinculado diretamente ao Plano Estadual de Ações Climáticas PLAC-MG, as unidades do Estado de Minas Gerais passaram a utilizar fontes renováveis por meio do Projeto Energia Verde (PEV), estruturado em dois eixos complementares: Contratações Estratégicas e Monitoramento e Análise, com o objetivo de racionalizar despesas, ampliar a eficiência do gasto público, modernizar a gestão energética estadual e contribuir para as metas climáticas e de sustentabilidade do Estado.

O eixo de Contratações Estratégicas visa realizar duas contratações, sendo que a primeira atenderá 272 unidades em média tensão que serão migradas ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), possibilitando a aquisição de energia proveniente de fontes 100% renováveis, associada a serviços de gestão energética, capacitação e assessoria. Já a segunda contratação atenderá a aproximadamente 7.000 unidades em baixa tensão por meio da geração distribuída compartilhada, a partir de fontes 100% renováveis, sem a necessidade de investimentos diretos em infraestrutura própria de geração.

Ambas as contratações beneficiam mais de 40 órgãos e entidades, envolvendo um fornecimento médio de 268 GWh/ano, uma potencial economia superior a R$ 49 milhões/ano e uma redução das emissões de cerca de 9.845 tCO_2e/ano.

O segundo eixo do projeto dedica-se ao fortalecimento da capacidade de monitoramento e gestão energética da Administração Pública Estadual. Nesse eixo vêm sendo conduzidas iniciativas voltadas à adoção de ferramentas digitais capazes de automatizar a coleta, o tratamento e a análise de dados de consumo e gastos com energia elétrica, facilitando o gerenciamento e a tomada de decisão.

Além disso, a medida permite a criação de uma estrutura permanente de gestão energética no Estado, responsável por acompanhar continuamente o mercado de energia, monitorar resultados e identificar oportunidades de otimização. Ao mesmo tempo, na esteira das recentes transformações do mercado de energia elétrica, verificou-se a oferta de novas soluções de suprimento de energia, configurando-se um cenário de oportunidades frente a uma realidade de crescimento contínuo das despesas com energia elétrica, associado à necessidade de modernização e ampliação da eficiência do gasto.

Adicionalmente, faz-se necessário incorporar práticas alinhadas às políticas de sustentabilidade e descarbonização, destacando-se as metas estabelecidas no Plano Estadual de Ações Climáticas (Plac). Tal cenário impulsionou a estruturação do projeto.

O Projeto Energia Verde (PEV) é a primeira estratégia integrada de gestão de energia elétrica da Administração Pública Estadual, criando modelos inovadores de contratação centralizada de energia elétrica para atendimento das necessidades da Administração Estadual e promove a construção da primeira visão integrada do perfil de consumo de energia elétrica das unidades estaduais atendidas.

Abasteça com etanol

Com o objetivo de reduzir emissões, otimizar gastos e promover o uso de insumos mais sustentáveis na Administração Pública Estadual, a Seplag-MG implementou o projeto de transição do abastecimento da gasolina para o etanol na frota estadual. A iniciativa foi motivada pelo fato de que, embora 68% da frota fosse composta por veículos flex, menos de 1% dos abastecimentos utilizava etanol, evidenciando uma oportunidade relevante de melhoria ambiental e operacional.

No Estado de Minas Gerais, o abastecimento de veículos oficiais é realizado prioritariamente em sua rede de postos próprios e, de forma complementar, são firmados contratos para o gerenciamento do abastecimento via cartão, que permitem o abastecimento em postos de rua da rede credenciada. Para a transição, os dois modelos foram contemplados.

Nos postos próprios do modelo Gestão Total dos Abastecimentos (GTA), foi realizada a migração de 77 postos de abastecimento, localizados em 65 municípios mineiros, possibilitando que a frota de veículos flex de 54 órgãos e entidades seja abastecida prioritariamente com etanol.



Veículos da frota estadual



Estacionamento de veículos na Cidade Administrativa

O plano de transição elaborado pela Seplag-MG previa a migração gradual dos postos, de modo a viabilizar o consumo dos estoques remanescentes de gasolina e não impactar a rotina de abastecimentos e, consequentemente, a prestação do serviço público por meio do veículo oficial.

Com isso, foi possível atingir a meta de 90% de abastecimentos a etanol em veículos flex nos meses de junho a dezembro de 2025, contribuindo para a redução da emissão dos gases do efeito estufa (GEE) pela frota de veículos oficiais: 20,2 milhões de litros de etanol consumidos desde o início da transição e redução estimada de 64% das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). De janeiro a maio de 2026, o percentual de consumo de etanol chegou a 92%. A expectativa é que, em 2026, o percentual de abastecimentos a etanol chegue a 95% nos 15.000 veículos oficiais flex.

Por meio do projeto, o fornecimento de combustível passou a ser contratado de forma centralizada, via contrato corporativo, em substituição à Ata de Registro de Preços, eliminando-se a redundância das ações de gestão contratual. Antes cada um dos 54 órgãos e entidades firmava contratos individuais e cada alteração de preço gerava aditivos todos os contratos.

Com o novo modelo, o contrato e suas alterações passaram a ser assinados por um único órgão, o gestor central, papel exercido pela Seplag-MG, o que garante eficiência processual, reduz custos operacionais e agiliza a formalização dos termos aditivos, contribuindo para a continuidade do fornecimento em contexto de variação de preços.

Para dimensionar o ganho ambiental dessa mudança, o Instituto Jataí e a ACV Brasil, por meio de Acordo de Cooperação celebrado em 2025 no âmbito do Projeto Compras Públicas de Baixo Carbono, realizaram análise de pegada de carbono dos veículos oficiais, comparando o desempenho da frota movida a gasolina e a etanol. Tal estudo indicou que a substituição da frota por veículos de menor intensidade de carbono demonstrou potencial para reduzir significativamente as emissões, com desempenho equivalente à retirada de até 5,4 mil veículos da frota atual.

Compras Públicas de Baixo Carbono

Reconhecendo o potencial das contratações públicas como instrumento de transformação e eficiência, a Seplag-MG implantou o Projeto Compras Públicas de Baixo Carbono. O objetivo é propor estratégias de compras de baixo carbono no âmbito das contratações e aquisições públicas dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, visando à mitigação das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e à promoção de práticas sustentáveis nas aquisições governamentais, em alinhamento com os compromissos climáticos do Estado presentes no Plano Estadual de Ação Climática (Plac).

O projeto considera as aquisições públicas alavancas para a melhoria dos indicadores climáticos e vem sendo executado em parceria com o Instituto Jataí, organização do terceiro setor com reconhecida expertise na área de compras públicas sustentáveis, por meio do Acordo de Cooperação Técnica Seplag/Jataí nº 25/2025, celebrado sem ônus para o Estado.

São metas do projeto: redução de emissões de CO_2 equivalente nas categorias de compras priorizadas, com meta de 10% de redução; integração de critérios de sustentabilidade na política de compras; fortalecimento da capacidade institucional e replicabilidade (por meio da elaboração, de pelo menos, dois instrumentos, tais como planos, manuais e reportes).

O projeto desenvolveu três calculadoras que permitem simular cenários e averiguar o impacto em emissões de GEE para três grupos de itens: rodovias e pavimentação, diesel e veículos (comparando o impacto entre gasolina, etanol e soluções de eletrificação). As calculadoras subsidiam a tomada de decisão enquanto ferramentas que viabilizam a análise do aspecto do impacto ambiental no processo decisório do gestor. Ao mesmo tempo, o diagnóstico sobre o ciclo de vida de grupos de compras estratégicas para o desenvolvimento da estratégia de compras públicas de baixo carbono demonstra alto potencial.



Seminário Compras e Logística Governamental de Baixo Carbono

Bolsa 2.0

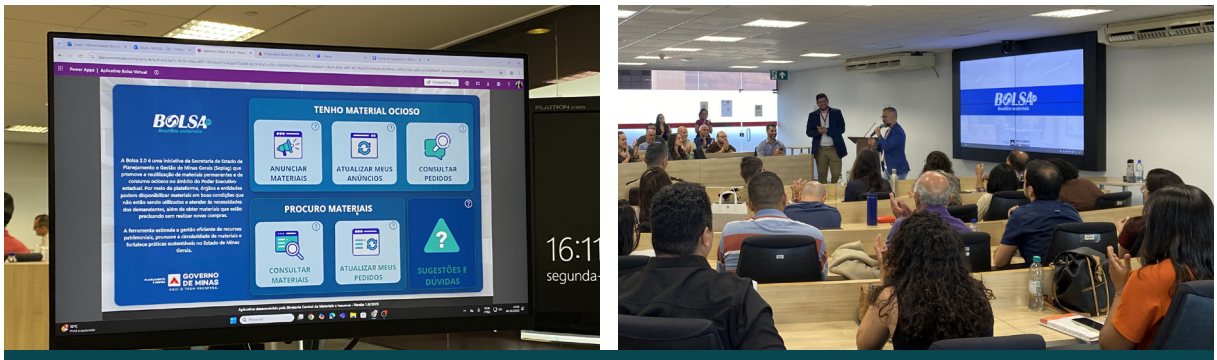
Para enfrentar elevados índices de ociosidade de bens públicos e reduzir a necessidade de novas aquisições, a Seplag-MG desenvolveu a Bolsa 2.0, solução digital voltada à reutilização e ao compartilhamento de materiais entre órgãos e entidades estaduais. A Bolsa 2.0 é uma solução para digitalizar e potencializar o processo de reutilização de materiais ociosos (equipamentos de informática, mobiliário, ferramentas, monitores etc.) entre órgãos e entidades do Estado.

A solução inclui um aplicativo em que os usuários podem anunciar e solicitar materiais em boas condições que não estejam sendo utilizados, possibilitando a conexão entre ofertantes e demandantes, viabilizando o uso de materiais para a geração de valor e reduzindo as despesas com novas compras de materiais já disponíveis.

Como resultados da execução do piloto da Bolsa 2.0 existem 245 usuários registrados no aplicativo, distribuídos por 33 municípios e 46 órgãos e entidades distintos. Atualmente, há um total de mais de 32,5 mil bens ou itens anunciados correspondendo aos anúncios ativos. Foram registrados no aplicativo demandas de 1,7 mil bens ou itens de materiais de consumo.

Para demonstrar o potencial financeiro e considerando que a reutilização de materiais desonera os entes de realizar a compra de itens novos, somente no ano de 2025 a Bolsa de Materiais, no seu formato tradicional, doou ou transferiu 5.657 bens ociosos, os quais correspondem a um valor depreciado de R$ 1,9 milhões. Desde 2023 foram 16.936 bens ociosos reutilizados entre órgãos e entidades do Estado, economia superior a R$ 4,5 milhões caso houvesse a aquisição de bens novos.

Espera-se que com o Bolsa 2.0 a reutilização ganhe mais escala, contribuindo para um melhor aproveitamento dos materiais previamente adquiridos pela Administração.



Lançamento da Bolsa 2.0

Gestão dos imóveis públicos

Para além do uso eficiente dos recursos já disponíveis, outra frente necessária para a condução dos serviços e políticas públicas é a gestão patrimonial adequada. Nesse sentido o projeto de Mapeamento e Atualização do Patrimônio Imobiliário do Estado (Mapi.MG) visa eliminar o descompasso informacional entre a situação real do imóvel e o seu registro em sistema e, com isso, subsidiar a tomada de decisão qualificada, otimizar o uso e a destinação dos bens e financiar a realização de serviços e políticas públicas.

O objetivo é qualificar a gestão dos mais 11.000 imóveis que compõem o patrimônio imobiliário estadual através do levantamento, validação e integração de informações e, em 2025, foi iniciado o piloto do projeto, com uma amostra inicial de 950 imóveis. O Mapi.MG prevê a contratação e realização de um serviço técnico multidisciplinar para realização de inventário, contemplando visitas in loco, entrevistas, georreferenciamento de precisão dos imóveis, pesquisa cartorial, análise documental e laudos de avaliação padronizados.

Com o projeto, a Seplag-MG enfrenta a necessidade histórica de atualização dos dados dos imóveis públicos e viabiliza a efetiva gestão imobiliária do Estado. Ao mesmo tempo, inaugura uma nova cultura sistêmica de zelo patrimonial, fundamentada em dados georreferenciados precisos, conformidade e responsabilidade fiscal de longo prazo, bem como uma mudança de paradigma sobre os imóveis públicos, que passam a ser vistos como ativos promotores do desenvolvimento econômico e social.

Uma nova lógica de operacionalização das políticas e redução dos custos com imóveis se tornou ação estratégica para a Seplag-MG como resultado atrelado à gestão patrimonial. No âmbito do Programa de Compartilhamento de Imóveis, foi realizado um conjunto articulado de entregas voltadas à otimização da ocupação de prédios públicos estaduais, ao aprimoramento da gestão patrimonial e à redução de despesas.

O trabalho partiu de estudos e de um diagnóstico das bases imobiliárias, que permitiram identificar municípios com elevado potencial de compartilhamento, e evoluiu para a construção de uma metodologia de priorização com critérios técnicos para a seleção de municípios e imóveis. Esses referenciais foram então consolidados em um documento com a avaliação técnica detalhada de imóveis em cinco municípios.



Visita dos técnicos do Mapi.MG a imóvel estadual

Além do suporte normativo e metodológico, foi realizada análise comparativa dos modelos de compartilhamento e das regras de rateio adotados pelo Governo Federal, por outros estados e pela própria Cidade Administrativa de Minas Gerais. Esse esforço resultou na minuta de um Termo de Compartilhamento (instrumento jurídico padrão destinado a formalizar ocupações, delimitar responsabilidades e fixar critérios de rateio) e em propostas de aprimoramento normativo voltadas ao fortalecimento da governança imobiliária estadual.

A iniciativa introduziu instrumentos inéditos para a gestão do patrimônio estadual, como a metodologia de análise de viabilidade e a priorização de imóveis para compartilhamento, acompanhadas da proposta do Termo de Compartilhamento como novo instrumento jurídico padrão. Para conferir objetividade ao rateio de despesas, criou-se uma ferramenta de dimensionamento, que parametriza a divisão de custos a partir de critérios mensuráveis como área útil, número de usuários e consumo de serviços.

Em conjunto, esses instrumentos profissionalizaram e tornaram mais transparentes os procedimentos de ocupação compartilhada, substituindo decisões pontuais por critérios padronizados e replicáveis. A política fortaleceu a atuação da Seplag-MG na redução de despesas com locações e no melhor aproveitamento dos ativos próprios, inclusive em articulação com o programa UAI Compartilha para a identificação de imóveis aptos à implantação de novas unidades no interior.

Ao longo de 2025 e 2026, esse trabalho materializou-se em reuniões, análises de cenário e visitas técnicas a diversos municípios, entre eles Bom Despacho, Formiga, Mateus Leme, Três Pontas, Governador Valadares, Barbacena, Varginha, Juiz de Fora e Belo Horizonte.

Parcerias

Em face das restrições fiscais e aumento da complexidade social, a Seplag-MG, por meio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Revisão de Gastos (Splor) posicionou-se como ator relevante para o fomento e estruturação de parcerias com OSCIPs e OSs, ação impulsionada, de forma determinante, pela revisão e padronização de normativos e procedimentos.

Entre as principais ações, destacam-se a publicação da nova versão do manual de elaboração dos regulamentos próprios das OSs, o fortalecimento da governança do Programa de Descentralização da Execução de Serviços para Entidades do Terceiro Setor (mediante a intensificação da interlocução com órgãos parceiros), o desenvolvimento de um dashboard para consolidação de informações estratégicas e a capacitação contínua dos servidores envolvidos na gestão desses instrumentos.

O incremento no volume de recursos repassados via termos de parceria e contratos de gestão atingiu patamares históricos, refletindo não apenas a expansão dos modelos, mas também a necessidade institucional desses arranjos para viabilizar políticas públicas que superam a capacidade de atendimento direto da estrutura estatal tradicional. O aumento exponencial dos recursos e dos instrumentos celebrados atuou como um vetor de inovação administrativa, impulsionando a transformação de fluxos voltados à condução, ao monitoramento e à fiscalização das parcerias pelos órgãos finalísticos.

O principal resultado foi o fortalecimento da capacidade do Estado de entregar serviços essenciais à sociedade diante de limitações estruturais da administração pública direta. A expansão das parcerias propiciou a ampliação do alcance e da capilaridade dos serviços prestados, maior flexibilidade na gestão de atividades especializadas, a consolidação da cultura de gestão por resultados e o incremento da eficiência na aplicação dos recursos públicos. Considerando a tendência de ampliação do uso de parcerias com o terceiro setor, torna-se fundamental assegurar a continuidade das iniciativas de fortalecimento institucional desenvolvidas nos últimos anos.



Seplag-MG participa do Encontro Nacional do Terceiro Setor

Para o próximo ciclo, as prioridades estratégicas devem focar no aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de governança e avaliação, na ampliação de ferramentas de inteligência de dados para o acompanhamento físico e financeiro, na intensificação das ações de capacitação técnica dos atores envolvidos e no aprimoramento dos mecanismos de produção e disseminação do conhecimento institucional.

Uso eficiente dos recursos na Cidade Administrativa

A gestão do complexo da Cidade Administrativa é outra iniciativa que traduz o objetivo de promover o uso eficiente dos recursos públicos para viabilizar a melhor prestação de serviços para os cidadãos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo. Construído a partir de projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer, tem projeto paisagístico que reúne diversos simbolismos para representar a história e a diversidade de Minas Gerais, com espécimes que representam os biomas do cerrado, mata atlântica e caatinga presentes no estado.

Focada nesse objetivo, a Intendência da Cidade Administrativa vem atuando para assegurar que o local ofereça as melhores condições de conforto e segurança para servidores e visitantes, considerando que além das ações do dia a dia, somente em 2025 e 2026 foram realizados cerca de 1.640 eventos no complexo.

Uma das frentes é a preservação e manutenção das áreas verdes, por meio, por exemplo, de parceria inicial com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), no âmbito do Projeto Manutenir, e com o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) para apoio na roçada do gramado e poda de árvores.

Em 2025, a parceria foi retomada visando à alocação de indivíduos privados de liberdade para a manutenção das áreas externas. Trata-se de uma oportunidade de trabalho, capacitação e remição de pena aos detentos, além de ser uma forma de reduzir os custos de manutenção e conservação dos prédios públicos estaduais, uma vez que as despesas com transporte e alimentação dos presos são custeadas pelos próprios órgãos beneficiados.



Gil Leonardi / Imprensa MG

Cidade Administrativa de Minas Gerais

A atuação do grupo nas áreas verdes da Cidade Administrativa permitiu melhorar e restaurar canteiros, bem como preservar parte do gramado cortado, gerando uma economia aproximada de R$ 2,5 milhões ao ano. Além disso, obteve-se um avanço relevante na integração entre setores, uma vez que a implementação da parceria demandou articulação contínua entre unidades administrativas, áreas jurídicas, de gestão de pessoas, logística, segurança e instituições parceiras, como a Sejusp-MG.

A segunda iniciativa de destaque foi a realização de capacitações para a Brigada de Incêndio da Cidade Administrativa, resultando na formação e manutenção de 1.023 brigadistas civis ativos, com foco na prevenção, preparação e atuação em emergências. O principal desafio desse processo foi viabilizar a formação de novos membros durante o horário de expediente, uma vez que os participantes precisavam se ausentar temporariamente de suas atividades institucionais. Diante disso, fez-se necessário incentivar a participação dos servidores e conciliar as demandas das unidades com a necessidade de ampliar o efetivo.

O esforço conjunto também permitiu expandir o contingente, aproximando a instituição do objetivo de manter, no mínimo, 10% da população diária da Cidade Administrativa composta por brigadistas capacitados. Por fim, ressalta-se que a continuidade das capacitações, as reciclagens periódicas e a atualização dos procedimentos de atuação devem ser tratadas como atividades contínuas e perenes.

Outra ação que pode ser ressaltada no período é a criação, no segundo semestre de 2025, de uma força-tarefa para a destinação de mais de 800 computadores a prefeituras, em articulação conjunta da Seplag-MG com a Secretaria de Estado de Governo (Segov-MG).

Entre os desafios enfrentados, podem ser assinaladas a complexidade documental e a necessidade de uma triagem detalhada. O levantamento do quantitativo apresentou dificuldades operacionais em razão da dispersão dos equipamentos em múltiplos locais de guarda, o que ocasionou divergências entre os controles sistêmicos e a situação física dos itens.



Treinamento de brigadistas da Cidade Administrativa de Minas Gerais

Mais tecnologia na Gestão de Pessoas

O uso eficiente dos recursos públicos encontra, na temática de gestão de pessoas, a necessidade de buscar soluções para garantir a eficiência na prestação de serviços de uma área-meio que demanda uso intensivo de mão de obra e de tempo contínuo para a execução. Nesse sentido, o uso de tecnologias se apresenta como uma alternativa, que foi adotada pela Seplag-MG para enfrentar esse desafio.

Dessa forma, a secretaria desenvolveu um conjunto abrangente de ações voltadas ao aprimoramento do sistema Conecta Servidor, à melhoria dos processos de aposentadoria, à API (Interface de Programação de Aplicações) de consulta de óbitos junto à Dataprev para prevenção de pagamentos indevidos, digitalização de microfichas financeiras por meio de parceria com o Ipsemg, bem como ações voltadas a avaliações periciais na modalidade virtual (Teleperícias).

No âmbito do atendimento em Recursos Humanos, as principais iniciativas, projetos e entregas realizadas estão relacionadas à implementação, consolidação e aprimoramento dos canais, com foco na centralização das demandas, no fortalecimento da governança e na utilização de informações gerenciais para a tomada de decisão.

Nesse contexto, destaca-se a implantação do Conecta Servidor, por meio do desenvolvimento e lançamento do Sistema de Atendimento em Recursos Humanos como novo canal corporativo de atendimento aos servidores públicos estaduais, centralizando as demandas de recursos humanos em uma única plataforma digital.

Na gestão, destaca-se a implementação de um novo modelo de governança do atendimento de RH, com a estruturação de responsabilidades compartilhadas entre a Unidade de Atendimento em Recursos Humanos (UARH), as áreas centrais da Subsecretaria de Gestão de Pessoas (Sugesp) e as Unidades Setoriais de Recursos Humanos. O novo modelo possibilitou maior rastreabilidade, transparência e controle das demandas.

Nesse cenário, destacaram-se como principais desafios a fragmentação dos canais de atendimento, a ausência de padronização das orientações prestadas, a dificuldade de acompanhamento e rastreabilidade das solicitações e a dependência excessiva de atendimentos realizados por e-mail, telefone e contatos informais. Além disso, identificava-se ainda a limitada disponibilidade de informações gerenciais para apoio à tomada de decisão, o aumento contínuo da demanda por serviços digitais e a necessidade de ampliar a eficiência operacional das áreas de recursos humanos



Lançamento do Conecta Servidor

O Conecta Servidor foi então concebido nesse propósito de ampliar a digitalização dos serviços de recursos humanos, centralizar o acesso em um canal único, fortalecer a autonomia dos servidores na busca por informações e serviços, promover maior integração entre as áreas responsáveis pelo atendimento e disponibilizar informações gerenciais mais qualificadas para a gestão.

Outro eixo relevante refere-se à consolidação dos indicadores de atendimento, por meio do aprimoramento dos painéis gerenciais e da intensificação da utilização dos dados para a tomada de decisão, fortalecendo a gestão orientada por evidências.

Em 2025, o Sistema Conecta RH registrou mais de 54 mil chamados, abrangendo diversos temas relacionados à gestão de pessoas, o que exigiu elevada coordenação entre múltiplas áreas técnicas. Nesse contexto, foram identificados como principais riscos o acúmulo de chamados pendentes, o descumprimento dos prazos pactuados, impactos na satisfação dos servidores, a sobrecarga operacional em períodos de maior demanda, a falta de uniformidade nos atendimentos e a perda de informações gerenciais relevantes para a tomada de decisão.

Desse total, 50.350 foram atendidos dentro do prazo estabelecido, resultando em um percentual anual de atendimento tempestivo de 91,69%. Esse desempenho representou a superação da meta institucional de 85,41% em 6,28 pontos percentuais, além do cumprimento da meta em todos os meses do exercício

Ainda na área de Gestão de Pessoas, destaca-se o projeto Melhoria dos Processos de Aposentadoria, iniciado em 2025 e ainda em andamento, desenvolvido em parceria com o Laboratório de Inovação em Governo do Estado de Minas Gerais (LAB.mg), com o propósito de modernizar e agilizar a análise dos processos de aposentadoria no âmbito da Seplag-MG.



Conecta RH

O projeto envolve a simplificação de procedimentos, a redução de retrabalho, a padronização das análises e o aumento da transparência na tramitação dos processos. Entre as principais entregas previstas destacam-se a definição de critérios legais de priorização e a criação de fila única automatizada, a revisão e simplificação da documentação obrigatória, a implantação de ferramenta de gestão dos processos recebidos via SEI e a simplificação do check-list de instrução do processo, contribuindo para otimizar o trabalho das equipes, melhorar a organização da fila de análise e oferecer um serviço mais eficiente, tempestivo e qualificado aos servidores.

Atualmente estão sendo conduzidas ações de revisão e simplificação dos processos, com destaque para a simplificação da documentação obrigatória, reduzida de 26 para 15 documentos, bem como a definição de critérios legais de priorização. Os principais resultados desse projeto estão relacionados à organização da fila única de processos, com priorização conforme o Estatuto do Idoso e a Lei Estadual nº 14.184/2002.

Como impacto esperado até o final de 2026, busca-se reduzir em 80% o tempo de análise dos processos de aposentadoria pela Seplag-MG, bem como em 40% o prazo para emissão de Certidões de Tempo de Contribuição (CTCs) e análise de pedidos de averbação, promovendo maior celeridade e qualidade no atendimento aos servidores.

O projeto incide sobre um processo sensível, de grande volume e com elevado impacto na vida funcional dos servidores e contribui para ampliar a isonomia no tratamento dos processos, assegurar maior aderência à legislação, reduzir erros e retrabalho, acelerar a concessão das aposentadorias e conferir maior transparência à tramitação.

Por fim, a iniciativa digitalização de microfichas financeiras por meio de parceria com o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg) foi realizada com o objetivo de modernizar e facilitar o acesso às informações funcionais e financeiras dos servidores. Dessa forma, foi possível reduzir a dependência de documentos físicos, promover a preservação das informações históricas, a maior segurança das informações e proporcionar maior agilidade na análise de processos administrativos, contribuindo para a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados.

O projeto resultou na digitalização de cerca de 2,8 milhões de imagens, correspondente a 2/3 do acervo.

Cabe destacar também a iniciativa Avaliações Periciais na Modalidade Virtual (Teleperícia), que representou avanço significativo ao possibilitar maior celeridade na realização das reavaliações de ajustamento funcional anteriormente em atraso, além de eliminar a necessidade de deslocamento dos servidores e candidatos até Belo Horizonte, reduzindo custos financeiros e desgastes físicos e emocionais.

No exercício de 2025, foram atendidos, por meio da Teleperícia, 890 periciandos nos Núcleos Regionais de Perícia Médica e Saúde Ocupacional nas modalidades fonoaudiológica, psicológica, social e fisioterápica, enquanto, no ano de 2026, até 23/06/2026, 261 periciandos passaram por avaliação da Equipe Biopsicossocial por meio dessa modalidade.

A aplicação da tecnologia com foco nesse objetivo estratégico foi acompanhada do desenvolvimento, pela Seplag-MG, de um conjunto abrangente de ações voltadas ao aprimoramento da gestão da força de trabalho âmbito da Administração Pública Estadual.

Entre elas, a atuação no acompanhamento técnico de projetos de Dimensionamento da Força de Trabalho, com conclusão das iniciativas na Fundação Ezequiel Dias (Funed), e na Escola de Saúde Pública (ESP) e execução em andamento no Ipsemg, além da condução direta de projetos na ARSAE-MG, na Junta Comercial de Minas Gerais (Jucemg) e na Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG). Complementarmente, foi promovida a capacitação de diversos servidores por meio do curso online Mapa de Atribuição por Produto (MAP), contribuindo para a qualificação técnica das equipes envolvidas na temática.

No contexto do dimensionamento da força de trabalho, as iniciativas foram motivadas pelas limitações financeiras e fiscais enfrentadas pelo Estado de Minas Gerais, especialmente aquelas decorrentes das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso demandou a adoção de estratégias mais precisas para identificação das necessidades reais de força de trabalho, possibilitando a análise de déficits e superávits de pessoal e subsidiando decisões mais eficientes na gestão de recursos humanos.

Para 2026, a expectativa é de conclusão dos projetos de Dimensionamento da Força de Trabalho da Arsae-MG, do Ipsemg e da Jucemg. No que se refere ao projeto de dimensionamento da PCMG, estima-se que seja concluído até 2027.

Inovação e Automatização em processos administrativos

Para além da temática de gestão de pessoas, a aplicação de tecnologia foi maximizada por meio da instituição do Escritório de Inovação e Automatização. Essa unidade atua de modo transversal no Estado para disseminar e institucionalizar práticas como a simplificação de processos e o uso de tecnologias para otimização dos recursos disponíveis.

Entre os projetos concluídos, pode ser destacada a automatização do cadastro de documentos no Sistema de Perícia Médica da Seplag-MG, que categorizou mais de 314 mil documentos, economizando mais de 26 mil horas de trabalho até o momento. Outra ação foi voltada para o processamento de faturas de energia de baixa e média tensão na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp-MG). Por meio da utilização de um robô, foi possível economizar 126 horas de trabalho mensais.

Também na Sejusp-MG, foi realizada a análise do processo de alteração de férias, com o mapeamento e redesenho do processo de marcação e alteração de férias das servidoras e servidores das unidades que não utilizam o Ponto Digital. As soluções adotadas reduziram o uso de papel, eliminaram etapas de coleta de assinaturas, aumentaram a confiabilidade das informações, diminuíram erros de lançamento e reduziram a quantidade de processos no SEI.

Os robôs executam a atividade cerca de seis vezes mais rápido que o processo manual, proporcionando uma economia estimada de 21,5 horas de trabalho por mês. Por fim, a Sejusp-MG implementou ainda um robô de pagamento para o cadastro de notas fiscais, que realiza a leitura de dados das notas de despesas com alimentação em presídios a partir de processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) com auxílio de IA, a fim de registrar essas informações no Portal de Compras. Foram economizadas 40 horas por mês com a implementação do processo.

É importante informar que diversos processos apresentavam alto consumo de tempo dos servidores em tarefas operacionais, como análise documental, cadastro de informações em sistemas e processamento de documentos, gerando riscos de atrasos, retrabalho e erros operacionais. Nos serviços, os ganhos incluíram maior agilidade, simplificação do atendimento ao usuário, melhor integração entre áreas e órgãos, e mais capacidade de resposta da administração pública, sem necessidade de aumento proporcional de recursos humanos.

Centralização de compras

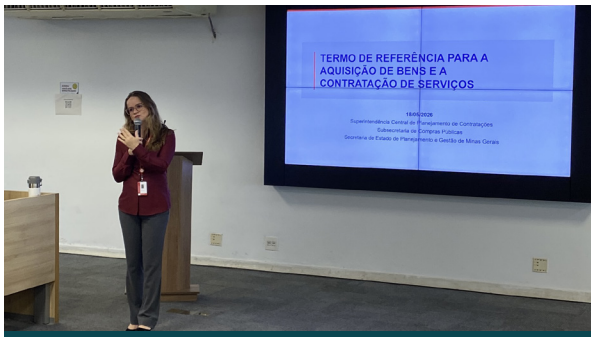
Por fim, a última vertente relacionada ao objetivo estratégico em questão é a centralização de compras no Estado com vistas a simplificar a gestão, disponibilizar a mão de obra dos órgãos e entidades para serviços mais críticos, reduzir redundâncias e aumentar a eficiência técnica das aquisições.

Dados os reconhecidos benefícios das compras conjuntas ou compartilhadas, inclusive conforme novo marco legal introduzido com a edição da Lei Federal nº 14.133/2021, a Seplag-MG vem atuando na implementação de estratégia de ampliação da centralização, que permite a realização de compras para o atendimento de diversos órgãos e entidades.

A centralização de compras tem como foco aqueles objetos de uso em comum e considerados estratégicos, de elevado impacto para a prestação dos serviços públicos. Entre eles, destacam-se as aquisições de medicamentos destinados à assistência farmacêutica e ao atendimento de demandas judiciais, bem como contratos corporativos de grande relevância para o funcionamento da Administração Pública. O índice de sucesso das compras gerais, para atendimento a todos os públicos ficou em 84,31% em 2025.



Capacitação sobre pesquisa de preços



Capacitação sobre termo de referência

Outras contratações estratégicas de destaque, que foram operacionalizadas de forma centralizada pela Subsecretaria de Compras Públicas (Subcomp) no último biênio, são: aquisição de kits escolares, contratação de empresa especializada para realização de concurso público para a Fundação João Pinheiro e aquisição de Licenças Microsoft.

Atualmente, a estrutura de compras centralizadas reflete as três vertentes principais do macroprocesso de contratações públicas, quais sejam: as etapas de planejamento, de seleção do fornecedor e de gestão contratual. Essa estrutura permite a especialização da mão-de-obra e a segregação de funções, além da adoção de etapas de conformidade nos processos, contribuindo para a sua eficiência e segurança jurídica.

As atividades estão definidas por fluxos de trabalhos bem delineados e conformadas segundo acordos de nível de serviço e de nível operacional, permitindo o seu monitoramento mais eficaz e uma otimização dos resultados processuais.

A Seplag-MG incorporou, também, o processamento das compras de pequeno valor, as dispensas de licitação denominadas Cotações Eletrônicas de Preços (Coteps) para o atendimento da secretaria, processadas até então por outra unidade da pasta. Com isto, a centralização das compras governamentais consolidou-se como uma importante estratégia de gestão, capaz de promover ganhos de escala, padronização de procedimentos, redução de custos operacionais e fortalecimento da governança das contratações.

Em 2025, a Subcomp teve R$ 19,5 bilhões de compras homologadas, o que representa 61% de todo o valor total homologado pelos órgãos da administração direta, autarquias e fundações no exercício nas compras de bens e contratações de serviços. Esse é o maior patamar alcançado nos últimos anos, o que revela a força da estratégia de realização de compras compartilhadas no Estado. Até maio de 2026, o valor homologado pela subsecretaria já alcança R$ 2,3 bilhões, dos quais 9,7%, cerca de R$ 219 milhões, referem-se às compras centralizadas de medicamentos.

Em 2025, a contratação realizada por meio do Pregão Eletrônico para Registro de Preços – Planejamento nº 82/2025 atendeu de forma integrada às necessidades de 43 órgãos e entidades estaduais. Com valor homologado de R$ 1,59 bilhão, gerou economia estimada em aproximadamente 16% em relação ao custo inicialmente previsto para a contratação.



Capacitação sobre pesquisa de preços

As ações relacionadas ao novo modelo de compras públicas adotado em Minas Gerais contribuíram para a construção de capacidades institucionais permanentes. Houve a estruturação de fluxos padronizados, a definição clara de competências, o fortalecimento da governança, a especialização das equipes e a consolidação de mecanismos de acompanhamento e controle. Essas iniciativas permitiram criar uma base organizacional mais robusta e preparada para os desafios das contratações públicas.

Frente a esse cenário de desafios, uma boa prática que merece destaque é a realização de reuniões frequentes com as áreas ou órgãos ou entidades demandantes. Considerada a complexidade dos processos, o alinhamento constante de expectativas e de entregas possibilitou a realização dos procedimentos de forma mais fluida e com menos retrabalho.

Além do processamento, tem destaque a atuação da subsecretaria na etapa de planejamento das compras de alguns objetos, com a realização da etapa preparatória, incluindo o estudo da solução para atendimento ao interesse público e a formatação do objeto da licitação. As compras centrais viabilizam ganhos de escala, padronização e racionalização dos processos de aquisição.

As compras de medicamentos representam atividades estratégicas realizadas pelo Estado de Minas Gerais. Além do elevado volume financeiro envolvido, essas aquisições possuem impacto direto na continuidade de tratamentos de saúde, no abastecimento de hospitais e unidades assistenciais e na garantia do acesso da população a medicamentos essenciais.

A aproximação com o mercado fornecedor também passou a integrar a estratégia institucional. Por meio da realização de audiências públicas e consultas estruturadas à indústria farmacêutica, a Seplag-MG ampliou a previsibilidade das aquisições, identificou riscos de fornecimento de forma antecipada e fortaleceu a competitividade dos processos licitatórios.

A partir do ano de 2025, com ações previstas em projeto prioritário, foram reforçadas iniciativas estruturantes voltadas ao aperfeiçoamento dos procedimentos licitatórios. Entre elas, destacam-se a criação de metodologia própria de inteligência de mercado para análise de itens desertos e fracassados; a revisão das especificações técnicas por equipe especializada de farmacêuticas da Seplag-MG; a intensificação da validação regulatória dos medicamentos junto à Anvisa; e a reorganização dos certames em processos segmentados conforme as características dos produtos.

Os resultados alcançados demonstram a efetividade das medidas implementadas. Nas compras centrais de medicamentos destinadas a órgãos e entidades estaduais, o índice de sucesso passou de uma média histórica aproximada de 60% para 78% no ciclo de compras de 2024, alcançando quase 90% no ciclo de 2025. Nas compras estaduais destinadas aos municípios mineiros, os percentuais atingiram aproximadamente 84% em 2024, mantendo-se em 2025. Nas compras judiciais, observou-se evolução dos resultados, com crescimento do índice de sucesso de 43% para 48% no período.

Junto com a melhoria do índice de sucesso das compras, a nova metodologia permitiu ampliar significativamente a capacidade operacional do Estado para absorver demandas cada vez mais complexas, fortalecendo a atuação integrada entre a Seplag-MG e a Secretaria de Estado de Saúde. Em relação ao ciclo de compras de 2025, as atas de registro de preços decorrentes das compras centrais movimentaram aproximadamente R$ 2,4 bilhões.

Os avanços obtidos consolidaram uma nova forma de atuação da Subsecretaria de Compras Públicas, baseada no planejamento estratégico, na inteligência de mercado, na gestão de riscos, na governança colaborativa e na integração interinstitucional. O principal legado desse processo consiste na consolidação de uma política pública de compras de medicamentos mais eficiente, resiliente e preparada para enfrentar os desafios futuros.

As compras compartilhadas de insumos de saúde são realizadas pelos órgãos e entidades autorizados pela Seplag-MG a realizar essas compras por meio do sistema de registro de preços. Nessas compras a Subcomp possui atuação distinta relativamente às demais compras para o setor saúde, trabalhando na coordenação das atividades que são realizadas pelas instituições participantes.

Sob liderança da Seplag-MG foram estruturadas rotinas permanentes de monitoramento do planejamento e realização das compras, acompanhamento das atas de registro de preços vigentes e dos riscos de desabastecimento, alinhamento de cronogramas e discussão de estratégias de aquisição.

As reuniões mensais passaram a unir gestores, especialistas e equipes técnicas para discussão de aproximadamente 65 categorias da área da saúde, além dos 25 procedimentos de aquisição centralizadas de medicamentos, todos processados de forma compartilhada.

As compras públicas centralizadas constituem um dos principais instrumentos utilizados pelo Estado para ampliar a eficiência administrativa, racionalizar gastos e assegurar maior qualidade nas aquisições governamentais. Nesse modelo, o Sistema de Registro de Preços (SRP) ocupa posição estratégica ao permitir que uma única contratação atenda simultaneamente diversos órgãos e entidades, promovendo ganhos de escala, padronização das aquisições e maior competitividade entre os fornecedores.

Nos últimos anos, a expansão das compras centralizadas conduzidas pela Seplag-MG elevou significativamente a complexidade da gestão das Atas de Registro de Preços. O aumento do número de atas vigentes, da diversidade dos objetos contratados e da quantidade de órgãos atendidos passou a exigir mecanismos mais robustos de governança, acompanhamento permanente e padronização dos procedimentos administrativos, garantindo que as contratações permanecessem eficientes durante toda a sua vigência.

Nesse contexto, a ampliação da centralização da gestão das Atas de Registro de Preços na Seplag-MG mostrou-se fundamental para assegurar maior eficiência e uniformidade na condução desses processos.

Diante desse cenário, tornou-se necessária a adoção de um modelo de gestão estruturado, capaz de fortalecer a governança na gestão das Atas de Registro de Preços, padronizar procedimentos e ampliar a capacidade institucional da Seplag-MG para acompanhar, de forma contínua, todo o ciclo de vida das contratações corporativas.



Oficina regional da Estratégia Nacional de Compras Públicas

A Subsecretaria de Compras Públicas implementou um conjunto integrado de iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento desse processo. As ações contemplaram a revisão de processos, o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento, a padronização de procedimentos, a produção de orientações técnicas, a automação de rotinas e o fortalecimento da gestão do conhecimento, estruturando um modelo de atuação baseado em governança, melhoria contínua, eficiência operacional e suporte permanente aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Os resultados alcançados refletem a dimensão dessa atuação. Entre 2025 e 2026 foram gerenciadas 109 Atas de Registro de Preços, das quais 51 foram formalizadas no período, abrangendo aproximadamente 3.187 itens de materiais e serviços registrados e demandando a emissão de 755 documentos destinados à convocação e assinatura das empresas beneficiárias.

A condução centralizada desses instrumentos exigiu acompanhamento contínuo de sua execução, atuação permanente junto aos órgãos participantes e interlocução constante com fornecedores, garantindo regularidade operacional e maior estabilidade na gestão das contratações compartilhadas.

A gestão centralizada também proporcionou maior flexibilidade na utilização das contratações compartilhadas. Ao longo do período foram realizados 395 remanejamentos de quantitativos entre órgãos participantes, possibilitando a redistribuição dos saldos registrados de acordo com as necessidades efetivamente verificadas durante a execução das atas. Essa atuação permitiu otimizar a utilização dos quantitativos contratados, evitar desperdícios, reduzir a necessidade de novas licitações, minimizar compras fragmentadas e promover maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos, direcionando os saldos disponíveis para os órgãos que efetivamente deles necessitavam.

O alcance do modelo adotado evidencia-se ainda pela abrangência de sua utilização. Atualmente, as Atas de Registro de Preços gerenciadas pela Secretaria atendem aproximadamente 63 órgãos e entidades da Administração Pública Estadual. Contemplam objetos estratégicos indispensáveis à execução das políticas públicas, tais como medicamentos, produtos para assistência farmacêutica, equipamentos médico-hospitalares, soluções de tecnologia da informação, infraestrutura de redes, telefonia móvel, equipamentos de informática e diversos outros bens e serviços essenciais.

Ao concentrar a gestão desses instrumentos em uma estrutura técnica especializada, a Seplag-MG desonera administrativamente os órgãos demandantes, permitindo que secretarias finalísticas concentrem seus esforços na execução de suas competências institucionais, ao mesmo tempo em que assegura tratamento uniforme, maior especialização técnica e ganhos de escala em toda a Administração.

No contexto da gestão pública mineira, a expressão “contrato corporativo” passou a representar o principal instrumento de materialização desse modelo de centralização. Trata-se de uma contratação estruturada para atender simultaneamente às necessidades de múltiplos órgãos e entidades, permitindo que bens e serviços de uso comum sejam providos de forma compartilhada.

Em substituição ao antigo modelo de contratações fragmentadas, a Administração passou a concentrar em uma estrutura técnica especializada a condução dos procedimentos licitatórios, a formalização dos contratos para o atendimento de serviços de terceirização de mão-de-obra, de soluções de TIC, e de aquisição de combustíveis, superando o valor de R$ 11 bilhões e liberando as áreas finalísticas para execução das suas políticas públicas.

O amadurecimento desse modelo encontrou respaldo e consonância com as diretrizes nacionais contemporâneas. Quando o ordenamento jurídico federal passou a privilegiar expressamente a centralização das contratações públicas, Minas Gerais já havia consolidado uma estrutura institucional voltada à gestão compartilhada de bens e serviços comuns.

Essa experiência permitiu ao Estado atravessar a transição dos marcos regulatórios com segurança jurídica e maturidade administrativa, demonstrando que a centralização constitui importante instrumento para ampliar a eficiência, fortalecer a governança e assegurar maior previsibilidade na prestação de serviços públicos essenciais. Onde se destacam: o Contrato Corporativo de Prestação de Serviços Terceirizados (MGS), o Contrato Corporativo de Prestação de Serviços Terceirizados – Rio Doce (MGS), o Contratos Corporativos da Rede IP Multisserviços e da Solução ProBPMS e o Contrato Corporativo de Fornecimento de Combustíveis em Rede Própria.

Os contratos corporativos são importantes instrumentos de aprimoramento da gestão e de incremento da qualidade do gasto público, beneficiando muitos órgãos e entidades com uma gestão central dos termos contratuais e desonerando sua mão de obra para que se dedique ao cumprimento de suas finalidades institucionais.

Objetivo Estratégico 4 - Promover a coordenação e o alinhamento das ações com foco na implementação da estratégia governamental

A coordenação e o alinhamento das ações voltadas à implementação da estratégia governamental contribuem diretamente para a missão da Seplag-MG, que consiste em viabilizar os meios e coordenar as iniciativas necessárias para a oferta de serviços e políticas públicas de qualidade. Essa atuação está relacionada ao papel da Secretaria como órgão central de governo e à sua responsabilidade na agenda de planejamento.

No âmbito interno, identificou-se a necessidade de aprimorar a articulação entre as áreas, garantindo maior coerência entre as prioridades institucionais e os diferentes níveis de governança. Nesse contexto, a consolidação e o aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, como o Plano Estratégico, os indicadores de desempenho e as carteiras de projetos, tornaram-se essenciais para sustentar esse esforço de integração.

As iniciativas desenvolvidas no período constituíram importantes etapas para a construção de uma gestão estratégica mais integrada, orientada por dados e alinhada às prioridades institucionais da Seplag-MG. Embora as transformações pretendidas ainda não tenham sido plenamente alcançadas, foram estabelecidas bases relevantes para o fortalecimento da governança, da coordenação institucional e dos mecanismos de monitoramento da estratégia.

A principal contribuição observada até o momento refere-se à criação de estruturas e processos voltados à integração entre planejamento, execução e acompanhamento das ações institucionais. A implantação e revisão do Planejamento Estratégico Seplag 2025-2028 e de seus indicadores, a estruturação das carteiras de projetos e a realização de agendas periódicas de monitoramento passaram a proporcionar maior alinhamento entre as áreas e maior visibilidade sobre a execução das prioridades organizacionais.



Evento de lançamento do Planejamento Estratégico Seplag-MG 2025-2028

Alinhamento do Propag

Do ponto de vista da interação com a estrutura do Estado, o alinhamento das ações do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) representou um esforço concentrado da Seplag-MG para a superação de barreiras e precariedades históricas em relação ao grande desafio da gestão de imóveis públicos das diversas secretarias e entidades do Poder Executivo estadual.

A instituição do Propag se apresentou como uma oportunidade para Minas Gerais reequilibrar suas contas públicas, reduzindo encargos de juros e criando condições de sustentabilidade fiscal de longo prazo. A amortização extraordinária de 20% da dívida, mediante a transferência de ativos, viabilizaria a economia de aproximadamente R$ 198 bilhões em 30 anos, em comparação ao Regime de Recuperação Fiscal, liberando recursos a serem aplicados nas atividades finalísticas do Estado.

Dada a relevância do Propag, a Seplag-MG atuou com a coordenação e articulação com órgãos centrais e setoriais, bem como entidades vinculadas, em um esforço interinstitucional que envolveu: diagnóstico, seleção e qualificação técnica de imóveis a serem ofertados para fins de abatimento da dívida do Estado de Minas Gerais com a União; busca ativa e negociação com órgãos e entidades federais com interesse nos imóveis estaduais para a realização de atividades ligadas à sua missão institucional; elaboração e defesa de lei autorizativa com 192 imóveis; e apresentação da oferta de 87 bens imóveis estaduais, avaliados em aproximadamente R$2 bilhões, à União.

O objetivo seria o de contribuir com a amortização de 20% da dívida estadual, mantendo a finalidade pública dos imóveis e preservando a prestação do serviço público estadual.

O Estado de Minas Gerais, composto por 69 órgãos e entidades da administração direta e indireta e 332 mil servidores ativos, detém cerca de 11 mil imóveis próprios e 5,3 milhões de bens permanentes registrados.

As iniciativas desenvolvidas reafirmaram o papel estratégico da Seplag-MG como agente promotor da coordenação e do alinhamento de ações com foco na implementação da estratégia governamental. A condução da Frente de Imóveis do Propag representou um exercício concreto de transformação institucional, com impactos que extrapolam o resultado patrimonial imediato e alcançam a forma como a Secretaria articula e executa pautas de natureza estratégica e interinstitucional.

Plano Estratégico Seplag-MG

Quanto à gestão da carteira estratégica da Seplag-MG e com o propósito de promover a coordenação e o alinhamento das ações institucionais voltadas à implementação da estratégia organizacional, foram desenvolvidas iniciativas voltadas à articulação de atores, ao monitoramento, à congregação de informações e à consolidação de instrumentos de gestão.

Entre as ações, esteve o acompanhamento sistemático dos indicadores vinculados aos objetivos do Planejamento Estratégico para conhecer em tempo hábil os resultados e as entregas propostas para o período. Esse acompanhamento, ao longo de 2025, desembocou na revisão dos indicadores estratégicos em 2026, tornando-os mais aderentes ao período e aprimorando a definição das metas para ampliar a direção estratégica das áreas, possibilitando o alinhamento contínuo das prioridades institucionais.

Adicionalmente, procedeu-se à elaboração das carteiras de projetos estratégicos, assim como seus respectivos monitoramentos e elaboração dos relatórios anuais de acompanhamento dos projetos e indicadores. Destacam-se, ainda, a elaboração de planos de ação e o acompanhamento dos outros projetos prioritários da Seplag-MG, em consonância com o papel desempenhado pela Assessoria Estratégica, que atua como instância de integração das demandas e informações provenientes dos diversos atores, traduzindo estratégias e diretrizes em instrumentos formais de planejamento, monitoramento e acompanhamento.

No âmbito da coordenação institucional, foram conduzidas as reuniões de monitoramento junto ao Gabinete, com a apresentação e o acompanhamento dos planos de ação, bem como as reuniões gerenciais da Seplag-MG, voltadas ao acompanhamento dos projetos estratégicos e dos indicadores do Plano Estratégico. Tais espaços favoreceram a articulação entre as unidades e a convergência de esforços em torno das prioridades estabelecidas.

No que se refere às iniciativas de caráter transversal, a partir da coordenação das agendas e a articulação entre os atores envolvidos no processo, foram elaborados o plano de ação e o relatório de monitoramento para a transição da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito (CET)/Seplag-MG em autarquia Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MG).



Evento de lançamento do Planejamento Estratégico Seplag-MG 2025-2028

Da mesma forma, foram consolidadas as respostas relativas ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC). Esse trabalho subsidiou o diagnóstico institucional e a elaboração do plano de ação destinado à execução das atividades de prevenção à corrupção, além da coordenação para o levantamento de gestão de riscos específicos em contratações públicas, a participação no monitoramento das ações do Plano de Integridade e a sistematização das informações necessárias para responder o Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEGE).

Para além do monitoramento de ações e informações estratégicas, é realizada a atuação no fortalecimento da articulação entre a alta gestão da Seplag-MG, subsecretários e entidades vinculadas. Essa atuação se dá por meio da organização de despachos periódicos e reuniões de coordenação.

Adicionalmente, a natureza transversal das demandas institucionais evidenciou um desafio recorrente: embora as áreas detivessem conhecimento especializado sobre suas respectivas competências, as respostas produzidas tendiam a refletir apenas perspectivas setoriais, carecendo de uma visão integrada do conjunto.

Por outro lado, o desafio em torno do Planejamento Estratégico era permitir que os direcionamentos determinados comportassem os ajustes necessários para conduzir os esforços institucionais de modo eficaz, coordenado, ágil e condizente com a visão institucional e com as novas oportunidades ou condicionantes identificados ao longo de sua execução.

Entre as principais iniciativas, destaca-se a padronização das planilhas de acompanhamento dos projetos estratégicos, que passou a estabelecer critérios e estruturas comuns para o registro das informações e acompanhamento dos cronogramas. Essa medida contribuiu para conferir maior uniformidade às informações produzidas pelas diferentes áreas, facilitar a consolidação dos dados e ampliar a capacidade de acompanhamento da execução dos projetos.

Entre os resultados obtidos é possível destacar melhorias na articulação entre os níveis organizacionais, na coesão estratégica, no enfrentamento de desafios e na documentação do aprendizado institucional. A articulação alcançou papel relevante para o planejamento, execução e monitoramento de todas as iniciativas relacionadas à atuação da Seplag-MG, interna e externamente, contribuindo para a boa orquestração dos envolvidos e o tratamento imediato de alertas para adequação do escopo planejado.

No campo da governança, as iniciativas contribuíram para consolidar espaços de acompanhamento e tomada de decisão, promovendo maior articulação entre as subsecretarias e fortalecendo o papel da gestão estratégica como mecanismo de coordenação institucional. Esse processo permitiu avançar na construção de uma visão mais integrada da organização, especialmente em temas que demandam atuação transversal e envolvimento de múltiplas unidades.

Carteira Estratégica do Governo de Minas

Por sua vez, em relação à carteira estratégica do Governo no período de 2025 a 2026, a área atuou no fortalecimento da coordenação e do alinhamento das ações estratégicas do Governo de Minas, com foco na implementação da estratégia governamental e na produção de informações qualificadas para subsidiar a tomada de decisão.

Nesse contexto, foi realizado o acompanhamento sistemático da carteira de projetos estratégicos do Governo, contemplando 73 projetos em 2025 e 74 projetos até junho de 2026. O monitoramento envolveu cronogramas, marcos, metas, indicadores, riscos e gargalos, além de reuniões periódicas com órgãos executores, articulação entre áreas setoriais e centrais e consolidação de informações gerenciais.



Evento de lançamento do Planejamento Estratégico Seplag-MG 2025-2028

Também foram aperfeiçoadas as rotinas de governança voltadas ao acompanhamento das prioridades estratégicas, com reuniões técnicas, alinhamentos institucionais, produção de informações executivas e apoio à alta gestão na deliberação de temas críticos. Essas iniciativas proporcionaram maior clareza sobre responsabilidades, prazos, riscos e necessidades de decisão, fortalecendo a coordenação entre planejamento, execução e monitoramento.

Desde junho de 2025, a área passou a desenvolver o Monitoramento Executivo, iniciativa voltada ao estudo da implementação de 22 projetos estratégicos, analisados sob quatro perspectivas: desafios de implementação, mensuração de resultados, governança e articulação institucional, e lições aprendidas. A iniciativa amplia a compreensão sobre a execução das prioridades governamentais e produz conhecimento para aperfeiçoar a implementação das políticas públicas.

Em 2026, foi iniciado, em parceria com o Escritório Central de Inovação e Automatização (ECIA), o desenvolvimento de uma solução tecnológica para gestão da carteira estratégica, destinada a padronizar informações, ampliar a disponibilidade dos dados, gerar relatórios e dashboards e fortalecer a produção de informações gerenciais para apoio à tomada de decisão.

Entre os principais aprendizados destacam-se a importância de combinar informações quantitativas e qualitativas, registrar riscos, encaminhamentos e lições aprendidas e utilizar o monitoramento como instrumento de apoio à implementação das políticas públicas, e não apenas de acompanhamento de resultados.

Objetivo Estratégico 5 - **Transformar os serviços e políticas públicas por meio de uma cultura de inovação**

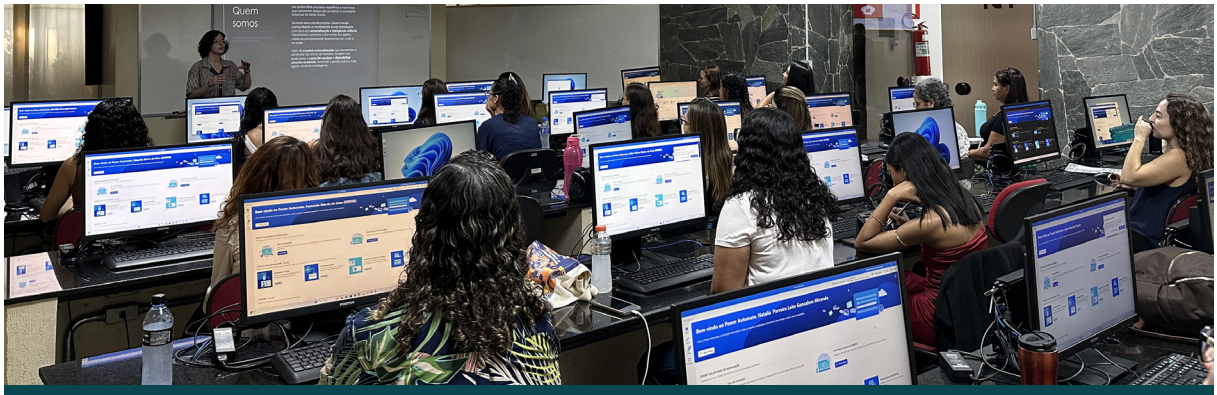
A transformação dos serviços e políticas públicas exige que a inovação deixe de ser uma iniciativa pontual e passe a constituir uma capacidade institucional permanente. Nesse contexto, a Seplag-MG atuou para disseminar uma cultura orientada à experimentação, ao uso de tecnologia, à simplificação de processos e à construção de soluções centradas nas necessidades dos usuários.

Mais do que promover ganhos de eficiência, a inovação foi utilizada como instrumento para ampliar a capacidade de resposta do Estado, melhorar a experiência dos cidadãos e servidores, fortalecer a tomada de decisão baseada em dados e acelerar a transformação digital da Administração Pública Estadual.

Iniciativas de inovação e automatização

Ao longo do biênio, foram desenvolvidas iniciativas voltadas à disseminação do conhecimento, à formação de capacidades institucionais, ao redesenho de processos, à automação de atividades operacionais e à aplicação de inteligência artificial em diversos contextos governamentais. As ações apresentadas a seguir demonstram como a inovação tem contribuído para transformar serviços públicos, fortalecer a gestão e ampliar a geração de valor público para a sociedade mineira.

Nesse sentido, foram promovidas 38 ações de disseminação do conhecimento, com mais de 1.900 participações, no período, em um total de 300, com mais de 12 mil participações, além da parceria na organização de eventos e programas voltados à inovação no setor público. Entre elas, podem ser destacadas como exemplo:



Oficina de automatização e inovação Minas que Inovam

• Webinário sobre Linguagem Simples para atendimento ao público, em parceria com a SES: apresentação, de forma prática e com exemplos reais, de como tornar a comunicação mais clara, acessível e compreensível, qualificando servidores que atuam respondendo demandas e manifestações dos cidadãos.

• Minas que Inovam: oficinas e capacitação em inovação e automatização de valorização e protagonismo das mulheres que atuam no serviço público estadual, com 133 participantes nas edições de 2025 e 2026.

• Capacitação - TCE MG: Oficina de Automação no TCE-MG (2025): Capacitação técnica voltada aos servidores do Tribunal de Contas para o desenvolvimento de rotinas automatizadas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI!).

• Curso EAD de Power Automate Desktop: Estruturado e gravado pela equipe em 2024, o treinamento a distância manteve sua relevância estratégica ao longo do biênio 2025-2026. registrando a formação de 169 servidores em 2025 e 52 servidores capacitados até o momento em 2026, além dos 166 em 2024.

• Programa de Intercâmbio para Inovação e Automatização: iniciativa de formação imersiva de servidores de instituições parceiras no Escritório Central de Inovação e Automatização, com foco no desenvolvimento prático de competências em inovação, automatização e inteligência artificial.

• Rota da Inovação: iniciativa voltada à interiorização das ações de inovação e automatização, com foco na sensibilização e capacitação de servidores das unidades regionais. A primeira edição foi realizada, em 2026, em Varginha e contou com 116 participações de servidores de 16 instituições, em atividades sobre inovação no setor público, melhoria de processos, linguagem simples, automatização e inteligência artificial. A iniciativa será ampliada para outras regionais.

Nesse contexto, os projetos desenvolvidos buscaram promover ganhos de eficiência, redução de tempo de execução das atividades, simplificação de processos, melhoria da qualidade dos serviços prestados, fortalecimento da transformação digital e geração de economia de horas de trabalho, contribuindo para uma administração pública mais ágil, inovadora e orientada a resultados.

Simplificação e melhoria de processos

No período, foram realizados, ainda, 24 projetos de inovação pelo Laboratório de Inovação em Governo (LAB.mg), sendo no total mais de 100, que permitiram mapear e/ou redesenhar processos e serviços do Governo, entre outras entregas, por meio da criação, revisão, simplificação, digitalização e melhoria de processos e serviços.

Entre as principais iniciativas, destacam-se: a autorização do cadastro de documentos no Sistema de Perícia Médica, com uso de inteligência artificial para classificação de documentos digitalizados; o mapeamento e redesenho dos processos de cadastro e registro de Estabelecimentos Agroindustriais de Pequeno Porte (EAPPs) de produtos de origem animal, com construção de protótipos, testes na ferramenta ProBPMS e elaboração de manual de procedimentos.

Podem ser assinalados ainda a revisão do fluxo da Declaração de Utilidade Pública, com simplificação de etapas, redução de atores e padronização de informações; e a criação de agentes e robôs de IA para leitura e processamento de faturas de energia e notas fiscais, automatizando tarefas repetitivas e de alto volume.

As soluções entregues pelo Escritório geraram economia estimada de 8.010 horas mensais de trabalho, em 2025 e 2026, apoiaram processos vinculados a uma arrecadação superior a R$ 183 milhões e incluíram dezenas de projetos para os mais diversos órgãos do Estado, a partir de uma atuação transversal.

Desde a criação, em 2024, foram 139 robôs criados, 16.200 horais mensais economizadas, 1.234 servidores capacitados e 2.347 inscritos em cursos online, além de mais de R$ 220 milhões viabilizados em arrecadação. Mais de 600 documentos foram também analisados por Inteligência Artificial

Dessa forma, durante o período de 2025 a 2026, o Automatiza.MG e o Escritório de Inovação consolidaram-se como referência técnica e estratégica em inovação e automação de processos no setor público. Esse reconhecimento institucional resultou na expansão das boas práticas desenvolvidas na Seplag-MG, não apenas para outros órgãos da administração do executivo estadual, mas também para outras esferas de governo.

Como demonstração prática desse impacto, a equipe técnica foi demandada para realizar capacitações, cursos e palestras sobre inovação e tecnologias de automação para outros entes e órgãos de controle, a exemplo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), Prefeitura de Itabirito, Gov Tech Summit (Porto Alegre - 2025), entre outros.



Novo ciclo do Programa de Intercâmbio para Inovação e Automatização

No período, o LAB.mg atendeu 15 instituições (de um total de 28) como: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp-MG), Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad-MG), Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais (Artemig), Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito (CET-MG), entre outros.

Esses projetos demonstram a capilaridade e a capacidade da Seplag-MG de apoiar na melhoria de desafios diversos, que vão desde políticas sociais e de cultura até processos internos ao Governo, sempre orientado pela busca de soluções inovadoras em colaboração com atores envolvidos.

Um exemplo prático dessa integração foi a oficina de Power Automate realizada em 2025, estruturada em parceria com a Subsecretaria de Logística (Sublog) e promovida nas dependências da Fundação João Pinheiro. O treinamento foi direcionado à capacitação dos gestores de frota, fornecendo o conhecimento necessário para que aplicassem ferramentas de automação em suas próprias rotinas operacionais.

Outro é o projeto conduzido pelo LAB.mg junto ao Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG) que consistiu no redesenho do processo de controle de visitantes e venda de ingressos dos parques estaduais. A iniciativa fomentou a integração entre áreas e órgãos, conectando IEF-MG, Seplag-MG, Semad-MG, SEF-MG e Prodemge, além de sistemas como MG App, Agenda Minas e MGDE, promovendo ações para interoperabilidade e visão sistêmica do desafio.

O Laboratório também contribuiu para o fortalecimento da governança, ao definir papéis, fluxos e responsabilidades entre os atores envolvidos, e para o aprimoramento da gestão, ao propor a digitalização de processos, pagamentos via Pix e geração estruturada de dados. Por fim, a laboração de um protótipo da solução permitiu maior agilidade e aderência às necessidades reais dos atores envolvidos, alinhando o projeto às diretrizes estratégicas da Seplag-MG de transformação digital, integração de serviços e melhoria da experiência do cidadão.

Automatização de processos na área de administração de pessoal

A principal iniciativa no âmbito da gestão de pessoas foi a Automatização dos processos das diretorias da Superintendência Central de Administração de Pessoal, desenvolvida com o propósito de transformar os serviços e políticas públicas por meio da cultura da inovação. A iniciativa teve início de forma concreta na automação de rotinas operacionais de alto volume, com a entrega de soluções tecnológicas voltadas à redução de atividades manuais, repetitivas e sujeitas a erro.

Nesse contexto, no exercício de 2026, foram implementadas automações relevantes, como auditoria em Python para validação de arquivos de verbas retidas, robôs para distribuição de processos no SEI, envio automatizado de e-mails com anexos e escalas de pagamento, distribuição automática de processos em unidades específicas e automatizações de apoio a rotinas relacionadas a guias de depósito judicial.

Essas entregas demonstraram ganhos expressivos de eficiência, com reduções de tempo superiores a 76% em algumas rotinas e próximas de 99% em outras, evidenciando o impacto direto na otimização dos processos de trabalho.

Além da relevante economia de tempo, as soluções implementadas proporcionaram maior padronização dos procedimentos, redução do esforço manual das equipes, diminuição da exposição a erros operacionais, maior previsibilidade na execução das rotinas e melhor aproveitamento da força de trabalho.



Encontro da Rede Automatiza.MG

Objetivo Estratégico 6 - Potencializar o desempenho dos servidores com foco em ações de engajamento, em parceria com os órgãos e as entidades

O presente objetivo estratégico nasce do entendimento que os serviços e políticas públicas prestados ao cidadão dependem diretamente do engajamento dos servidores e demais agentes públicos. Ao trazer a gestão de pessoas para o nível estratégico, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão promove a melhoria contínua do foco no desenvolvimento de pessoas, a seleção qualificada de novos integrantes do corpo técnico do Estado, reduz gargalos operacionais e otimiza a liderança estratégica para o alcance de resultados.

Ao mesmo tempo, em um contexto de restrição orçamentária e ampliação das demandas do Estado, o servidor público depende da construção de um bom ambiente de trabalho para executar adequadamente suas atividades. Tais aspectos ultrapassam a gestão interna e trazem impactos diretos para a vida dos cidadãos e famílias de servidores. Nesse sentido, a Seplag-MG incorpora sob demanda estratégica um conjunto de ações voltados para a preservação e promoção do bem-estar dos servidores e agentes públicos.

Recursos Humanos

O primeiro desafio é simplificar a aplicação do grande volume de regulamentos e procedimentos de gestão de pessoas. Para tanto, as principais iniciativas desenvolvidas relacionadas ao objetivo estratégico de potencializar o desempenho dos servidores com foco em ações de engajamento, em parceria com os órgãos e as entidades, envolveram um conjunto articulado de ações voltadas à aproximação com as Diretorias de Recursos Humanos (DRH) e ao fortalecimento da comunicação institucional.

Nesse contexto, a iniciativa Rodas de Conversa com as DRHs consistiu na realização de encontros com as Diretorias de Recursos Humanos dos órgãos e entidades, nos quais foram tratados temas recorrentes, apresentadas novas orientações e discutidas as principais dúvidas identificadas pela área central, contribuindo para a aproximação institucional, o fortalecimento do diálogo, a melhoria da qualidade da execução dos serviços na ponta e a redução de chamados e retrabalho.



Rodas de Conversa com RHs setoriais

Na Divulgação de Conteúdos em Linguagem Simples por meio da Rede RH, foi estruturado o uso da Rede como canal permanente de comunicação com os RHs setoriais, permitindo a divulgação contínua de orientações, atualizações e informações relevantes em linguagem simples. Dessa forma, foi possível manter os RHs atualizados, uniformizar entendimentos e sanar dúvidas de forma mais ágil e acessível.

Complementarmente, o Momento com a Norma foi direcionado ao esclarecimento de normas e procedimentos de gestão de pessoas, com utilização de linguagem simples e foco na aplicação prática das orientações, favorecendo a compreensão das regras, a redução de interpretações divergentes e o apoio à correta execução dos processos pelos RHs setoriais.

Na ação DCGJTF Esclarece, da Diretoria Central de Gestão da Jornada de Trabalho e Frequência, consistiu na orientação dos DRHs sobre temas relacionados ao Ponto Digital, com foco no esclarecimento de dúvidas, na disseminação de informações e no fortalecimento da atuação dos RHs setoriais. No período foram realizados 17 encontros virtuais com as Unidades Setoriais de Recursos Humanos e elaborados 18 Boletins da Rede RH Estratégico, com periodicidade mensal.

As iniciativas desenvolvidas foram motivadas pela necessidade de fortalecer a atuação da Seplag-MG como órgão central da gestão de pessoas e ampliar sua aproximação com os DRHs, responsáveis pela execução, nos órgãos e entidades, das orientações, normas e procedimentos definidos pela área central. Identificou-se que o distanciamento entre a área central e a realidade operacional dos DRHs comprometia a uniformização de entendimentos, gerava dúvidas na aplicação das normas e impactava a qualidade dos serviços prestados aos servidores.

Assim, foi possível identificar o aumento da segurança dos RHs setoriais na aplicação das normas, decorrente do acesso a orientações mais claras, padronizadas e acessíveis, o que contribui diretamente para a uniformização de entendimentos e para a qualificação da execução dos processos de gestão de pessoas.

Qualificação profissional

Da mesma forma, a seleção qualificada dos profissionais para a execução ou direção dos serviços públicos é fundamental para a promoção das políticas públicas. Logo, no âmbito das iniciativas projeto Valores e Práticas – Nosso Jeito de Ser e Fazer e programa Transforma Minas foi desenvolvido um conjunto integrado de ações voltadas ao fortalecimento da cultura organizacional e à qualificação das lideranças no Governo de Minas Gerais.

No que se refere ao projeto Valores e Práticas – Nosso Jeito de Ser e Fazer, estruturado como um programa contínuo de transformação cultural, destacam-se iniciativas como: programa voltado ao fortalecimento do papel dos gestores como agentes de transformação cultural; a Jornada de Cultura, que promove a incorporação de reflexões e práticas relacionadas aos valores institucionais nas rotinas de trabalho; as ações de comunicação e engajamento direcionadas à disseminação dos valores institucionais.

O workshop de Desenvolvimento de Gestores de Recursos Humanos e Equipes de Sustentação, com foco no fortalecimento das capacidades técnicas e relacionais dos profissionais responsáveis pela agenda de cultura organizacional nos órgãos e entidades, complementa as iniciativas. Foram nove mil servidores participantes da Jornada da Cultura e 15 encontros dos gestores no período, envolvendo 18 representantes de RH.

Adicionalmente, no programa Transforma Minas, destacam-se a criação de trilhas temáticas como a Trilha Mulheres que Transformam (2025) e a Trilha Minas +D (2026), voltadas à promoção da equidade e ao fortalecimento de redes de apoio entre lideranças. No eixo Minas +Diversidade, destacam-se



Encontro da Rede PDL - Programa de Desenvolvimento de Lideranças

a implementação de práticas voltadas à inclusão nos processos seletivos e a elaboração do Relatório Burocracia Representativa, construído a partir do Censo Previdenciário, que mapeou desigualdades de raça, gênero e território entre as lideranças estaduais e subsidiou o desenho de ações voltadas à promoção da equidade.

Ainda no Transforma Minas, as iniciativas promoveram inovação metodológica relevante ao estruturar uma política de gestão de lideranças baseada em critérios técnicos e evidências. Destaca-se a implementação de metodologia própria de atração e seleção por competências, com definição prévia de perfis, etapas padronizadas de avaliação e uso de sistema tecnológico de código aberto, ampliando a transparência, a rastreabilidade e a qualidade das decisões.

No campo de desenvolvimento e desempenho, foi desenvolvido, no Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL), um modelo estruturado que integra objetivos estratégicos, entregas prioritárias e desenvolvimento de competências, com uso de abordagens como 70/20/10, gestão por entregas, portfólios individualizados e aprendizagem entre pares.

Números do Transforma

- 525 processos seletivos realizados e 475 lideranças selecionadas (até 2026)
- 330 participantes do PDL entre subsecretários, superintendentes e regionais (2025)

De forma geral, essas iniciativas contribuíram para fortalecer a imagem da Seplag-MG como órgão indutor da transformação da gestão pública, posicionando Minas Gerais como referência na adoção de boas práticas em seleção, desenvolvimento, desempenho e engajamento de lideranças no setor público.

Desenvolvimento de servidores

A regulamentação das normas e procedimentos referentes à Política de Desenvolvimento dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual, por meio da Resolução Seplag nº 41, de 11/05/2026, promoveu a organização e o aprimoramento de processos e metodologias.

Foram instituídos instrumentos como o Plano Anual de Desenvolvimento (PADES), o levantamento de necessidades de capacitação, os relatórios de execução e os mecanismos de monitoramento e avaliação, além de definir de forma clara as responsabilidades da Seplag-MG das Unidades de Recursos Humanos, das chefias e dos servidores, fortalecendo a governança.

Vale destacar ainda a realização da 9ª edição do Prêmio Inova Minas Gerais – 2026 com o desenvolvimento de novo sistema informatizado para gestão do concurso, a revisão de instrumentos orientativos com linguagem mais acessível, o aprimoramento dos critérios e procedimentos avaliativos e a criação de categoria específica voltada à automatização e inteligência artificial.

Essa inciativa se enquadra como eixo estratégico de reconhecimento, ampliando o alinhamento do Prêmio com agendas contemporâneas de inovação pública e fortalecendo a cultura institucional voltada à inovação. Em 2026 foram 214 servidores inscritos.

Recrutamento e seleção

Na temática de recrutamento e seleção, destaca-se a realização do concurso público para provimento de cargos efetivos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), regido pelo Edital SEPLAG/SEE nº 01/2025, publicado em 16 de maio de 2025. A iniciativa teve como objetivo a reposição e ampliação do quadro permanente da rede estadual de ensino, com a oferta de 13.795 vagas distribuídas entre diversas carreiras.

Como resultado, foram aprovados 91.670 candidatos, contemplando carreiras como Professor de Educação Básica, Especialista em Educação Básica, Analista Educacional, Analista de Educação Básica, Técnico da Educação e Assistente Técnico de Educação Básica, contribuindo significativamente para o fortalecimento da capacidade operacional da rede estadual de ensino. As ações foram motivadas pelo propósito permanente promover a regularização do quadro por meio de concurso público.

Desde 2019, foram 52.865 servidores nomeados em diversas áreas como SEE-MG, Fundação Hospitalar de Minas Gerais (Fhemig), Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SEE-MG), Sejusp-MG, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Ipsemg, Secretaria de Estado da Fazenda (SEF-MG), Hemominas, Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), Unimontes, Fundação Clóvis Salgado (FCS), entre outros.

Promoção da Saúde Mental

Com foco no bem-estar e saúde mental dos servidores, o Programa Cuidar Bem articula ações em diferentes níveis de atenção, contemplando prevenção e promoção da saúde mental, e tem entre suas principais entregas, a construção de uma agenda permanente de conscientização dos servidores, a realização de oficinas e ações educativas, a formação de profissionais de recursos humanos e a definição de protocolos para situações críticas.

Estão entre as iniciativas, ainda, a capacitação de chefias para a gestão da saúde mental nas equipes e a organização de fluxos institucionais de atenção ao servidor para desenvolver uma abordagem institucional capaz de articular ações de prevenção, acolhimento, encaminhamento, capacitação, registro adequado das situações, integração com a rede de saúde e maior alinhamento entre órgãos e entidades.

Diante desse cenário, as iniciativas foram concebidas como respostas complementares a um problema institucional de alta relevância, voltado à proteção da vida, à promoção da saúde mental, ao apoio aos servidores e ao fortalecimento da capacidade do Estado em lidar de forma estruturada, qualificada e coordenada com situações de sofrimento psíquico no ambiente de trabalho.

Entre as ações para a preservação e promoção da saúde mental, a Seplag-MG desenvolveu o Programa de Parcerias para Atendimento Psicológico (PAR PSI), estruturado como estratégia de ampliação do acesso à psicoterapia, reconhecendo o acompanhamento psicológico como fator essencial de proteção e de sucesso no tratamento de transtornos mentais.

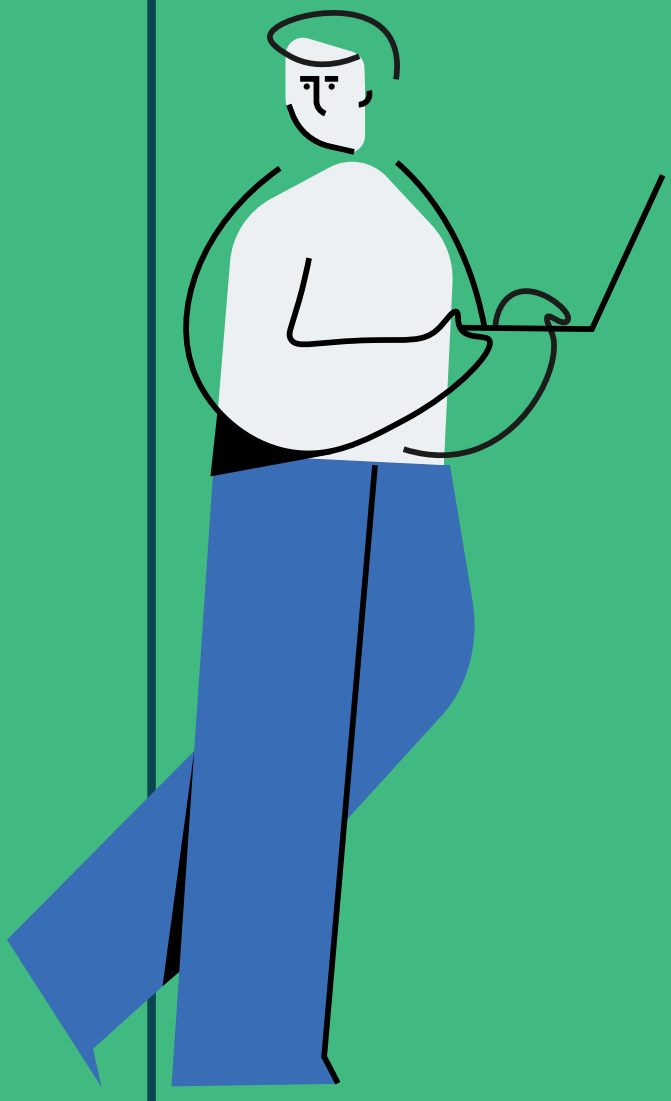
A iniciativa buscou estabelecer parcerias com o setor educacional privado para viabilizar benefícios aos servidores, resultando em aproximadamente 250 indicações de terapia gratuita, reduzindo barreiras práticas, financeiras e institucionais ao acesso ao atendimento psicológico especializado.



Lançamento do Programa Cuidar Bem

NA PRÁTICA:
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E SEUS AVANÇOS

PROCESSOS INTERNOS



PROCESSOS INTERNOS

Objetivo Estratégico 7 - Simplificar os principais processos de cada unidade buscando facilitar as rotinas de trabalho dos parceiros

A simplificação dos processos de trabalho é essencial para tornar as rotinas mais ágeis, eficientes e padronizadas e facilitar a atuação dos parceiros envolvidos. Nesse sentido, são desenvolvidas diversas ações, que contemplam a revisão e o aperfeiçoamento de fluxos, a eliminação de etapas desnecessárias, a automatização de procedimentos, a melhoria da comunicação e a disponibilização de orientações mais claras, contribuindo para a redução de retrabalho, o aumento da produtividade e a qualificação dos serviços prestados.

Embora direcionadas às necessidades específicas de cada unidade, as iniciativas convergem para um propósito comum: promover a modernização dos processos institucionais e fortalecer uma gestão mais simples.

Fluxos na gestão de pessoas

Nesse contexto, diversas iniciativas realizadas pela área de gestão de pessoas no âmbito do objetivo estratégico podem ser enfatizadas. Entre as principais, destaca-se o projeto Folha Livre, que consiste na reestruturação e gestão dos processos de processamento de pagamento de pessoal, com foco em transformar o conhecimento acumulado pelas equipes em fluxos documentados.

Isso se dá por meio do mapeamento dos processos atuais, construção de propostas de melhoria, elaboração de Procedimento Operacional Padrão (POP) e registro de oportunidades de automação, simplificação e ajuste normativo, tendo como piloto o processo de Orientação de Pagamento Especial (OPE).

Assim, foi estruturada uma metodologia de mapeamento e redesenho de processos, permitindo documentar rotinas, identificar gargalos e transformar o conhecimento técnico acumulado em procedimentos padronizados e acessíveis. A iniciativa contribui para maior previsibilidade, continuidade e qualificação da gestão.

A iniciativa Descentralização do Processo de Acúmulo de Cargos, também em fase final de implementação, promove a descentralização da análise de alterações de horário em processos finalizados com decisão lícita, permitindo que os órgãos realizem diretamente no Sistema de Acúmulo de Cargos e Funções Públicas do Estado de Minas Gerais (ACFWeb) a validação da compatibilidade de horários, reduzindo o volume de processos encaminhados à diretoria responsável e permitindo maior foco da área central em casos que demandam análise técnica especializada.

Visando ainda a simplificação, a iniciativa Revisão dos Procedimentos de Rateio e Prorrogação Contratual do Magistério, iniciada em 2026, busca revisar e implementar novos procedimentos para pagamento de férias proporcionais e gratificação natalina em contratos temporários fracionados, adequando a prática às exigências do eSocial por meio da apuração e pagamento das parcelas ao final de cada período contratual.

No projeto ProConsig, está em andamento a implantação de novo sistema de consignação em folha de pagamento, em substituição ao ConsigWeb, com foco na modernização da gestão das consignações, maior segurança, rastreabilidade, usabilidade e disponibilização de módulo voltado ao servidor, ampliando transparência e autonomia.

Em paralelo, a automatização de rotinas no SISAP MG, anteriormente realizadas de forma manual ou no SISAP mainframe, está sendo desenvolvida, incluindo a automatização do décimo terceiro salário e das progressões, já concluídas, além da futura automatização de promoções e quinquênios. Um destaque é a funcionalidade de progressões, que passou a contemplar criação de laudas, assinatura do dirigente, delegação de competência, edição prévia, envio à Imprensa Oficial e leitura do Jornal Minas Gerais para taxação automática.

Ainda nesse contexto, foi implantada a funcionalidade de geração de contracheques e informes de rendimento no SISAP MG, que permite a geração consolidada de contracheques em PDF por período definido e disponibilização de informes de rendimentos conforme perfil de acesso. Conta com interface web mais moderna e amigável, reduzindo o esforço operacional das equipes e fortalecendo o SISAP MG como ambiente centralizado para execução e consulta de processos de gestão de pessoas.

As iniciativas foram desenvolvidas em um cenário marcado pela necessidade de otimização, simplificação e modernização dos processos de gestão de pessoas, visando aprimorar fluxos de trabalho, reduzir atividades operacionais repetitivas e fortalecer a atuação do órgão central. Dessa forma, o propósito é assegurar maior foco em gestão, orientação, padronização e prevenção, ao mesmo tempo em que se buscava facilitar a rotina das unidades de recursos humanos dos órgãos e entidades.

Nesse contexto, foram identificados desafios como o elevado volume de demandas operacionais, que limitava a atuação gerencial da área central, a execução de atividades manuais sujeitas a erros, retrabalho e demora, a concentração de conhecimento técnico em servidores específicos e a existência de fluxos passíveis de simplificação e descentralização, desde que acompanhados de critérios claros, capacitação e orientação técnica. Também foi constatada a necessidade de maior padronização de procedimentos e atualização normativa para reduzir ambiguidades interpretativas.

Os principais desafios estiveram, então, relacionados à conciliação entre o elevado volume de rotinas operacionais e a agenda de inovação, modernização e simplificação de processos. Como a área é responsável por atividades contínuas e de grande impacto na gestão de pessoas, parcela significativa da capacidade das equipes permanece dedicada à execução cotidiana, tornando mais desafiadora a implementação de melhorias estruturais. Ainda assim, essas iniciativas foram tratadas como prioritárias.

Como aprendizados institucionais, destacou-se a importância de combinar a descentralização com orientação técnica, capacitação e acompanhamento das unidades setoriais, assegurando equilíbrio entre autonomia e segurança na execução. Evidenciou-se também a necessidade de documentar os processos antes de automatizá-los, envolver os servidores no redesenho dos fluxos e integrar a modernização tecnológica à revisão normativa e ao aprimoramento dos processos de trabalho, garantindo maior efetividade das soluções implementadas.

Soluções automatizadas

Em outra frente, a Seplag-MG concluiu, no período de 2025 a 2026, projetos envolvendo soluções relacionadas às temáticas de automatização de processos, uso de inteligência artificial para solucionar problemas públicos, linguagem simples e comunicação visual, transformação digital, redesenho e melhoria de serviços públicos, entre outras.

Entre os projetos concluídos, podem ser destacados exemplos como:

- O Controle de Visitantes de Parques Estaduais (IEF), que consiste no mapeamento do fluxo de compra de ingressos e controle de visitantes e demais serviços dos Parques Estaduais para propor melhorias voltadas a simplificação de etapas e mapeamento de oportunidades de automatizações.

Redesenho do processo com detalhamento das etapas, agentes envolvidos, responsabilidades e interações, bem como levantamento de requisitos funcionais, critérios técnicos, necessidades operacionais e observações relevantes, como base para futuras etapas de desenvolvimento ou aprimoramento da solução. Protótipo do sistema para agendamento da visita e pagamento por pix, bem como um plano de ação com atividades e responsáveis pela continuidade do projeto.

- O mapeamento e redesenho dos processos de cadastro e registro de Estabelecimentos Agroindustriais de Pequeno Porte (EAPPs) de produtos de origem animal do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), a partir do estabelecido na Lei 19.476/11 e nos Decretos 48.390/22 e 49.030/25, com foco na otimização do fluxo de cadastro.

Construção de protótipos do serviço e realizados testes de funcionalidades, incluindo a Aprovação Tácita, na ferramenta digital de gestão de processos, Pro BPMS. Também foi elaborado e entregue um Manual de Procedimentos para contribuir com a implantação da ferramenta no IMA.

- O projeto de melhoria do processo de Declaração de Utilidade Pública (DUP) – Semad-MG, Seinfra-MG, Seapa-MG, Sede-MG e Segov-MG, em que foi feito o mapeamento e redesenho do fluxo da DUP com simplificação de processos, redução do número de atores participantes e documentos exigidos.

Foram incluídas também a padronização de informações enviadas pelo solicitante, definição de órgão responsável e elaboração de minuta de decreto para a proposta de novo fluxo e documentos auxiliares, como Termo de Referência, Nota Técnica, Minuta de Resolução e formulário para Análise de Impacto Regulatório.



Palestra sobre automatização no projeto Compartilha+Seplag

Outra iniciativa de destaque é o Revisa, Sô!, ferramenta de revisão textual desenvolvida com uso de inteligência artificial, voltada à aplicação de diretrizes de Linguagem Simples em documentos e comunicações públicas. Disponibilizada no Microsoft Teams para servidores de órgãos do Estado, a solução apoia a revisão de textos administrativos a partir do tipo de documento e do público destinatário, sugerindo ajustes de clareza, objetividade, organização das informações e adequação da linguagem.

A iniciativa contribui para ampliar a capacidade de produção de comunicações mais acessíveis, fortalecer a cultura de Linguagem Simples no Governo de Minas e melhorar a compreensão das informações pelos cidadãos e servidores.

Por fim, o Vituxo App é um aplicativo que utiliza inteligência artificial para apoiar projetos de melhoria de processos. A partir da análise integrada de documentos, normativos, entrevistas e outras informações sobre o processo, a ferramenta gera arquivos estruturados, como a lista completa de atividades, o fluxo editável em notação BPMN e recomendações de otimização alinhadas às diretrizes da iniciativa de melhoria.

A solução está disponível para os servidores dos órgãos e entidades do Estado e contribui para reduzir o tempo de diagnóstico, mapeamento e redesenho do processo, permitindo uma maior agilidade na condução dessas iniciativas.

Regulamentações da Nova Lei de Licitações e Contratos

Merecem destaque também, entre as iniciativas implementadas para o alcance desse objetivo estratégico, as regulamentações referentes à Nova Lei de Licitações e Contratos. A implementação da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, instituiu um novo regime de licitações e contratos administrativos no Brasil e demandou ampla revisão dos processos de compras públicas no âmbito da Administração Pública Estadual.



Capacitação sobre pesquisa de preços

Desde então, Seplag-MG vem conduzindo ações voltadas à regulamentação da nova legislação, à revisão de processos, à modernização dos sistemas corporativos de suporte às compras públicas, à disponibilização de materiais orientativos e modelos de documentos, à capacitação dos agentes públicos e ao desenvolvimento de soluções inovadoras para os processos de contratação.

Dando continuidade à implementação da lei, durante os anos de 2025 e 2026 foram regulamentados novos temas estratégicos, destacando-se o estabelecimento de parâmetros para avaliação de programas de integridade nas hipóteses de contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, ou como critério de desempate entre propostas; os procedimentos para locação de imóveis; e o procedimento auxiliar de credenciamento.

Destaca-se que o regulamento relativo aos programas de integridade foi desenvolvido em conjunto com a Controladoria-Geral do Estado (CGE), considerando que a própria Lei de Licitações e Contratos Administrativos atribui aos órgãos de controle competência para orientação sobre a matéria

No que se refere ao procedimento auxiliar de credenciamento, além da elaboração do regulamento específico, foi produzida cartilha em linguagem simples contendo as principais informações e etapas do procedimento. Também foi realizado estudo destinado a analisar o enquadramento das compras de medicamentos na hipótese de credenciamento para mercados fluidos, prevista na Lei Federal nº 14.133/2021, buscando ampliar a utilização desse instrumento de contratação e oferecer maior segurança aos órgãos responsáveis por sua aplicação.

Como parte da estratégia de simplificação dos processos de contratação, foram disponibilizados modelos padronizados de documentos destinados à utilização pelos órgãos e entidades estaduais. Esses modelos contemplaram diferentes etapas do processo licitatório, contribuindo para reduzir dúvidas, padronizar procedimentos, conferir maior segurança jurídica às contratações e diminuir o tempo necessário para instrução dos processos administrativos.

A implementação da nova legislação também evidenciou a necessidade de revisão permanente dos processos administrativos, considerando a evolução das interpretações jurídicas, das recomendações dos órgãos de controle e das mudanças promovidas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Esse contexto reforça que a simplificação dos processos de compras públicas não se limita à edição inicial de regulamentos, mas depende da manutenção de um ciclo contínuo de revisão normativa, atualização dos instrumentos de apoio e aperfeiçoamento das rotinas administrativas.

Fortalecimento da área-meio da Seplag-MG

Paralelamente às iniciativas apresentadas, houve um esforço de fortalecimento institucional da área-meio da Seplag-MG, que se deu, em linhas gerais, pela estruturação de processos anteriormente fragmentados para que houvesse um posicionamento de área prestadora de serviço às demais áreas, e maior padronização e previsibilidade em todas as matérias administrativas da secretaria.

Reestruturação de demandas de RH

Destaca-se, por fim, a reestruturação da gestão das demandas de RH da Secretaria, com foco em melhorar os níveis de atendimento, responsividade e confiança dos servidores. A reestruturação ocorreu com a implantação do sistema SRH Chamados, que representou um avanço na gestão dos atendimentos realizados pelas unidades de Recursos Humanos, promovendo maior organização, padronização e controle das informações.

A ferramenta possibilitou a unificação das respostas emitidas, aumentando a confiabilidade das orientações prestadas aos servidores, além de garantir a rastreabilidade das demandas e maior transparência no acompanhamento dos atendimentos.

O sistema também passou a fornecer relatórios estratégicos sobre os principais temas em circulação, permitindo análises qualitativas e quantitativas dos atendimentos realizados e subsidiando os gestores na identificação de oportunidades de melhoria e na tomada de decisões baseadas em dados.

A implantação do SRH Chamados exigiu superar desafios tecnológicos e culturais, com a mudança de comportamento dos servidores para adoção da plataforma como canal oficial de atendimento, inclusive para demandas urgentes. Para enfrentar esse cenário, a secretaria promoveu ações contínuas de conscientização sobre o uso dos canais formais, implementou melhorias no sistema e investiu na capacitação das equipes, especialmente em linguagem simples, visando tornar as respostas mais claras e acessíveis.

Considerando a implantação da ferramenta Conecta Servidor, o sistema SRH Chamados permanece em utilização para centralização de demandas de outras unidades de Recursos Humanos e outras unidades eventualmente atendidas por e-mail. Acrescenta-se ainda que os chamados ali eventualmente registrados gravam históricos de atendimentos que podem ser consultadas pelos atendentes conforme necessidades dos setores. Os resultados obtidos demonstram que a combinação entre padronização e fortalecimento da gestão por processos produziu ganhos relevantes tanto para a área-meio quanto para as unidades finalísticas da secretaria.

Objetivo Estratégico 8 - **Promover uma comunicação institucional interna simples, abrangente e acessível**

O desenvolvimento do projeto de comunicação institucional na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag-MG) tem sido pautado pela compreensão de que, mais do que somente um instrumento de divulgação, essa comunicação institucional deve ser tratada como uma dimensão estratégica do planejamento estatal. Ao investir no seu fortalecimento é possível melhorar a eficiência interna, ganhar mais capacidade de produzir legitimidade e responder a crises, e trazer mais consistência para a sustentação das políticas públicas.

Ao buscar que a comunicação institucional seja simples, abrangente e acessível, a Secretaria assegura, não só que a informação chegue com agilidade, clareza e tempestividade aos diversos públicos, mas que contribua na construção das políticas públicas e nas diversas etapas da sua implementação. Esse é o propósito que norteia todo o trabalho desenvolvido.

Nesse sentido, a Assessoria de Comunicação Social (Ascom) da Seplag-MG, em conjunto com o Gabinete e a Assessoria Estratégica (Aest), se debruçou sobre estratégias para alcançar esses objetivos.

Isso envolveu a organização da assessoria, que passou a atuar de forma mais estruturada, com a divisão de atribuições mais clara e definida. Atualmente, a Ascom se divide em duas Coordenações, uma de Imprensa e outra de Projetos, com funções delimitadas: administrativo, atendimento à imprensa, produção de releases, respostas a Lei de Acesso à Informação (LAI), gestão de redes sociais, programação visual, cerimonial, produção audiovisual, entre outras atividades. Essa estrutura com funções bem delineadas é um legado para o futuro.



Display de telefone



Descanso de tela

Nova dinâmica e incremento nos resultados

No redesenho da dinâmica do trabalho, a Ascom estabeleceu a busca ativa por pautas, informações e processos em andamento que pudessem gerar notícias positivas. Outra frente de atuação é o acompanhamento constante das áreas, para antecipar possíveis crises e construir, junto aos demais setores da Seplag-MG, estratégias de comunicação para as diversas necessidades.

A partir desse trabalho integrado é possível traçar melhores caminhos para a divulgação, otimizando o uso dos canais disponíveis e incorporando novas opções, desenvolvendo marcas e identidades visuais com o intuito de fortalecer a imagem da Seplag-MG e redirecionando a percepção do público em relação a projetos e setores.

Considerando o biênio 2025-2026 (até junho), a Ascom produziu e distribuiu 2.072 peças de comunicação interna, que é o foco desse objetivo estratégico. Entre elas estão e-mails marketing direcionados ao público da Cidade Administrativa (CA), da Seplag-MG ou a públicos específicos; mensagens no Teams, no canal Seplag Informa; e comunicados na estrutura física da CA, como descansos de tela nos computadores, displays de telefones, totens e TVs. Ao todo, mais de três peças por dia sustentam a comunicação com os servidores.

De forma geral, a comunicação institucional interna e externa atingiu os seguintes resultados em 2025 e no primeiro semestre de 2026:

- **585** releases publicados
- **1.627** demandas de imprensa atendidas
- **33** audiências públicas acompanhadas
- **22.392** matérias monitoradas
- **4.516** manifestações de “Fale Conosco” encaminhadas
- **2.072** peças de comunicação interna produzidas
- **4.397** publicações nas redes sociais
- **7.269** peças gráficas produzidas
- **61** eventos organizados pela Seplag-MG
- **57** eventos acompanhados pelas autoridades da Seplag-MG
- **651** vídeos completos e sonoras para imprensa gravadas e editadas
- **9.891** fotos tiradas
- **3.025** solicitações de Lei de Acesso à Informação respondidas

Além dos ganhos quantitativos, a atuação cresceu de forma qualitativa, com estratégia. Foram definidos os melhores canais para cada propósito, a periodicidade e a forma de comunicar. A Assessoria de Comunicação Social criou um canal permanente e periódico de contato com as áreas da Seplag-MG para receber sugestão de pautas, demandas e pontos de atenção.

Dessa forma, foi possível ampliar o conhecimento sobre os conteúdos de cada setor e o envolvimento integrado nos processos. Isso aumentou a divulgação e a presença da Seplag-MG nos canais informativos internos e externos, como em sistemas de busca tipo Google, na mídia e em redes sociais.

Entre os bons resultados, a Seplag-MG registrou um crescimento exponencial de seu canal no Instagram, que passou de quase 10 mil seguidores para mais de 60 mil, em todo o período. A produção e publicação de releases na Agência Minas também aumentou, fazendo com que a Secretaria ficasse entre as principais pastas de Estado no ranking de reprodução de matérias pela imprensa, feito pela Secretaria de Estado de Comunicação Social (Secom)

Merece destaque, ainda, a estratégia de comunicação e divulgação dos Acordos de Reparação Brumadinho e do Rio Doce, que envolve relacionamento com a imprensa, com os atingidos, a criação de identidade visual e uma ação continuada de comunicação.

A Seplag-MG também tem presença expressiva em respostas a demandas, produção de papers e textos sobre pautas importantes para o Estado, como recomposição salarial e relacionamento com servidores, equilíbrio fiscal, Cidade Administrativa, teletrabalho, entre outras. No período, a pasta também criou e reformulou diversas identidades visuais e marcas de projetos estaduais, como a do Trânsito.MG, a do Transforma Minas, do Prêmio Inova, do projeto Mapi.MG e do Cuidar Bem.

Um exemplo importante foi a construção de uma nova identidade visual e um reposicionamento da comunicação da Cidade Administrativa (CA), em um momento em que se mostrou necessária uma aproximação e uma nova forma de relacionamento com o público do complexo, inclusive com a criação de um canal específico no Teams para informes da CA.

Os dados gerais ajudam a contextualizar o cenário da comunicação institucional interna, de que trata esse objetivo estratégico, e que foi o objeto do Projeto Estratégico de Aprimoramento da Comunicação Institucional Interna da Seplag-MG, iniciado pela Ascom em 2025.

A iniciativa partiu da identificação de travas que comprometiam o alcance pleno da promoção de uma comunicação institucional ampla e efetiva, que fosse mais que puramente reativa ou mero instrumento de divulgação.

Entre esses gargalos havia solicitações desorganizadas e incompletas por meio de diversos canais formais e informais; desconhecimento, por parte dos demais setores da Seplag-MG, das atividades desempenhadas pela Ascom; demandas com prazo curto de execução em razão do desconhecimento do fluxo ou falta de alinhamento; conhecimento insuficiente da percepção e da opinião do público sobre os serviços prestados pela Ascom.

O processo de aprimoramento buscou garantir o acesso de toda a equipe da Ascom às demandas, com fluxos disponíveis e explicitados do início ao fim; além de extrair mais detalhes de cada solicitação, otimizando as entregas e garantindo que elas estivessem mais próximas do que o setor demandante desejasse. Outros objetivos foram a redução de refações, ruídos e alterações de artes, notas de imprensa, matérias e outros produtos; e o melhor cálculo e padrão de prazos de entrega.



Manual da Ascom Seplag-MG

Pesquisa quantitativa e qualitativa

Como caminho inicial para enfrentar essas questões, a primeira ação foi a aplicação semestral de pesquisa quantitativa e qualitativa para os servidores da secretaria. O primeiro questionário trouxe como resultado um percentual de 88% de satisfação com a comunicação institucional da Seplag-MG e as percepções dos setores sobre o trabalho desenvolvido.

A partir desses resultados e da identificação dos gargalos que motivaram a busca pelo aprimoramento, a Ascom mapeou e revisou seus fluxos descentralizados, internos e externos, fez um levantamento de serviços prestados, construindo um modelo de fluxos para cada uma das soluções, além de explicar alguns conceitos essenciais para o desenvolvimento de projetos, como briefing.

As ações foram consolidadas em um Manual da Ascom, com detalhamento das ações desenvolvidas pela Assessoria, padronização de fluxos, etapas e responsabilidades e apresentação da Ascom para os demais setores (o que somos, o que fazemos e como fazemos), do qual trataremos detalhadamente mais a frente, em outro trecho desse relatório.

As pesquisas realizadas têm como objetivo entender os pontos fortes e as fragilidades da comunicação para melhorá-la e torná-la mais simples, abrangente e acessível para o público da Seplag-MG.

A secretaria se comunica institucionalmente com os servidores por meio de vários meios gerenciados pela Ascom, como site oficial, redes sociais, canais de comunicação interna, entre outros. No entanto, até aquele momento, não havia uma cultura organizacional ativa de feedback e acompanhamento, em que o público (servidores da própria secretaria, do Estado e cidadãos) pudesse contribuir com sua percepção sobre como esse serviço é executado. Portanto, não havia uma forma estruturada de medir a satisfação ou a insatisfação com o serviço de comunicação.

Assim foi criado um questionário semestral estruturado para medir o percentual de avaliação positiva da comunicação institucional interna. A meta definida foi de 60% de avaliações positivas, considerando: total de respostas ao formulário pelo número total de servidores da Seplag-MG e a média dos resultados das questões.

O questionário é composto majoritariamente por perguntas de múltipla escolha, mas também tem duas perguntas que permitem resposta aberta, para que o servidor da Seplag-MG possa detalhar outros pontos não previstos na pesquisa. O formulário busca avaliar o trabalho da Ascom sob as perspectivas de Alcance; Engajamento; Eficácia das ferramentas; Frequência; Relevância; Temáticas; e Satisfação.

A partir dessas informações estruturadas, a Ascom tem uma base sólida para promover melhorias e ajustes na comunicação institucional

A primeira pesquisa, no primeiro semestre de 2025, foi enviada via Teams, e-mail marketing e exibida nas telas dos computadores dos 1.467 servidores da pasta, de acordo com os dados da Subsecretaria de Gestão e Finanças (Subgef). Foram, ao todo, 208 respostas. Ou seja, 14,17% dos servidores que atuam na Seplag-MG responderam ao questionário.

Do total de respondentes, 183 (87%) declararam estar satisfeitos (muito satisfeito + parcialmente satisfeito) com a comunicação institucional da secretaria. Esses números indicaram que, entre as pessoas que acompanham frequentemente a comunicação da Seplag-MG, o resultado seria satisfatório. No entanto, ainda era preciso pensar em estratégias para aumentar o interesse do público pelas mensagens.

A pesquisa também mostrou que a maioria dos destinatários apenas recebia as comunicações, sem interagir com elas clicando em links ou escaneando QR codes, por exemplo. Foi um indicativo de que seria preciso disponibilizar as informações finais da maneira mais direta possível, sem redirecionamentos, de forma simples e sem textos longos e adicionais, considerando as limitações dos canais de veiculação das mensagens.

Quando era preciso redirecionar, a forma que mais agrada os usuários é o clique no link, justamente por ser mais prático. 55% dos respondentes relataram usar os links, enquanto a próxima opção mais escolhida (leitura de QR Codes) foi indicada por 35% dos usuários.

Hoje, há uma limitação na utilização de links nas comunicações internas. O Teams aceita até 2 links por postagem e o e-mail marketing apenas um. Então, os outros recursos interativos são aplicados apenas quando esse limite já foi excedido. A situação poderia ser alterada com a aquisição de uma ferramenta específica de disparo de e-mails, como *RD Station*.

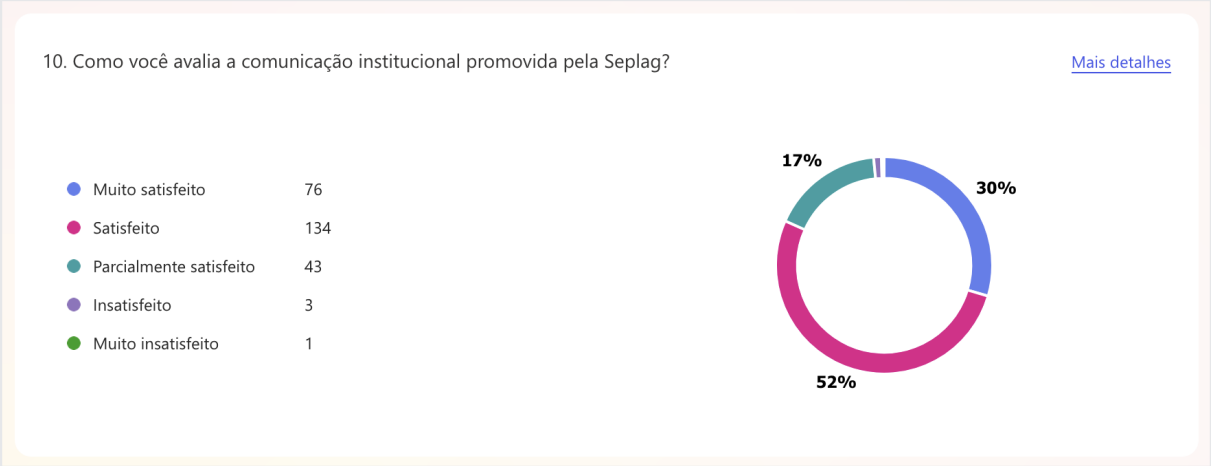
Outro insight fornecido pela pesquisa é o canal mais utilizado pelos respondentes. A principal ferramenta usada pelos servidores da Seplag-MG para saber informações da secretaria foi indicada como sendo o Seplag Informa, o *chatbot* do Teams. Em seguida vêm o e-mail marketing e os posts nas redes sociais. Esse é um resultado importante, porque, entre as ferramentas disponíveis, o Seplag Informa é a que tem menos limitações de envio, pode ser disparado quantas vezes for preciso e a qualquer horário.

Mais da metade (51%) dos respondentes disse ler os comunicados diariamente. Também há um grupo importante (25%) que afirmou ler mais de uma vez por semana. Nessa pergunta havia uma limitação que deve ser considerada, já que os que não acompanham os comunicados sequer responderam à pesquisa. Outra pergunta permitiu a compreensão de que os respondentes consideram a comunicação institucional da Seplag-MG importante, especialmente, para ter uma visão global da secretaria e para saber o que os outros setores e áreas da pasta estão fazendo.

Por fim, os cinco temas que mais interessam os servidores que participaram da pesquisa são: Cidade Administrativa (CA), serviços para servidores, capacitação e desenvolvimento, SEI e teletrabalho: assuntos mais amplos e que interessam a todos os servidores, de forma geral.

Um ponto importante constatado é o fato de que as ferramentas de comunicação são focadas na CA e no atendimento digital (serviços, cursos, treinamentos). Ainda é um desafio a construção de um mailing dos servidores do interior do Estado, o que ampliaria muito o alcance das comunicações e a capacidade de entender as preferências dos agentes públicos de Minas Gerais, como um todo. Nas questões abertas foi possível perceber que os servidores têm interesse em ações de capacitação, pedem comunicados sobre cuidados e postura no ambiente de trabalho, além de peças mais limpas, sem muitas informações e que valorizem as imagens, especialmente considerando a acessibilidade.

Os respondentes solicitaram mais informações sobre o funcionamento da Cidade Administrativa, sobre dúvidas de RH e mudanças organizacionais. Ainda foram citadas ações de valorização para os servidores e uma distribuição mais equitativa dos comunicados, abordando temas diversos da Seplag-MG.



Resultados da pesquisa de satisfação com a comunicação institucional

Segunda pesquisa

Na segunda pesquisa, no segundo semestre, foram 222 respostas. Ou seja, 15,13% dos servidores que atuam na Seplag-MG responderam ao questionário, o que representa aumento de um ponto percentual com relação ao primeiro questionário de 2025. Do total de respondentes, 219 (99%) declararam estar satisfeitos (muito satisfeito + satisfeito + parcialmente satisfeito) com a comunicação institucional da secretaria.

Foi evidenciado que os agentes públicos da Seplag-MG estão satisfeitos com o trabalho de comunicação e os bons resultados devem ser mantidos. Ainda pensando em estratégias para aumentar o interesse do público, a Ascom e a Intendência da Cidade Administrativa disponibilizaram mais um canal de divulgação dos comunicados - as TVs do térreo dos prédios Minas e Gerais.

A pesquisa 2/2025 ainda trouxe outra diferença com relação à primeira: os dados mostram que a maioria dos destinatários agora interage com os comunicados, clicando em links, escaneando QR Codes ou enviando as peças em grupos do Teams. Esse é um indicativo de que as “chamadas à ação” estão funcionando e os servidores estão mais interessados nas mensagens enviadas. Houve também um ajuste na quantidade de texto de cada peça, com total de caracteres reduzido e informações mais claras, objetivas e diretas.

Quando preciso redirecionar, a forma que mais agrada os usuários seguiu sendo o clique no link, justamente por ser mais prático. 52% dos respondentes relataram usar os links, enquanto a próxima opção mais escolhida (leitura de QR Codes) foi indicada apenas por 21% dos usuários. Uma hipótese para explicar esse resultado é que a leitura de QR Codes envolve mais etapas, como pegar o celular (ela depende exclusivamente desse dispositivo), abrir a câmera, escanear o código e ser redirecionado para o link.

Isso reforça a necessidade de ferramentas de marketing digital que permitam a inclusão de mais links ao longo dos comunicados, como já foi pontuado anteriormente.

Nesse segundo questionário, o canal mais utilizado pelos respondentes se manteve o Seplag Informa, seguido do e-mail marketing e dos posts nas redes sociais. Entretanto, houve um aumento dos servidores que acompanham as notícias no site da secretaria.

Em outra pergunta, ficou demonstrado, mais uma vez, que os respondentes consideram a comunicação institucional da Seplag-MG importante, especialmente, para ter uma visão global da secretaria e para saber o que os outros setores e áreas da pasta estão fazendo.

Por fim, os cinco temas que mais interessam os servidores que participaram da pesquisa são: Cidade Administrativa (10%), teletrabalho (8%), capacitação e desenvolvimento (7%), serviços para servidores (7%) e programações de eventos (7%).

Nas questões abertas foi possível perceber que os servidores seguem bastante interessados em ações de capacitação, e solicitam informações sobre trocas nas equipes, mudanças de cargos, além de comunicados sobre rotinas de RH e informações sobre carreira e processos seletivos.

Os respondentes deixaram ainda algumas sugestões que podem melhorar a comunicação institucional, como a implementação de um método de avaliação dos comunicados enviados (um a um), e a disponibilização de um contato do setor responsável por aquela informação.

O projeto foi apresentado como boa prática mineira, no formato de pôster científico, no II Congresso Conseplan, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento, em Brasília, em maio de 2026, em que foi aprovado artigo sobre o trabalho. A iniciativa também foi compartilhada com outras Assessorias de Comunicação de secretarias de Planejamento de todo o Brasil no Grupo de Trabalho de Comunicação do Conseplan.

A ferramenta estabelece uma cultura de feedback e resposta ativa, ampliando a sensação de pertencimento dos servidores e aprimorando o trabalho desenvolvido pela Ascom. Além disso, a pesquisa é estratégica porque permite que a comunicação possa fazer ajustes de rota.

O principal desafio é conseguir adesão à pesquisa, ou seja, ampliar o número de respostas. Em 2025, a Seplag-MG tinha mais de 1.400 servidores, mas não registrou mais de 250 respostas em nenhum dos dois questionários disparados.

A pesquisa terá continuidade no prazo previsto para o Plano Estratégico 2025-2028. Serão enviadas duas edições por ano, uma por semestre.



Resultados da pesquisa de satisfação com a comunicação institucional

Novas ferramentas

Ainda no âmbito da comunicação interna, considerando o trabalho conjunto da Ascom com as outras áreas, em específico na busca das melhores ferramentas, a Intendência da Cidade Administrativa (ICA) contribuiu com a implementação de soluções para fortalecer a comunicação institucional na Cidade Administrativa no ano de 2026.

Merece destaque o Company Communicator, ferramenta instalada no Teams. Esse módulo exclusivo para a divulgação de informações direcionadas aos usuários do complexo predial ampliou o alcance, a agilidade e a eficiência na disseminação dos comunicados.

Anteriormente, o cenário era de dispersão de dados relevantes e específicos sobre o funcionamento, eventos e atividades locais, porque os canais de comunicação eram pulverizados, incluindo e-mails em massa frequentemente ignorados, aplicativos de mensagens e grupos informais.

Esse contexto resultava em baixo engajamento e alcance, visto que as mensagens institucionais importantes concorriam com caixas de entrada lotadas e com a falta de interesse dos destinatários, o que gerava um baixo índice de leitura. A tempestividade também era um problema, uma vez que o envio de uma mensagem poderia demorar até 24 horas para atingir todos os usuários. Diante desses fatores, fez-se necessária a criação de um canal único e exclusivo.

A implantação dessa nova instância no Teams otimizou os processos de trabalho tanto para a ICA quanto para a Ascom da Seplag-MG. As unidades ganharam agilidade operacional, reduzindo o retrabalho de formatação para múltiplos formatos e permitindo o agendamento estratégico dos envios.

Além disso, o fluxo de comunicação foi simplificado ao reduzir as etapas de criação, aprovação e disparo por meio de uma interface amigável. A iniciativa representou uma inovação tecnológica ao adotar uma solução nativa de comunicação integrada em massa (Company Communicator) integrada ao Microsoft Teams, ferramenta que já fazia parte da rotina diária de trabalho.

Como resultado, houve um aumento na taxa de leitura dos comunicados institucionais e maior agilidade na disseminação da informação, que passou de um prazo de até 24 horas para o envio imediato, além de garantir a ampliação do alcance e a centralização das mensagens sob uma identidade visual e editorial clara.

Outra ação de melhoria da comunicação interna implementada, em 2026, pela Seplag-MG foi a implantação de 15 totens interativos instalados em pontos estratégicos da Cidade Administrativa, permitindo que o público acesse informações relevantes, localize pontos de interesse e interaja com os espaços do complexo.

A ferramenta é baseada em Inteligência Artificial e interação por voz, tornando a experiência mais acessível e personalizada para mudar a forma como as pessoas se conectam com as informações sobre os espaços e edificações do local. A plataforma foi desenvolvida pela empresa Appia Arquitetura LTDA em parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais, no programa HubMG Gov, voltado à resolução de desafios públicos por meio de inovação aberta.

Essa intervenção tornou-se essencial porque a Cidade Administrativa recebe diariamente cerca de 10 mil pessoas, incluindo servidores, visitantes e prestadores de serviço. Esse volume expressivo de circulação impõe desafios operacionais relevantes, destacando-se a dificuldade de orientação e localização interna, uma vez que o complexo abriga diversos órgãos e entidades em múltiplos edifícios com frequente mudança na disposição física das unidades, tornando a sinalização estática rapidamente desatualizada e insuficiente.

Além disso, faltavam dados sobre o comportamento dos usuários no espaço, de modo que a gestão do atendimento e da distribuição de fluxos não dispunha de subsídios quantitativos para a tomada de decisão. Os totens interativos instalados possuem tecnologia robusta, contando com mapas 3D, Inteligência Artificial embarcada e capacidade de operar em múltiplos edifícios simultaneamente.

A instalação dos equipamentos introduziu um conjunto de inovações de processo e de serviço com impacto direto na experiência dos cidadãos na sede do Governo de Minas. Entre os benefícios alcançados, destacam-se a digitalização e a automação do atendimento ao público, em que a interação por voz e texto complementou o suporte humano presencial.

Também foi criado o Módulo de Analytics, que instrumentaliza a tomada de decisão baseada em dados ao disponibilizar indicadores sobre interações, dúvidas mais frequentes e nível de satisfação, viabilizando ciclos de melhoria contínua. Outro avanço foi a navegação indoor em 3D, permitindo que os usuários visualizem rotas e localizações em representação tridimensional, inovando na comunicação de informações espaciais em ambientes complexos.

Todo o processo adotou uma metodologia ágil aplicada à inovação pública, com ciclos iterativos de desenvolvimento (metodologia Lean/ágil), sprints curtos, coleta de feedback e priorização de funcionalidades com base em necessidades reais. O projeto também promoveu a democratização do acesso à informação, visto que pessoas com diferentes níveis de habilidade tecnológica e limitações físicas passaram a contar com uma interface multimodal, que reúne toque, voz, texto, áudio e 3D.

Objetivo Estratégico 9 - Disponibilizar soluções tecnológicas que aperfeiçoem os processos de trabalho e viabilizem a geração de informação de qualidade para a tomada de decisão

A disponibilidade de informações confiáveis, integradas e tempestivas constitui um dos principais fatores para o fortalecimento da gestão pública e para a tomada de decisão baseada em evidências. Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão avançou na estruturação de soluções tecnológicas voltadas à organização, integração e disponibilização de dados estratégicos, promovendo a modernização da gestão da informação e ampliando a capacidade institucional de planejamento, monitoramento e avaliação.

Data Lake

Como parte dessa estratégia, a implantação do Data Lake da Seplag-MG consolidou um ambiente único para armazenamento e tratamento de dados corporativos. As principais iniciativas relacionadas ao projeto concentraram-se na organização, integração e disponibilização de dados estratégicos da Secretaria em um ambiente único, voltado ao apoio à gestão e à tomada de decisão.

Dessa forma, foi possível reunir informações antes dispersas em diferentes sistemas corporativos, como Sistema Eletrônico de Informações (SEI), Sistema de Administração de Pessoal do Estado de Minas Gerais (SISAP), Portal de Compras, Cadastro Geral de Fornecedores (CAGEF), plataforma ProBPMS e Sistema de Gestão de Concursos Públicos (Sigecop), facilitando o cruzamento de dados e a construção de análises gerenciais.

Também foram desenvolvidas soluções de inteligência de dados, como painéis, APIs, views, relatórios e bases organizadas para consulta, com foco no acompanhamento da produtividade, das rotinas de trabalho, dos custos e de outros aspectos relevantes para a gestão. A iniciativa contribui diretamente para transformar dados administrativos em informações úteis, qualificando o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações da secretaria.

A implementação do Data Lake respondeu a desafios relacionados à fragmentação das informações corporativas e à necessidade de fortalecer a capacidade analítica da Secretaria, permitindo que a gestão passasse a contar com uma visão mais integrada dos dados produzidos pelos diversos sistemas institucionais.

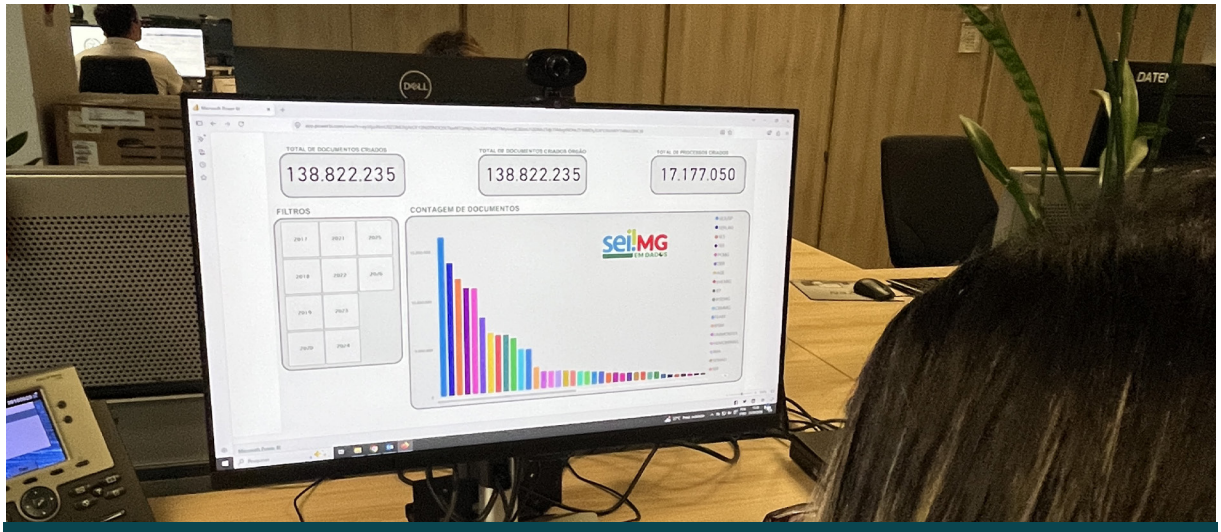
O principal cenário que justificou o desenvolvimento da iniciativa foi a existência de grande volume de dados gerados pelos sistemas da Seplag-MG, muitas vezes armazenados de forma separada e sem integração. Essa fragmentação dificultava a produção de análises completas, o acompanhamento de indicadores e a geração de informações consolidadas para subsidiar decisões dos gestores.

Além disso, a realização de consultas e relatórios diretamente nos sistemas originais podia comprometer o desempenho dessas ferramentas, que são utilizadas diariamente pelos servidores. Esse contexto evidenciou a necessidade de estruturar uma solução tecnológica capaz de integrar informações dispersas, reduzir a dependência de consultas individuais aos sistemas corporativos e disponibilizar dados qualificados para subsidiar a gestão institucional.

O Data Lake surgiu, portanto, como uma solução para concentrar as análises em ambiente próprio, preservando os sistemas operacionais e permitindo que as informações fossem acessadas de forma mais organizada, segura e eficiente. Os resultados alcançados demonstram que a integração das bases corporativas e a disponibilização de informações estruturadas ampliaram a capacidade institucional da Seplag-MG de utilizar dados como instrumento de gestão, monitoramento e apoio às decisões estratégicas.

A iniciativa também reforçou a governança da informação, ao estabelecer padrões de acesso, organização e uso dos dados. Isso contribui para maior segurança, transparência e confiabilidade das informações utilizadas pela gestão. Do ponto de vista estratégico, ao qualificar o uso dos dados, a iniciativa apoia a melhoria contínua dos processos e fortalece a capacidade institucional da Seplag-MG de planejar, monitorar e entregar resultados.

Outra frente prioritária é a expansão gradual para novos sistemas e temas de interesse da Seplag-MG, sempre com foco na melhoria da tomada de decisão, na integração entre áreas e no fortalecimento da governança da informação. A manutenção da qualidade, da segurança e da atualização dos dados também deve permanecer como ação contínua, assegurando que o Data Lake se consolide como instrumento permanente de apoio à gestão institucional.



Visualização de dados no Data Lake da Seplag-MG

Portal de Planejamento e Orçamento

Quanto à gestão orçamentária do Estado de Minas Gerais, a Seplag-MG introduziu, em 2026, por meio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Revisão de Gastos (Splor), o novo Portal de Planejamento e Orçamento de Minas Gerais (PPO-MG), sistema corporativo destinado à elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento do Estado, em substituição ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento de Minas Gerais (SIGPlan) e ao Sistema Orçamentário (Sisor).

O PPO-MG foi concebido com foco na modernização da gestão pública, integrando em uma única plataforma os processos de elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O sistema incorpora funcionalidades mais intuitivas, automatizadas e integradas, reduzindo etapas operacionais, aprimorando a consistência das informações e proporcionando maior segurança, rastreabilidade e eficiência na elaboração das peças de planejamento e orçamento. O novo sistema promoveu a revisão e simplificação dos fluxos de trabalho, automatizando diversas validações anteriormente realizadas de forma manual, eliminando redundâncias e reduzindo significativamente o retrabalho decorrente de inconsistências de informações.

Sistema de Perícia Médica

Na Perícia Médica e Saúde Ocupacional, evidencia-se como estratégia a adoção do Sistema de Perícia Médica e Saúde Ocupacional (SIPEMSO) –. Foram desenvolvidas como principais entregas a concepção, desenvolvimento e implantação de módulos do sistema, com o objetivo de modernizar os processos da área.

Nesse contexto, destacam-se como principais iniciativas a realização do levantamento e da modelagem dos processos de negócio relacionados às atividades periciais e de saúde ocupacional, bem como a construção colaborativa dos requisitos do sistema, envolvendo áreas técnicas e usuários finais, garantindo maior aderência às necessidades operacionais. Adicionalmente, foi conduzido o desenvolvimento incremental da solução, com a entrega de funcionalidades em etapas, acompanhadas de validações contínuas junto às áreas envolvidas.

Também vale assinalar a integração do SIPEMSO com sistemas corporativos do Estado, possibilitando maior interoperabilidade e eficiência na gestão das informações, bem como a estruturação das regras de negócio aplicáveis às diferentes modalidades periciais, assegurando coerência, padronização e conformidade dos processos.

As ações desenvolvidas foram justificadas por um cenário caracterizado pela execução dos processos de perícia médica e saúde ocupacional por meio de sistemas legados e procedimentos manuais. Isso resultava em limitações operacionais, retrabalho, fragmentação das informações e dificuldade na obtenção de dados gerenciais.

Dessa forma, evidenciou-se a necessidade de promover a modernização tecnológica e a revisão dos processos institucionais, de forma a qualificar a gestão, ampliar a integração entre sistemas, reduzir fragilidades operacionais e fortalecer o controle e o acompanhamento das atividades periciais e de saúde ocupacional no âmbito da Administração Pública Estadual.

O desenvolvimento do SIPEMSO promoveu ampla revisão e redesenho dos processos de trabalho, possibilitando a padronização de fluxos e procedimentos, a digitalização de etapas anteriormente realizadas de forma manual e a automatização das regras de negócio aplicáveis às diferentes modalidades periciais. Essas transformações contribuíram para a ampliação da rastreabilidade das informações, a redução de retrabalho e inconsistências operacionais e a melhoria da organização dos processos.

Foram alcançados resultados e impactos relevantes relacionados à modernização, organização e qualificação da gestão dos processos periciais e de saúde ocupacional. Destacam-se a modernização da gestão da perícia médica e da saúde ocupacional, o aumento da eficiência operacional e a padronização dos processos, bem como a melhoria da experiência dos usuários internos e externos, decorrente da maior organização e clareza dos fluxos.

Verifica-se, ainda, a redução gradual da dependência de controles paralelos e de documentos físicos, contribuindo para maior segurança, rastreabilidade e confiabilidade das informações, bem como a criação de uma base tecnológica escalável, apta a suportar futuras evoluções do sistema e expansão de funcionalidades.

De forma geral, os impactos alcançados transcendem o âmbito da perícia médica e da saúde ocupacional, contribuindo diretamente para o fortalecimento da gestão estratégica de pessoas no Estado, ao disponibilizar informações mais qualificadas, apoiar a tomada de decisão e promover maior integração entre processos e sistemas institucionais.

Os principais desafios enfrentados durante a implementação estiveram relacionados à elevada complexidade das regras periciais, à necessidade de conciliar a modernização tecnológica com a continuidade operacional dos serviços e à integração com sistemas corporativos já existentes, além da gestão da mudança junto aos usuários e da construção de consenso entre diferentes atores institucionais envolvidos no projeto.

Por fim, ressalta-se a importância da consolidação da governança de dados, garantindo qualidade, segurança, rastreabilidade e utilização estratégica das informações geradas. De forma geral, a continuidade dessas iniciativas é essencial para assegurar a maturidade do SIPEMSO como solução estruturante de transformação digital, fortalecendo a gestão da perícia médica e da saúde ocupacional e contribuindo para o aprimoramento contínuo da gestão de pessoas no Estado.

Portal de Compras

Em outra vertente, a Seplag-MG investiu na evolução do Portal de Compras MG, consolidando-o como principal plataforma de apoio às contratações públicas estaduais. Interligado ao Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (SIAD-MG), o Portal de Compras atende aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, reunindo funcionalidades destinadas ao planejamento das contratações, realização de licitações e contratações diretas, gestão de atas de registro de preços e contratos administrativos, cadastro de fornecedores, materiais e serviços, além da execução de despesas.

Sua integração com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI-MG) fortalece a interoperabilidade entre os sistemas corporativos, reduz lançamentos manuais e amplia a confiabilidade das informações utilizadas na gestão das contratações públicas.

Como parte da implementação da nova legislação, foram desenvolvidas funcionalidades destinadas à operacionalização de procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações). Destacam-se o processo eletrônico de credenciamento, contemplando todas as etapas da contratação, desde a publicação do edital até a divulgação da relação de credenciados; o marketplace destinado ao credenciamento em mercados fluidos e comércio eletrônico; e a funcionalidade para realização de dispensa e inexigibilidade de licitação por meio do Sistema de Registro de Preços.

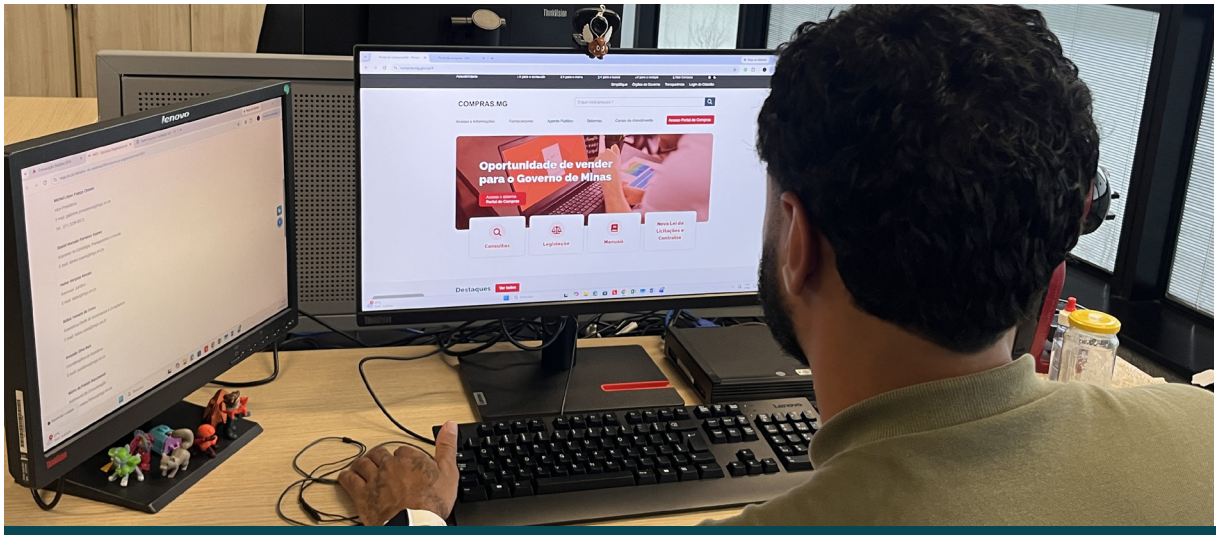
Essas soluções ampliaram as possibilidades de utilização do Portal de Compras MG, simplificaram procedimentos administrativos e promoveram maior padronização na condução das contratações públicas.

Além das novas funcionalidades, foram promovidas evoluções nas integrações do Portal de Compras MG com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), acompanhando as alterações promovidas pelo Governo Federal e garantindo a publicação das informações exigidas pela legislação.

Também foram implementados novos campos e ajustes destinados ao atendimento das determinações do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), bem como desenvolvida rotina automática para geração de arquivos destinados ao Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (Sicom), ampliando a transparência, a conformidade e a confiabilidade das informações disponibilizadas pelo sistema.

As evoluções implementadas contemplaram melhorias nas funcionalidades já existentes, com o objetivo de aperfeiçoar a experiência dos usuários, reduzir retrabalhos, eliminar lançamentos redundantes e ampliar a qualidade das informações registradas.

As soluções tecnológicas também fortaleceram a transparência das contratações públicas. A automatização da publicação das informações no Portal Nacional de Contratações Públicas, a incorporação de novos campos destinados ao atendimento das exigências do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a geração automática de arquivos para prestação de contas ampliaram a qualidade das informações disponibilizadas e reduziram a necessidade de intervenções manuais pelos usuários do sistema, fortalecendo os mecanismos de controle e fiscalização das compras públicas estaduais.



Portal de Compras MG

Transformação Digital na Seplag-MG

A transformação digital dos processos administrativos constitui elemento essencial para fortalecer a gestão pública, ampliar a capacidade analítica das áreas técnicas e apoiar a tomada de decisão baseada em evidências. Nesse contexto, paralelamente, a área-meio da Seplag-MG desenvolveu um conjunto integrado de soluções tecnológicas voltadas à automatização de rotinas, estruturação de sistemas corporativos, consolidação de bases de dados e disponibilização de informações gerenciais, promovendo maior eficiência operacional, redução de riscos e fortalecimento da governança institucional.

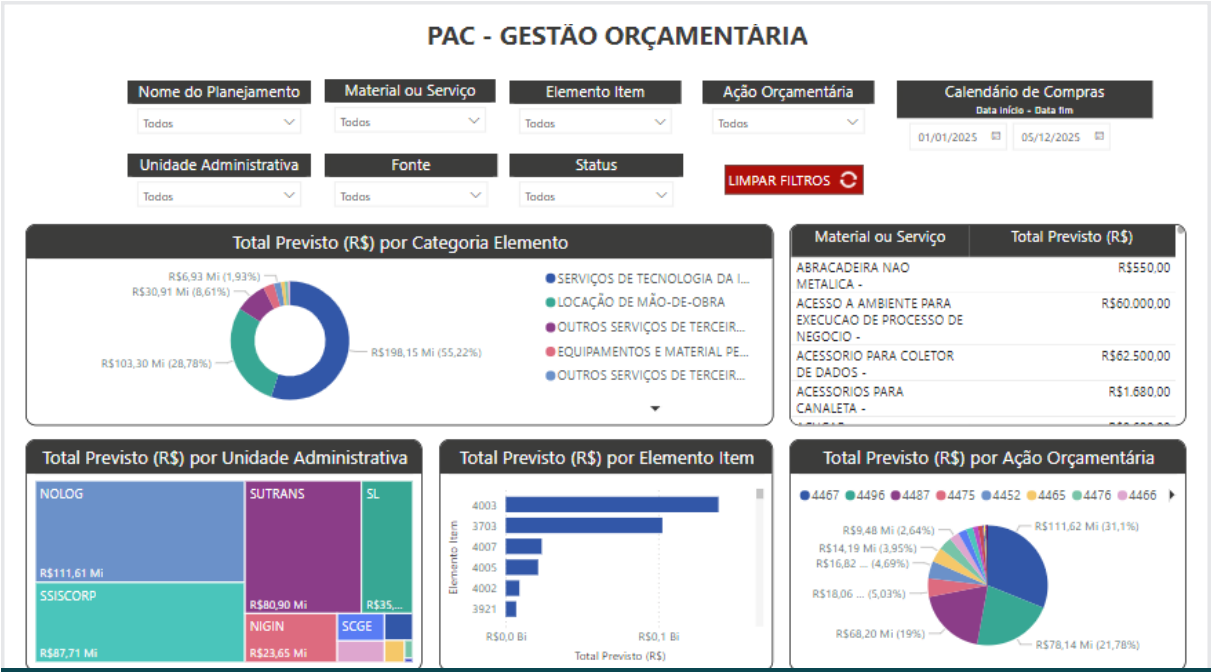
As ações desenvolvidas, de forma interna à Seplag-MG, abrangeram planejamento e orçamento, contabilidade e finanças, compras, contratos, convênios, gestão de pessoas e desenvolvimento de sistemas, evidenciando uma estratégia integrada de utilização da tecnologia como instrumento de apoio à gestão.

Na área de Planejamento e Orçamento, foi construído o painel orçamentário do exercício corrente, com série histórica a partir de 2020, além de painel específico para as informações do Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário (TDCO). Houve ainda aperfeiçoamento da automatização relacionada à descentralização de cotas e, para a elaboração do Orçamento Base Zero (OBZ) 2027, foi desenvolvido sistema próprio de apresentação de dados e apoio à priorização pela alta gestão.

Em Contabilidade e Finanças foram automatizadas as etapas de execução orçamentária e financeira: empenho; liquidação; pagamento; e retenções. O trabalho evoluiu de automatizações isoladas para a criação do Sistema de Execução da Despesa Automatizado (SEDA). O SEDA transformou a rotina, antes dispersa, em uma cadeia única governada por evidências, na qual falhas e incertezas passam a ser identificadas. Com isso, a execução da despesa pública fica mais segura, organizada e assertiva, proporcionando maior eficiência e eficácia ao processo. Além disto, libera o servidor para realização de tarefas mais estratégicas.

Também cabe registrar o Expresso Reinf, solução desenvolvida internamente para tramitação de dados à Receita Federal.

O sistema Descomplica, desenvolvido na área de Compras, Contratos e Convênios, atualmente é a principal ferramenta de trabalho e de disponibilização de informações sobre as compras para as áreas técnicas da Seplag-MG. O sistema reúne: gestão completa do Planejamento Anual de Compras (PAC); saldos das Cotep; saldos de Atas de Registro de Preços; painel orçamentário; e funcionalidades para gestão interna da equipe.



Painel BI sobre o Programa Anual de Compras - Gestão Orçamentária

Registra-se também o desenvolvimento de um painel analítico em Business Intelligence (BI) para acompanhamento dos cargos de provimento em comissão existentes na Secretaria. A solução consolidou informações anteriormente dispersas em diferentes bases de dados, proporcionando maior confiabilidade, agilidade e transparência no acesso às informações gerenciais.

O painel passou a disponibilizar dados atualizados sobre ocupação de cargos, vacâncias, distribuição das funções comissionadas e outros indicadores relevantes para a gestão da força de trabalho, permitindo que as decisões relacionadas à estrutura organizacional fossem fundamentadas em evidências e informações qualificadas.

Outro destaque é a implementação do Sistema de Gestão de Vagas Terceirizadas (GVT), plataforma desenvolvida para substituir o controle por planilhas dispersas na gestão do contrato com a MGS. O sistema mostra o contrato em tempo real, permitindo acompanhar vagas ocupadas, disponíveis, em movimentação, além de registrar substituições, alterações de postos, impactos financeiros e demandas que requerem aprovação da COFIN. Apoia também o processo de designação de vagas e funções para colaboradores.

Complementando esse conjunto de iniciativas, foi estruturado o Núcleo de Desenvolvimento de Sistemas (NDS) reunindo servidores com expertise técnica em desenvolvimento de software e automação. O NDS passou a sustentar e manter um portfólio de 19 sistemas institucionais, com atendimento de 513 chamados desde abril de 2025.

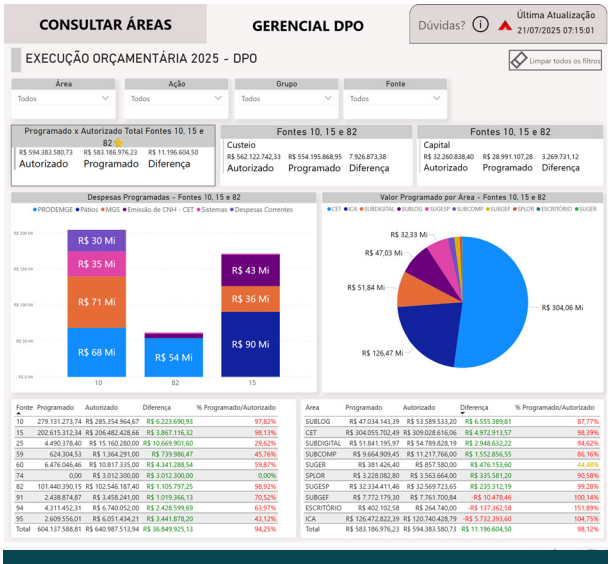
Em conjunto, essas iniciativas demonstram uma atuação orientada à utilização estratégica da tecnologia para fortalecer a gestão administrativa, ampliar a integração das informações institucionais, reduzir atividades operacionais repetitivas e disponibilizar dados qualificados capazes de apoiar a tomada de decisão em diferentes áreas da Secretaria.

A implementação dessas soluções tecnológicas respondeu a um contexto de crescente complexidade operacional, no qual a ampliação das demandas institucionais e a necessidade de maior eficiência administrativa exigiram a revisão dos processos de trabalho e a adoção de instrumentos capazes de automatizar atividades, integrar informações e fortalecer a governança dos dados.

Como resposta aos desafios identificados, a Subsecretaria de Gestão e Finanças (Subgef) promoveu a revisão dos processos de trabalho e estruturou soluções tecnológicas voltadas à automatização das rotinas, à consolidação das informações e ao fortalecimento da gestão baseada em dados. Essas medidas permitiram transformar atividades anteriormente executadas de forma manual em processos padronizados, mais seguros e capazes de gerar informações qualificadas para apoiar a tomada de decisão.

As iniciativas desenvolvidas contribuíram para a transformação institucional da Seplag-MG ao promover maior integração entre áreas, fortalecimento da governança, modernização da gestão e mudança no modelo de gestão, substituindo processos manuais e descentralizados por soluções digitais orientadas por dados.

A integração foi ampliada por meio da construção e implementação sistemas compartilhados entre a subsecretaria e áreas demandantes, reduzindo a fragmentação das informações, bem como a necessidade de produção de informações pelas diversas áreas.



Painel BI sobre execução orçamentária

Objetivo Estratégico 10 - Promover a gestão da informação e do conhecimento para garantir a continuidade dos processos.

A promoção da gestão da informação e do conhecimento para garantir a continuidade dos processos está diretamente alinhada aos valores da Seplag-MG, especialmente à inovação e à simplificação. As mudanças na estrutura organizacional, a atuação como órgão central, a crescente complexidade dos processos e a rotatividade de servidores reforçaram a necessidade de aprimorar a documentação, o compartilhamento de informações e a articulação entre as equipes, assegurando a continuidade das atividades.

Nesse contexto, a Seplag-MG implementou iniciativas voltadas à organização e padronização das informações, ao registro de conhecimentos estratégicos, ao fortalecimento da governança documental e ao compartilhamento do conhecimento entre as equipes. Essas ações reduziram a dependência de conhecimentos individuais, mitigaram riscos de descontinuidade e fortaleceram a memória institucional, ampliando a capacidade da organização de preservar e utilizar o conhecimento como suporte à gestão e à tomada de decisão.

Gestão do Conhecimento na Administração de Pessoal

No âmbito da Administração de Pessoal, registra-se uma iniciativa de gestão do conhecimento como um objetivo estratégico institucional, com acompanhamento mensal junto às diretorias, e criação de um repositório único de informações. Nesse contexto, as diretorias passaram a realizar de forma contínua o levantamento, a revisão, a atualização e a organização de normas, procedimentos, orientações e conteúdos, com o objetivo de reduzir a dispersão de informações e facilitar o acesso ao conhecimento institucional de forma mais estruturada e acessível.

A organização sistematizada de históricos, decisões, estudos, manifestações jurídicas e normativos em documentos padronizados fortaleceu a gestão do conhecimento ao preservar a memória institucional, reduzir retrabalho e subsidiar a tomada de decisão de forma mais qualificada.

As iniciativas foram motivadas pela necessidade de organizar, preservar e qualificar o acesso às informações relevantes para a atuação institucional, considerando a complexidade dos temas de gestão de pessoas. Para isso, foram identificadas dificuldades significativas, entre as quais se destacam a dispersão de informações em diferentes processos SEI, documentos, pastas e unidades, bem como a dificuldade de localizar, de forma célere, históricos de decisões, estudos, manifestações e fundamentos utilizados em pautas estratégicas.

Observou-se, ainda, o risco de perda de conhecimento institucional em situações de mudança de equipe, afastamentos ou rotatividade, além da existência de conteúdos que demandavam revisão, atualização e organização em um repositório único. Soma-se a isso a necessidade de tornar as orientações mais claras e acessíveis, especialmente para os DRHs e unidades setoriais, bem como a ocorrência de retrabalho decorrente da necessidade de reconstruir entendimentos já discutidos anteriormente.

As iniciativas relacionadas ao objetivo estratégico de promover a gestão da informação e do conhecimento concentraram-se na estruturação de mecanismos permanentes de organização, sistematização, monitoramento e transparência, fortalecendo a continuidade dos processos institucionais e a preservação da memória organizacional.

Organização de informações na Gestão Estratégica e Reparação

Nesse sentido, é necessário destacar também iniciativas na área de Gestão Estratégica e Reparação. As ações abrangeram tanto a gestão das informações produzidas no âmbito dos Acordos de Reparação do Rio Doce e de Brumadinho quanto o acompanhamento da estratégia governamental, promovendo a organização de informações estratégicas, o fortalecimento da coordenação interinstitucional e a produção de subsídios qualificados para a tomada de decisão.

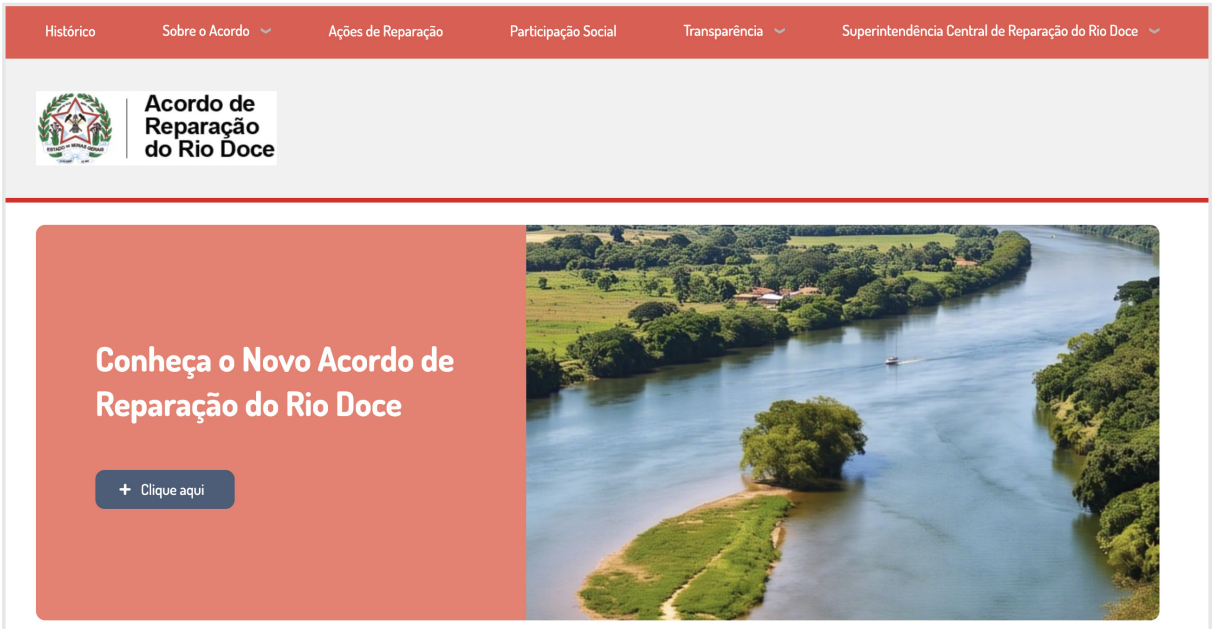
Foram consolidadas práticas de gestão da informação voltadas à organização do conhecimento, preservação do histórico institucional, padronização dos processos e disponibilização de informações confiáveis para apoio à gestão, à transparência e à continuidade das ações.

Nos Acordos de Reparação, destacam-se a consolidação de duas estruturas permanentes de coordenação e organização do conhecimento: a Secretaria Executiva do Comitê Estadual de Minas Gerais (Cemg), no Acordo de Reparação do Rio Doce, e a Secretaria Executiva do Acordo Judicial de Reparação de Brumadinho.

No Acordo de Reparação do Rio Doce, foi implantado, ainda, o Portal Rio Doce de Minas Gerais, criado como instrumento de transparência enquanto se estrutura o Portal Único; a publicação da Cartilha de Prestação de Contas e dos relatórios encaminhados ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região; além do desenvolvimento de planilhas técnicas, apresentações executivas, bases de dados e rotinas de monitoramento apoiadas pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), fortalecendo o acompanhamento das obrigações e a prestação de contas.

Já no Acordo Judicial de Reparação de Brumadinho, consolidou-se a Secretaria Executiva como núcleo permanente de gestão da informação e apoio ao processo decisório, coordenando a atuação entre compromitentes, auditorias independentes, órgãos estaduais e municípios.

Durante o biênio 2025–2026 foram realizadas 64 reuniões do colegiado dos compromitentes e expedidos 473 ofícios dos compromitentes, totalizando 240 reuniões e 1.221 ofícios desde 2021. Também foram estruturadas rotinas permanentes de organização documental, elaboração de atas, registros de encaminhamentos e sistematização das decisões, formando um amplo acervo institucional que assegura rastreabilidade, transparência e continuidade administrativa.



Site próprio do Acordo de Reparação do Rio Doce

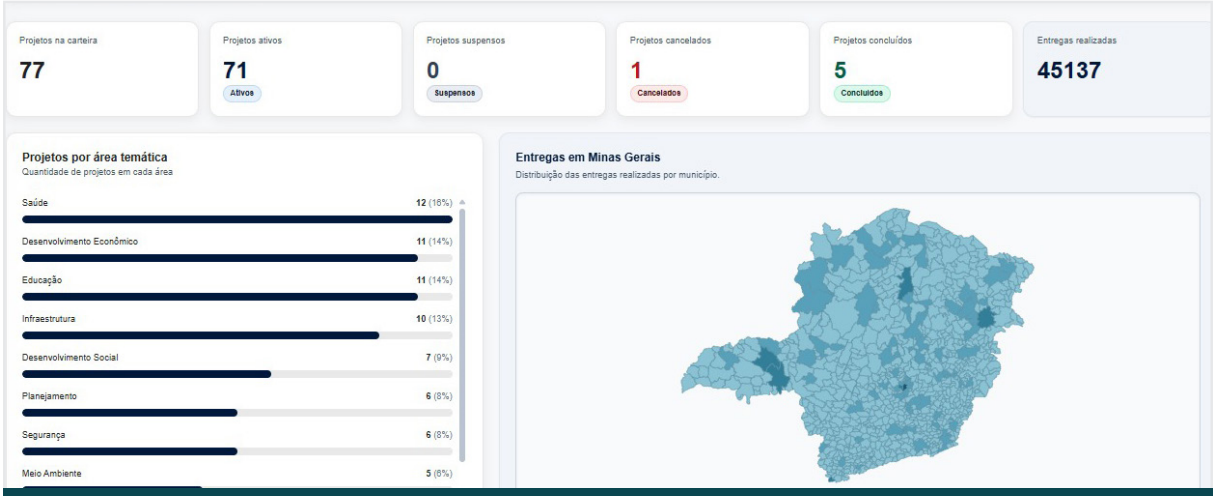
Qualificação da carteira de projetos estratégicos do Estado

No acompanhamento da estratégia governamental, a Seplag-MG concentrou esforços na qualificação das informações relativas à carteira de projetos estratégicos do Governo de Minas Gerais. Foram aprimorados instrumentos gerenciais de monitoramento, incluindo apresentações executivas, consolidação de informações, relatórios gerenciais e materiais de apoio à alta gestão, organizando dados sobre resultados, riscos, desafios e pontos de atenção dos projetos estratégicos.

No âmbito do Monitoramento Executivo, foram sistematizados os aprendizados decorrentes da implementação de 22 projetos estratégicos, registrando desafios, soluções e lições aprendidas, fortalecendo a preservação do conhecimento institucional e apoiando futuras iniciativas. Complementarmente, iniciou-se o desenvolvimento de uma solução tecnológica voltada à gestão da carteira estratégica, destinada a padronizar informações, preservar o histórico dos projetos e ampliar a capacidade de monitoramento e geração de informações gerenciais.

A gestão da informação mostrou-se essencial para assegurar a continuidade dos processos conduzidos pela Subsecretaria de Gestão Estratégica e Reparação, considerando a complexidade, transversalidade e o horizonte de longo prazo das agendas acompanhadas. Tanto os Acordos de Reparação quanto a carteira de projetos estratégicos do Governo envolvem múltiplos órgãos, instituições de justiça, municípios e parceiros, demandando informações padronizadas, atualizadas e acessíveis para subsidiar a tomada de decisão, preservar a memória institucional e garantir a continuidade das ações.

Os principais desafios identificados relacionaram-se à dispersão de informações entre diferentes equipes e instituições, ao risco de perda do conhecimento decorrente da rotatividade de servidores, à necessidade de integrar bases de dados e registrar de forma sistemática decisões, encaminhamentos, riscos e aprendizados. Nos Acordos de Reparação, esses desafios foram potencializados pela elevada complexidade técnica e pelo longo horizonte de execução, exigindo estruturas permanentes para organização, preservação e compartilhamento das informações.



Painel do Estratégia MG com os projetos estratégicos do Estado

Padronização na Transformação Digital e Atendimento ao Cidadão

Quanto à Transformação Digital e Atendimento ao Cidadão, as principais iniciativas relacionadas à promoção da gestão da informação e do conhecimento têm caráter transversal e estiveram voltadas à organização, padronização, integração e preservação das informações estratégicas utilizadas pela área. Diversas ações desenvolvidas pela área contribuíram diretamente para a gestão da informação e do conhecimento, especialmente nas frentes de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), atendimento ao cidadão, transformação digital, dados e suporte aos sistemas corporativos.

Destaca-se, inicialmente, a atuação na governança da Política de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado, por meio da coordenação de diretrizes, normas, instrumentos e orientações voltadas à organização da atuação de TIC no âmbito estadual. Essa frente contribui para dar maior coerência às iniciativas tecnológicas, fortalecer a padronização das soluções e apoiar a continuidade dos processos digitais e corporativos, otimizando a gestão do conhecimento técnico e institucional necessário à continuidade dos serviços e sistemas.

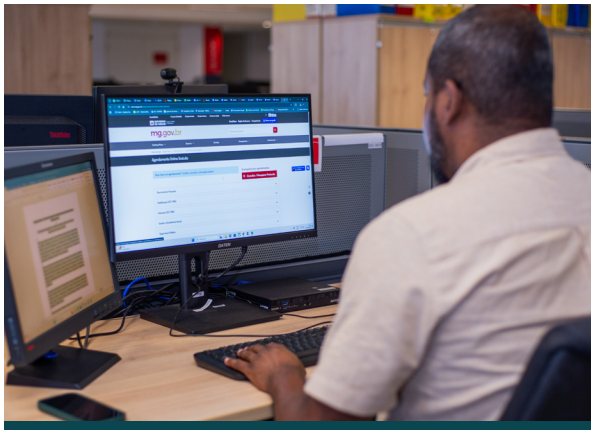
O principal cenário que justificou o desenvolvimento das iniciativas foi a necessidade de garantir continuidade, segurança e eficiência aos processos da administração pública em um ambiente cada vez mais digital, integrado e dependente de informações qualificadas. A Subsecretaria de Transformação Digital e Atendimento ao Cidadão (Subdigital) atua em uma área transversal, responsável por canais de atendimento, serviços digitais, sistemas corporativos e políticas de TIC, o que exige organização permanente do conhecimento institucional e dos dados produzidos pelas diversas frentes de atuação.

Um dos principais desafios era a existência de informações dispersas em diferentes sistemas, canais e áreas gestoras, o que dificultava a consolidação de diagnósticos, o acompanhamento de indicadores, a padronização de procedimentos e a preservação do conhecimento sobre os processos. Esse cenário ampliava o risco de retrabalho, perda de histórico institucional, baixa integração entre áreas e dependência excessiva de conhecimentos individuais.

Além disso, a expansão dos serviços digitais, o crescimento da rede de atendimento presencial, a incorporação de novos serviços aos canais digitais e a complexidade dos sistemas corporativos exigiram maior governança sobre informações, fluxos, bases de dados, regras de negócio e instrumentos de gestão. As ações desenvolvidas buscaram reduzir esses riscos e fortalecer a capacidade institucional da Seplag-MG de manter processos contínuos, documentados, integrados e orientados por evidências.



Atendimento na UAI



Portal mg.gov.br

Entre as travas encontradas, a diversidade de sistemas, canais, bases de dados e processos sob responsabilidade da área. A subsecretaria lida com informações provenientes de diferentes fontes, como atendimento presencial, canais digitais, sistemas corporativos, demandas de cidadãos, dados de serviços, normas de TIC e bases analíticas. Integrar, organizar e manter essas informações atualizadas exigiu articulação entre áreas, definição de prioridades e padronização de procedimentos.

Melhoria da Gestão da Frota por Indicadores

Outro desafio relevante foi reduzir a dependência de conhecimentos individuais e fortalecer a institucionalização das informações. Em áreas com alta complexidade técnica e grande volume de demandas, a continuidade dos processos depende da documentação adequada, da governança das informações e da capacidade de transformar dados operacionais em conhecimento compartilhado.

Como parte desse esforço de gestão da informação e conhecimento, no âmbito da Logística e Patrimônio, registra-se a iniciativa de Melhoria da Gestão da Frota por Indicadores (GFI). Em 2025, os processos ligados à geração de indicadores da GFI foram revistos e seus dados criticamente analisados.

A Gestão de Frota por Indicadores é decorrente de projeto homônimo desenvolvido com o objetivo de otimizar o uso e os custos e reduzir os desvios relacionados à frota de veículos oficiais do Poder Executivo Estadual, a partir da geração de indicadores divididos em quatro temas: dados-situação, atendimento-uso, abastecimento e manutenção.

A revisão da GFI, por sua vez, objetivou automatizar os cálculos, assegurar a confiabilidade dos dados e a sua utilização estratégica e disponibilizar novos painéis (dashboards) aos órgãos e entidades. A melhoria foi necessária em face das sucessivas mudanças ocorridas nos últimos anos combinadas com a necessidade de auditoria dos dados levaram a retirada dos painéis de indicadores até então disponibilizados aos órgãos e entidades.

Havia a necessidade de revisar os processos e dados, além de criar mecanismos de mitigação de erros e de garantia da qualidade da informação. A gestão da frota oficial é complexa e envolve dados extraídos de diversas fontes, sendo que a maioria dos órgãos e entidades não dispõe de equipe técnica suficiente para o tratamento e análise desses dados de forma agregada.

Assim, a GFI busca gerar informação confiável a fim de qualificar a gestão da frota no âmbito estadual. Portanto, os painéis de indicadores foram redesenhados e voltaram a ser disponibilizados para consulta dos órgãos e entidades, mediante Power BI, ferramenta de navegabilidade simples e intuitiva, permitindo ao gestor filtrar e segmentar dados ou analisá-los de forma geral, de acordo com suas necessidades.

Como complemento, a Seplag-MG elaborou um guia para os gestores de frota dos órgãos e entidades, que apresenta os temas e indicadores monitorados, explica como os dados são organizados nos painéis e oferece orientações para sua interpretação e uso na gestão cotidiana.

Entre as principais dificuldades no processo de melhoria do GFI, esteve conciliar o elevado grau de tecnicidade e o volume de demandas analíticas, inerentes ao tratamento de dados de frota provenientes de múltiplas fontes, com a necessidade de manter o foco na entrega e o cumprimento dos prazos. O trabalho exigiu rigor metodológico, atenção a detalhes e validação crítica das informações, ao mesmo tempo em que demandou objetividade para transformar grande volume de dados em produtos úteis à gestão. Somou-se a isso o desafio de compartilhar os dados de forma protegida, em especial com os órgãos de segurança, dada a existência de informações sensíveis.



Lançamento do painel de Gestão de Frota por Indicadores

Manuais e modelos da Nova Lei de Licitações

Ainda nesse contexto de gestão da informação e conhecimento para garantir a continuidade dos processos, vale enfatizar que a implementação da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) demandou não apenas a adequação dos processos administrativos e dos sistemas corporativos, mas também a estruturação de mecanismos capazes de registrar, organizar e disseminar o conhecimento produzido durante sua implementação.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão concentrou esforços na elaboração de instrumentos orientativos destinados a apoiar os órgãos e entidades estaduais na correta aplicação da legislação, assegurando maior uniformidade na condução dos procedimentos e reduzindo a dependência de conhecimentos individuais.

Entre as principais iniciativas desenvolvidas destaca-se a elaboração, atualização e disponibilização de 11 manuais destinados aos diferentes perfis de usuários do Portal de Compras MG.

Os materiais contemplam procedimentos relacionados à pesquisa de preços, pregão e concorrência eletrônicos pelos critérios de menor preço e maior desconto, concorrência pelo critério de técnica e preço, sistema de registro de preços, dispensa e inexigibilidade de licitação, Cotação Eletrônica de Preços (Cotep), leilão eletrônico, credenciamento eletrônico e procedimentos de contratação com execução de despesas diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Além disso, foi elaborado manual específico sobre pesquisa de preços, reunindo fundamentos normativos, metodologia, boas práticas e orientações para definição do valor estimado das contratações públicas. Esses materiais passaram a constituir importante referência técnica para os agentes públicos responsáveis pelo planejamento e condução das contratações estaduais.



Manuais para usuários do Portal de Compras MG



Capacitação sobre Termo de Referência para compras públicas

Complementando esse conjunto de instrumentos, a Seplag-MG disponibilizou modelos padronizados para instrução dos processos de compras, aprovados pela Advocacia-Geral do Estado e incorporados ao Portal de Compras MG e ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI-MG).

Foram elaboradas minutas de termos de referência, avisos de contratação direta, editais, propostas comerciais, contratos, documentos para Cotação Eletrônica de Preços, pregões eletrônicos, registros de preços e contratações da Prodemge, além da atualização do modelo de Estudo Técnico Preliminar. A disponibilização desses documentos contribuiu para preservar o conhecimento técnico acumulado pela Administração Pública Estadual, padronizar procedimentos e facilitar a atuação dos órgãos compradores.

Capacitação em Gestão Patrimonial

Paralelamente, ao longo do período, foram desenvolvidas diversas iniciativas voltadas à orientação técnica e capacitação de servidores para o aprimoramento da gestão logística e patrimonial dos órgãos e entidades do Poder Executivo. Foram promovidas duas capacitações com o tema de Inventário Anual de Imóveis e duas relacionadas ao Projeto Mapi.MG – Mapeamento e Atualização do Patrimônio Imobiliário de Minas Gerais, sendo que, ao todo, 1.135 servidores participaram das atividades, além de diversos materiais orientativos e reuniões de esclarecimento.

Destacam-se também a orientação e a capacitação sobre o inventário anual de bens móveis, a disponibilização da nova minuta padrão de termos de doação, as orientações sobre novas funcionalidades do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (SIAD) e a realização de reunião geral sobre os leilões de veículos e materiais, que reuniu mais de 600 participantes e contou com orientações e compartilhamento de modelos.



Lançamento do Mapi.MG

Ainda, foram promovidos, em 2025, 28 treinamentos sobre diárias de viagens, tanto presenciais quanto virtuais, devido à crescente demanda por esclarecimentos sobre normas e procedimentos, capacitando cerca de 1.150 servidores de 25 órgãos e entidades.

No âmbito da gestão de imóveis, as capacitações sobre o inventário anual de imóveis fizeram parte de um esforço de revisão dos procedimentos de conformidade relacionados ao tema. A integração com a Controladoria-Geral do Estado (CGE) contribuiu para unificar o entendimento sobre prazos, documentação e responsabilização de agentes públicos, simplificando os canais de saneamento de dúvidas.

Os treinamentos sobre diárias de viagem passaram a agrupar os participantes conforme seis perfis distintos na gestão logística. Além disso, passou-se a emitir certificados para todos os participantes, substituindo o processo anterior, realizado individualmente e sob demanda pela equipe técnica.

Quanto à gestão de materiais, buscou-se tornar os conteúdos mais acessíveis e amigáveis ao público-alvo. Sobretudo em contextos de mudança de processos e inovações, a experiência demonstrou que o acesso a esses materiais favorece a correta assimilação de procedimentos, regras e diretrizes pelos usuários.

Entre os principais desafios enfrentados, destacam-se a alta rotatividade de servidores, que gera quebra na continuidade dos fluxos de trabalho e exige esforços constantes de capacitação, a heterogeneidade do nível de conhecimento dos usuários e a baixa frequência de utilização dos sistemas por parte de alguns perfis. Como aprendizado institucional, evidenciou-se a importância de estruturar ações contínuas de capacitação, segmentadas por perfil de usuário e com abordagem prática, especialmente em cenários de gestão da mudança.

Ressalta-se, ainda, a estratégia de concentrar esforços nos maiores detentores de bens a fim de atingir o público-alvo de forma mais efetiva. Além disso, a parceria com a Controladoria-Geral do Estado evidenciou o potencial das ações conjuntas com órgãos de controle para ampliar o alcance e a participação nas capacitações. Essas práticas podem servir de referência para outras áreas da Seplag-MG.

Aprimoramento dos cadastros de fornecedores e materiais

Entre as iniciativas implementadas para alcançar o objetivo estratégico, destaca-se também o aprimoramento da gestão dos cadastros centrais de fornecedores e materiais e serviços da área central de compras.

O Catálogo de Materiais e Serviços (CATMAS) do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (SIAD MG) e Portal de Compras MG funciona como módulo de articulação entre diferentes dimensões da gestão pública: desde o planejamento da despesa, passando pela instrução dos processos de compra, a execução das contratações, até a gestão dos materiais de consumo e o controle dos bens permanentes e da execução dos serviços e obras.

Ao organizar os itens que serão demandados, adquiridos, armazenados, distribuídos, incorporados ou baixados, o Catálogo contribui para que a Administração tenha maior rastreabilidade, comparabilidade e controle sobre os recursos públicos empregados.

Por sua vez, o Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais (CAGEF), módulo do SIAD, cumpre papel relevante de racionalização nos processos de contratação. Ao permitir o cadastramento prévio de fornecedores e a análise antecipada de documentos de habilitação utilizados de forma recorrente nas contratações, como certidões e demais documentos do fornecedor, o cadastro reduz a necessidade de reapresentação e reanálise documental a cada procedimento.

A gestão centralizada do CAGEF assume papel estratégico, não sendo apenas um repositório de documentos, mas uma porta de entrada para o mercado fornecedor acessar as oportunidades de contratação pública estadual. Sua qualidade, atualização e facilidade de uso impactam diretamente a competitividade, a participação de fornecedores, a eficiência dos processos e a fluidez das compras governamentais.

Em 2025, foram mais de 22 mil análises realizadas pelo CATMAS para atendimento aos órgãos e entidades, incluindo a análise de mais de 7 mil propostas para a catalogação de materiais e serviços e a análise de mais de 10 mil solicitações relacionadas a manutenção e atualizações em itens catalogados.

Por sua vez, o CAGEF realizou mais de 18,2 mil atendimentos a fornecedores, principalmente por e-mail, mas abarcando também o atendimento por telefone e Fale Conosco.

Visando aprimorar a gestão dos cadastros, durante os anos de 2025 e 2026, foram implementadas iniciativas de qualificação dos materiais de orientação disponibilizados às unidades demandantes dos órgãos e entidades usuários e aos fornecedores no Portal de Compras MG. Ainda, no âmbito do CATMAS, foram promovidas ações de fortalecimento da gestão do conhecimento e a adequação à política de compras sustentáveis, instituída pelo Decreto nº 48.938, de 7 de novembro de 2024.

Outro avanço importante foi a criação de conteúdos educativos voltados à compreensão mais ampla das compras públicas. Na página de manuais dos fornecedores, foi estruturada a seção "Comece por aqui", com orientações introdutórias sobre compras públicas, consulta a editais, recebimento de notificações de licitações, acesso ao Portal de Compras MG e navegação no sistema.

A proposta foi oferecer uma porta de entrada mais acolhedora para fornecedores que desejam participar das contratações públicas, mas ainda não dominam a linguagem, os conceitos e os fluxos desse universo.

Também foram organizadas páginas específicas sobre temas relevantes para públicos estratégicos, como Micro e Pequenas Empresas e Agricultura Familiar. Esses conteúdos buscam ampliar o acesso à informação sobre condições especiais, políticas públicas e oportunidades de participação nas compras governamentais, contribuindo para tornar o Portal de Compras MG mais inclusivo e orientado ao usuário.

Como ação complementar de comunicação, também foram produzidos, em parceria com a Assessoria de Comunicação da Seplag-MG, conteúdos para redes sociais com o objetivo de divulgar o cadastro no CAGEF e ampliar o alcance das orientações aos fornecedores. Essa frente reforça o esforço de aproximação com o público externo e de disseminação de informações em formatos mais simples, visuais e compatíveis com os hábitos atuais de consumo de conteúdo.

As ações de aprimoramento da gestão dos cadastros centrais de fornecedores e de materiais e serviços promoveram melhorias nos processos internos, nos instrumentos de orientação e nos fluxos de atendimento do CATMAS e do CAGEF, com foco na qualificação dos serviços, na organização do conhecimento e no fortalecimento da atuação das equipes.

Fortalecimento das relações institucionais e sindicais

No que se refere às relações institucionais e sindicais, cabe informar que a Seplag-MG promoveu, no período de 2025-2026, o fortalecimento dos mecanismos de governança e da interlocução institucional com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e com os municípios mineiros. A atuação foi impulsionada pela necessidade de fortalecer a governança das relações institucionais da Seplag-MG diante do elevado volume e da crescente complexidade das demandas encaminhadas pela ALMG, por prefeitos, vereadores e demais atores institucionais.

Embora já existissem procedimentos para o tratamento dessas demandas, observava-se a necessidade de reforçar e uniformizar os fluxos, tornando-os mais conhecidos pelos gabinetes parlamentares e pelas áreas internas da Secretaria. A existência de solicitações apresentadas por canais informais, a diversidade de formas de encaminhamento e a necessidade de maior padronização representavam riscos para a rastreabilidade, a tempestividade das respostas e a segurança institucional.

Outra frente de atuação consistiu em compatibilizar a agilidade esperada pelos agentes políticos com a observância dos procedimentos administrativos, da autonomia técnica das unidades responsáveis pelas análises e dos limites legais, orçamentários e operacionais da atuação da Seplag-MG.

Nesse contexto, tornou-se fundamental fortalecer a comunicação institucional sobre os fluxos existentes, aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento das demandas e consolidar práticas que proporcionassem maior previsibilidade, transparência, padronização e qualidade das respostas institucionais. As ações desenvolvidas buscaram, assim, reduzir riscos operacionais, fortalecer a coordenação entre as áreas da Secretaria e consolidar uma relação institucional baseada na cooperação, no respeito entre os Poderes e na segurança administrativa.





Foto: Daniel Protzner / ALMG

Seplag-MG no Assembleia Fiscaliza 2026

Foto: Daniel Protzner / ALMG

A Assessoria de Relações Institucionais e Sindicais (ARIS), fortaleceu sua atuação como articuladora institucional, acompanhando a tramitação das demandas, promovendo a interlocução com as áreas técnicas e realizando análise institucional das respostas antes de seu encaminhamento aos demandantes, contribuindo para maior clareza, consistência e alinhamento institucional das manifestações da Secretaria.

A Seplag-MG ampliou sua atuação junto à ALMG por meio da participação em reuniões institucionais, acompanhamento de audiências públicas e atendimento permanente aos gabinetes parlamentares, consolidando uma relação pautada pelo diálogo, pela cooperação e pelo respeito institucional.

A Secretaria participou de 100% das audiências públicas para as quais foi formalmente convidada pela ALMG e respondeu 100% dos requerimentos de informações e de providências tempestivamente. Em números, esse montante representa 45 audiências públicas em 2025 e 12 audiências públicas até junho de 2026, bem como 565 requerimentos respondidos em 2025 e 197 requerimentos respondidos até setembro de 2026.

Desde 2019, foram 529 reuniões com sindicatos e representantes de servidores.



Prestação de contas da Seplag-MG no Assembleia Fiscaliza 2026

Foto: Daniel Protzner / ALMG



Reunião com sindicato Sindpúblicos

Otimização no Comitê de Orçamento e Finanças

Sob a perspectiva do Comitê de Orçamento e Finanças (Cofin) e da Câmara de Coordenação da Ação Governamental (CCGov), que constituem área multidisciplinar que integra demandas de diversos setores de todos os órgãos do Governo, o grande volume de informações tratadas, bem como de ofícios gerados a partir das reuniões, somado ao reduzido quadro de funcionários, foram preponderantes para a busca de soluções que complementassem e maximizassem o tempo disponível para as análises das informações técnicas dos processos.

Durante os anos de 2025 e 2026, foram analisados 2.684 processos enviados ao comitê, dos quais 2.472 foram resolvidos. Esse fluxo de trabalho resultou na elaboração e no envio de 1.981 ofícios, além da produção de atas de 30 reuniões ordinárias e 33 reuniões extraordinárias, 03 ofícios circulares, 01 deliberação e 81 resoluções conjuntas.

Também foram realizadas diversas reuniões de controle orçamentário e de pessoal, com foco no cumprimento das normas do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), bem como na viabilização e execução do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

Nesse sentido, destacam-se dois importantes avanços institucionais, sendo o primeiro a implementação de automação por meio da criação de robôs para a elaboração de ofícios, justificável pelo grande quantitativo de documentos emitidos pela Secretaria Executiva do Cofin. Esses robôs demandam supervisão e ajustes constantes para garantir a continuidade das melhorias alcançadas.

O segundo avanço foi a migração do banco de dados das planilhas do Google para a plataforma da Microsoft, o que possibilita melhorias no armazenamento de dados e na disponibilização de informações estratégicas para a alta gestão. Vale destacar, ainda, que o Cofin atua frequentemente como um importante canal de atendimento aos requerimentos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Orçamento Base Zero

Para além das inciativas destacadas, o planejamento das despesas públicas é fundamental para a economia de recursos. Sendo assim, o Orçamento Base-Zero (OBZ) é uma iniciativa já reconhecida no Estado de Minas Gerais e atingiu seu maior patamar de maturidade ao abranger 63 órgãos do Poder Executivo, incluindo secretarias, autarquias, fundações, empresas dependentes e fundos estaduais.

Essa expansão foi acompanhada por inovações metodológicas significativas, que englobam o aprimoramento no tratamento de dados, a modernização dos materiais de trabalho e a reestruturação dos processos de capacitação. Diante da evolução do projeto, a demanda por agilidade nas análises técnicas e nas tomadas de decisão intensificou-se, impulsionada pelo crescimento anual do volume de dados e pela exigência de um nível superior de detalhamento por parte dos órgãos participantes.

As iniciativas refletiram diretamente na melhoria da assiduidade e da pontualidade no envio das propostas orçamentárias, permitindo que a Seplag-MG antecipasse seus prazos de entrega. Como resultado, a preparação dos dados para a deliberação dos limites orçamentários pelo Comitê de Orçamento e Finanças (Cofin) foi expressivamente favorecida, assegurando à equipe técnica subsídios de alta qualidade para o suporte decisório.

Internamente, o OBZ fortaleceu um de seus pilares fundamentais: a integração institucional. Observou-se uma maior aproximação entre os níveis técnico e estratégico tanto na Seplag-MG quanto nos demais órgãos parceiros. Essa sinergia potencializou o debate orçamentário e a avaliação das entregas de cada área de forma minuciosa, garantindo que as decisões governamentais sejam pautadas com clareza e estrita aderência à estratégia institucional.



Apresentação do modelo Orçamento Base Zero para a prefeitura de Tramandaí (RS)



Apresentação do modelo Orçamento Base Zero para a prefeitura de Tramandaí (RS)

Segurança Jurídica

Importante destacar também o papel da Assessoria Jurídica (AJA) da Seplag-MG de atribuir segurança jurídica às decisões da esfera administrativa para que estas sejam qualificadas e estejam em consonância com o sistema jurídico vigente. A AJA é a unidade setorial de execução da Advocacia-Geral do Estado (AGE), com competência para cumprir e fazer cumprir, no âmbito da Seplag, as orientações do Advogado-Geral do Estado, prestando consultoria e assessoramento jurídico à secretária de Estado e às unidades setoriais da Seplag-MG.

Além disso, atua na interlocução interna entre Seplag e AGE, para assegurar o fornecimento de subsídios e elementos que possibilitem a representação do Estado em Juízo. O trabalho é desenvolvido por meio de três unidades internas AJA/SEPLAG; AJA/JUDICIAL; e AJA/MS. Entre 2025 e junho de 2026 foi registrada a seguinte movimentação:

- **AJA SEPLAG (Consultivo):** 2.675 processos e 1.103 documentos gerados
- **AJA JUDICIAL:** 3.856 processos e 7.052 gerados
- **AJA MS:** 257 processos e 468 documentos gerados

Os desafios da área são constantes, considerando que a análise da juridicidade dos atos e das consultas sofre permanente atualização normativa e jurisprudencial. Além disso, a Administração Pública passa corriqueiramente por reformas e ajustes, o que também demanda permanente diálogo com os gestores e estudos para que a gestão possa tomar decisões qualificadas, razoáveis, proporcionais e que atendam primordialmente ao interesse público.

Com o propósito de aprimorar o desempenho a Assessoria Jurídica avalia, continuamente, seus processos internos para que a tomada de decisão administrativa seja qualificada e dentro dos limites normativos e jurisprudenciais do sistema jurídico vigente. Como exemplo, pode ser assinalado a oferta, aos colaboradores da AJA, do curso “Inovação & Eficiência na Nova Lei de Licitações e Contratos”.

Para além dos processos de capacitação contínua, a Assessoria Jurídica começou, no primeiro semestre de 2026, a digitalizar a cópia de suas manifestações realizadas antes da implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para maior segurança e transparência dos arquivos internos.

Modernização na Cidade Administrativa

Paralelamente às iniciativas anteriores, a Intendência da Cidade Administrativa apresentou, ao longo do biênio 2025 e 2026, quatro iniciativas de gestão da informação e do conhecimento com grande destaque para a administração pública. Primeiramente, cumpre ressaltar que a complexidade da Cidade Administrativa de Minas Gerais reflete no alto volume de pessoas e nas diferentes atividades exercidas em um mesmo ambiente. Com isto, são coordenados projetos de manutenção predial, segurança, alimentação, limpeza, tecnologia e outros.

Dada a atuação central, a modernização do Sistema de Fiscalização de Contratos da Cidade Administrativa ocorreu por meio do FiscWeb MG, um aplicativo implantado em nuvem Microsoft para o acompanhamento dos indicadores do contrato de limpeza. Essa ferramenta confere agilidade, eficiência, economia e praticidade aos fiscais na mensuração dos resultados de uma área extensa, que soma 285.952,09 m², o equivalente a cerca de 32 campos de futebol.

Com a nova solução, o uso de papel foi totalmente eliminado, permitindo que os registros sejam feitos diretamente na aplicação e as notificações sejam enviadas ao contratado em tempo real. Além disso, as informações são compiladas em um banco de dados que gera automaticamente os Relatórios Mensais de Fiscalização, garantindo um maior volume de vistorias e a aplicação de automação no processo de fiscalização, promovendo um acompanhamento mais assertivo e o melhor ajuste entre a qualidade do serviço prestado e o respectivo pagamento.

A operação do complexo depende de serviços terceirizados orientados por Indicadores de Mensuração de Resultados, que atrelam a remuneração do fornecedor à qualidade das entregas. Entre agosto de 2019 e julho de 2020, esse método antigo consumiu aproximadamente 4.500 formulários impressos. Com a implantação do FiscWeb MG, a rotina foi completamente digitalizada e otimizada por meio de recursos tecnológicos modernos.

O aplicativo viabilizou a identificação dos locais por QR code, o registro fotográfico imediato das inconformidades, a notificação automática do contratado por e-mail e a criação de um banco de dados fidedigno com registros de data, horário e imagens, além da geração automatizada dos relatórios gerenciais e de faturamento. Essa mudança eliminou a necessidade de imprimir novos formulários e de expandir ou manter espaços físicos para o armazenamento de arquivos.

O tempo médio de cada fiscalização caiu de 35 para apenas 7 minutos. Essa redução expressiva permitiu que os fiscais dedicassem menos tempo a cada vistoria e, simultaneamente, aumentassem a quantidade de fiscalizações mensais. Com o ganho de produtividade e a otimização do tempo total, os profissionais passaram a ter mais disponibilidade para executar outras funções e aprimorar a qualidade do próprio trabalho.

A segunda iniciativa foi o desenvolvimento e a implantação do Sistema de Patrimônio, no início de 2026, que permitiram o gerenciamento automatizado de dados, substituindo a planilha eletrônica utilizada anteriormente para a gestão de mais de 70 mil bens permanentes da Intendência da Cidade Administrativa.

A necessidade dessa nova solução decorreu das limitações do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços, que não possui campo específico para o histórico de localização dos ativos, e das fragilidades do controle manual diante do elevado volume de informações e movimentações. Para suprir essa lacuna, era utilizada uma planilha eletrônica de apoio, mas o alto volume de dados gerado por inventários anuais, alterações de localização, incorporações e desfazimentos tornava a ferramenta limitada, dificultando o tratamento, a atualização e a consulta.

O novo sistema superou tais gargalos ao otimizar o tempo da equipe, ampliar a capacidade de armazenamento e aprimorar o acesso às informações por meio de uma plataforma estruturada, confiável e ágil que promoveu a digitalização dos processos, a integração de dados e a rastreabilidade total.



Cidade Administrativa de Minas Gerais

A ferramenta possibilita o registro e o acompanhamento integrado do ciclo de vida dos bens desde o cadastro inicial, contemplando número de patrimônio, descrição, número de série, marca, modelo, unidade responsável, situação física atual, data de registro, histórico completo de movimentações e inconsistências identificadas até a sua efetiva resolução.

Além disso, o sistema viabiliza consultas rápidas e personalizadas por múltiplos critérios, como o estado de conservação, dados cadastrais, órgãos e unidades responsáveis, bens baixados ou transferidos em períodos específicos e localização física detalhada por prédio, andar e ala.

Essa centralização reduziu significativamente os lançamentos manuais, eliminou inconsistências entre os registros administrativos e a situação física dos ativos e diminuiu o tempo gasto na busca por informações, aumentando a capacidade analítica da equipe para o planejamento e a tomada de decisões estratégicas.

Uma terceira frente foi a criação do Sistema de Rateio de Despesas, que ampliou a agilidade, a transparência e a eficiência da gestão. Esse novo sistema automatizado foi implementado com o intuito de aprimorar o método anterior, que era baseado em planilhas eletrônicas, trazendo mais eficácia e acessibilidade às informações. Antes disso, a utilização de um processo manual para o registro e o posterior rateio das despesas da Cidade Administrativa, realizado conforme parâmetros previamente definidos em metodologia específica, gerava morosidade e retrabalho, o que evidenciou a necessidade de modernização.

Com a transição para a plataforma automatizada, houve um ganho expressivo em praticidade, agilidade, economia e eficiência. O responsável pela compilação dos dados deixou de alimentar planilhas eletrônicas e passou a registrar as despesas, os parâmetros e todas as informações pertinentes diretamente no sistema.

Esses dados inseridos são centralizados em um banco de dados que permite a geração automática dos Relatórios Mensais de Rateio de Despesas. Essa celeridade e facilidade garantem um acompanhamento mais confiável dos gastos, assegurando um alinhamento preciso entre a apuração, o registro das informações e a emissão dos relatórios.

O uso dessa tecnologia otimizou o tempo tanto da unidade responsável pelo processo quanto das demais áreas que informam mensalmente os valores dos parâmetros mensurados. Além disso, a usabilidade e os recursos modernos do sistema reduziram a margem de erro humano no lançamento de dados por parte dos usuários. Essa otimização do tempo permitiu que os recursos humanos envolvidos pudessem se dedicar a outras atividades estratégicas, elevando a qualidade geral do trabalho.

E por fim, a quarta iniciativa de destaque foi o desenvolvimento do Sistema de Controle de Estoque e Abastecimento de Papel A4, que surgiu da necessidade de aprimorar o monitoramento e a gestão do consumo desse insumo nas ilhas de impressão e recepções dos prédios da Cidade Administrativa.

Diante de uma operação robusta, que contempla mais de 100 ilhas de impressão de uso comum distribuídas entre os edifícios Minas e Gerais (que integram o conjunto de sete edificações da Cidade Administrativa) e apresenta uma movimentação média de aproximadamente 140 pacotes de papel semanalmente, estruturar um processo eficiente para a coleta de dados, planejamento de reposições e controle dos estoques tornou-se fundamental.

Inicialmente, o processo de controle era realizado de forma predominantemente manual e envolvia dois estoques centrais localizados nos subsolos dos prédios Minas e Gerais, responsáveis pelo armazenamento geral, além de estoques descentralizados nas recepções de cada andar, que funcionam como pontos de apoio. Semanalmente, era preciso fazer contatos telefônicos com as recepções para levantar a quantidade disponível de papel e identificar as demandas de abastecimento.

Para solucionar esses gargalos, a iniciativa promoveu a digitalização completa do processo por meio da criação e implantação inicial de um formulário eletrônico para registro semanal dos dados de estoque e abastecimento pelas próprias recepções, permitindo a centralização das informações. Posteriormente, foi desenvolvido um sistema para consolidação desses dados, acompanhamento dos estoques e apoio ao planejamento das reposições, consolidando uma evolução no tratamento e na análise de informações.

Essa modernização substituiu as etapas manuais e promoveu a padronização dos registros, reduzindo a dependência de contatos individuais e aumentando a tempestividade no acesso aos dados necessários para o planejamento.

Carta de Serviços

Por fim, ainda nesse contexto da gestão e compartilhamento de informações, a área-meio da Seplag-MG promoveu esforço de revisão e padronização das informações sobre os seus serviços, incorporando essas informações à Carta de Serviços da Subsecretaria de Gestão e Finanças (Subgef). A ferramenta dispõe de acesso facilitado a informações sobre os diversos procedimentos desempenhados pela área, facilitando o dia a dia de todos os colaboradores da Secretaria.

Além de disponibilizar as informações para acesso aos serviços, o mesmo repositório consolidou também, para o público interno, Procedimentos Operacionais Padrão (POPs). Ambas as iniciativas têm por objetivo promover comunicação institucional pautada em linguagem simples, acessível e abrangente.

Como resultado das iniciativas desenvolvidas, foi possível ampliar a disponibilização de informações e serviços aos usuários por meio da Carta de Serviços, consolidando 102 serviços disponibilizados, além da elaboração de 39 POPs para padronização dos atendimentos e processos. As entregas contemplaram a disponibilização de formulários que uniformizaram a solicitação de diversos serviços, o fortalecimento da prestação de serviços de acompanhamento sociofuncional, com orientações completas sobre o processo e formulário de solicitação integrado à própria Carta de Serviços.

Incluiu ainda o mapeamento das principais dúvidas relacionadas às rotinas de gestão de pessoas, disponibilizadas na seção de Perguntas Frequentes, ampliando o acesso à informação, promovendo maior padronização dos atendimentos e facilitando o acesso dos usuários aos serviços prestados.

A elevada demanda por orientações e o risco de descontinuidade de processos, decorrente da rotatividade da equipe e do perfil do quadro de servidores, marcado pela possibilidade de aposentadorias em curto e médio prazo, evidenciou a necessidade de uma melhor gestão da informação por meio da sistematização de conhecimentos e procedimentos, reduzindo a dependência de conhecimento tácito e garantindo maior segurança institucional.

Todo o enfoque de estruturação da Carta de Serviços perpassou por compreender e revisar os processos de trabalho, com um foco adicional na adoção de linguagem simples para comunicar sobre os serviços aos demandantes. Em que pese o foco da ação seja a comunicação, tal comunicação não se faz sem uma revisita a todos os processos de trabalho.

Vale mencionar que a multiplicidade de canais de comunicação, aliada à diversidade de temas tratados e ao grande volume de dúvidas recorrentes ocorrendo em paralelo ao desenvolvimento da iniciativa, consumia significativa parcela da força de trabalho da equipe com atendimentos repetitivos, reduzindo a capacidade de atuação em atividades estratégicas. Ademais, estabelecer uma forma comum para comunicar serviços relacionados às distintas áreas também foi um desafio.

Ressalta-se que, tanto o material disponibilizado na Carta de Serviços quanto os POPs elaborados demandam contínua manutenção e atualização para preservar sua atualidade e relevância.

De forma geral, os impactos alcançados refletem uma área-meio mais estruturada, com processos mais eficientes e integrados, maior capacidade analítica e melhor suporte tanto às áreas finalísticas da Secretaria quanto à alta gestão. As ações desenvolvidas também aumentaram a resiliência institucional, ao reduzir riscos associados à perda de conhecimento e à limitação de pessoal, garantindo maior sustentabilidade das entregas ao longo do tempo.

Comunicação Institucional

A gestão do conhecimento e da informação, enquanto objetivo estratégico, orientou também a comunicação institucional da Seplag-MG, de forma a assegurar a continuidade dos processos e a organização eficiente do trabalho desenvolvido, visando sempre a promoção de uma comunicação institucional simples, abrangente e acessível. Outro importante aspecto é que ela seja tratada como parte integrante do planejamento, de modo continuado ao longo do tempo, se estabelecendo como legado para a administração pública.

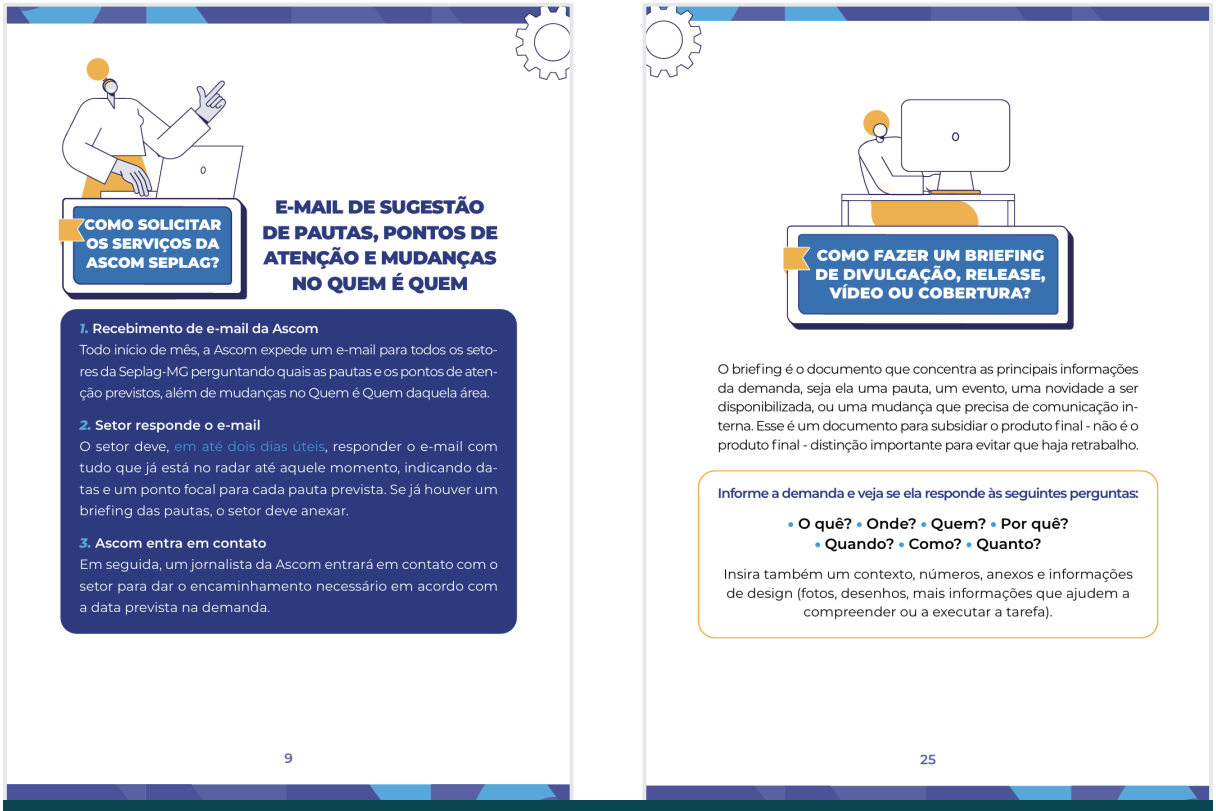


Aba de notícias do portal mg.gov.br/planejamento

Nesse sentido, a Assessoria de Comunicação Social (Ascom) da Seplag-MG foi reorganizada a partir da delimitação de funções específicas, para que o trabalho possa ser desenvolvido sem dependência expressa do cargo. Foram criadas duas coordenações, de Imprensa e de Projetos e, vinculadas elas e à chefia da Ascom, as funções de administrativo, atendimento à imprensa, produção de releases e papers, monitoramento, respostas à Lei de Acesso à Informação (LAI) e Fale Conosco, cerimonial, programação visual e redes sociais.

Outro procedimento adotado foi o estabelecimento de rotinas para garantir o repositório de informações. Uma delas é o arquivamento de notas destinadas às respostas de demandas da imprensa, classificadas por data e tema. A iniciativa facilita o acesso, evitando o retrabalho, e ainda possibilita que as informações permaneçam registradas de forma organizada.

Da mesma forma, criou-se o banco de imagens e vídeos e de peças de design, além do arquivo digital constituído pelo site da Seplag-MG, sites da Reparação de Brumadinho e do Rio Doce, Agência Minas, redes sociais (Instagram, Facebook, Linkedin e Youtube). Também as respostas às LAIs são arquivadas, possibilitando consultas e retomada de informações quando necessário.



Manual da Ascom Seplag-MG

Para além da reorganização e das rotinas implementadas, no biênio 2025-2026, pode ser destacada a criação do Manual da Ascom Seplag-MG, como ação do projeto estratégico Aprimoramento da Comunicação Institucional Interna da Seplag-MG.

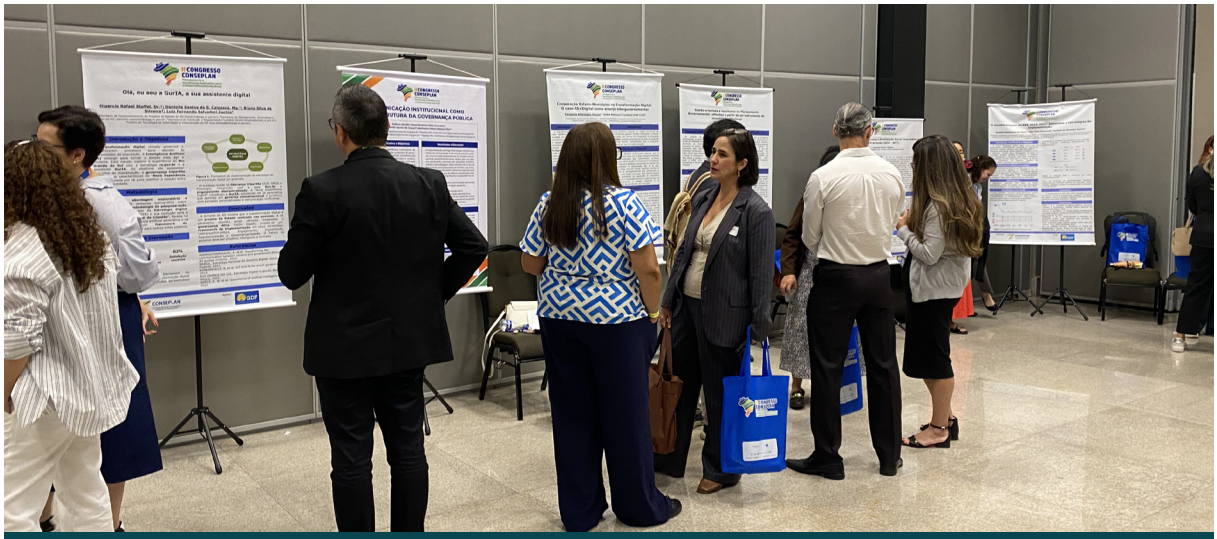
A concepção do Manual partiu da constatação da necessidade de aprimorar a padronização dos fluxos de trabalho e acionamento da Ascom da Seplag-MG, especialmente no contato com as áreas. Após se debruçar sobre esse desafio e estabelecer esse redesenho, a Ascom atuou na construção do Manual da Ascom Seplag-MG.

O desenvolvimento desse processo partiu de um diagnóstico que apontou que as demandas por serviços da Ascom chegavam de forma esparsa e difusa, como em mensagens por WhatsApp, conversas no corredor, mensagens no Teams, entre outros. Muitas delas não tinham padrão ou detalhamento, sem fornecer as informações necessárias para subsidiar os próximos passos, como planejar uma divulgação ou um evento.

Além disso, a Ascom também enfrentava dificuldades como a falta de respostas em tempo hábil para o retorno aos veículos de mídia nas demandas de imprensa encaminhadas às áreas. Na parte do design, por exemplo, situações como a solicitação de pedidos de peças sem a validação prévia com as chefias resultava em uma série de refações de trabalhos. Ademais, pedidos urgentes de última hora, sem prazo para produção, eram corriqueiros.

Esse cenário de incerteza atrasava as produções e o trabalho da Ascom, além de gerar ruídos e insatisfação por parte das áreas da Seplag-MG.

A partir daí, foram identificados e redesenhados os fluxos existentes, de modo a facilitar e agilizar o trabalho da Ascom e da área demandante. O e-mail foi estabelecido como canal formal de solicitações e fortalecido como canal de busca ativa de pautas, pontos de atenção e novidades das áreas, e definido o papel de cada ator na prestação de serviços.



Apresentação de projeto estratégico da Assessoria de Comunicação Social no Conseplan

Dessa forma, foram definidos e fixados os prazos necessários para o atendimento de cada demanda, os responsáveis por cada um dos serviços, o tempo para a produção e a entrega e padronizados os modelos de briefings, conjunto de informações imprescindível para o desenvolvimento de qualquer trabalho. Esse processo, foi, então, consolidado no Manual da Ascom. De forma simples e clara, o material detalha as atribuições do setor, o que a Ascom faz, o que não faz, como faz, e detalha os passos e prazos de todos os processos, do início ao fim.

Depois de apresentado à gestão da pasta, o Manual foi apresentado e distribuído às áreas da Seplag-MG de forma ampliada, buscando a máxima disseminação, servindo como um guia para os que precisam acionar a Ascom, além contribuir também na orientação do trabalho da própria assessoria.

A partir da definição do Manual como ponto de partida para realização das ações de comunicação, com a apresentação para as áreas da Seplag-MG e para outros órgãos que utilizam os canais de comunicação interna da Cidade Administrativa, evidenciou-se, de forma expressiva, uma maior fluidez na realização do trabalho.

Com fluxos bem definidos, foi reduzido o número de refações de artes, textos, agilizadas as entregas e agregada mais qualidade às atividades. As áreas também ampliaram seu entendimento do que a Ascom faz, não só como executora de demandas, mas como órgão que integra a atuação estratégica da Seplag-MG e analisa globalmente qual a visão da Secretaria.

O projeto foi apresentado como boa prática mineira, no formato de pôster científico, no II Congresso Conseplan, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento, em Brasília, em maio de 2026, e tema de artigo aprovado. A iniciativa também foi compartilhada com outras Assessorias de Comunicação de secretarias de Planejamento de todo o Brasil no Grupo de Trabalho de Comunicação do Conseplan.

É possível concluir, a partir desse processo, que o Manual da Ascom e a revisão de fluxos, ao lado dos outros instrumentos que integram o projeto estratégico, fortalecem a visão da Seplag-MG como um órgão com atuação estratégica no Estado e tornam mais claros os processos internos para todos os atores envolvidos, sejam da Assessoria, sejam das demais áreas da Seplag-MG.

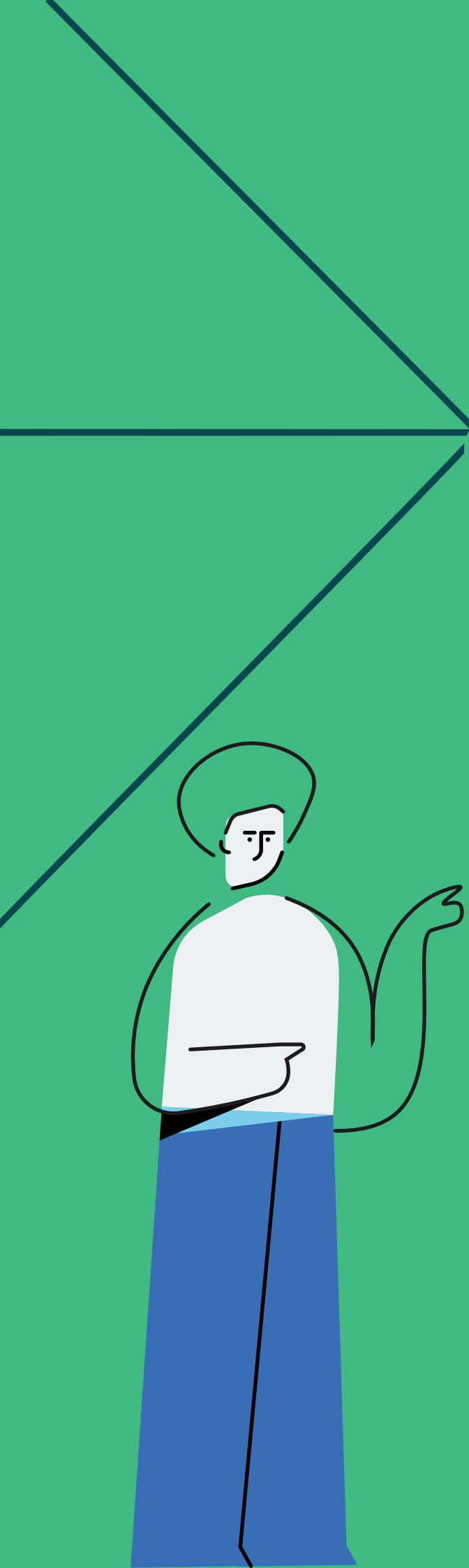
A iniciativa foi planejada com a lógica da disseminação ampla entre os setores da Secretaria, construindo o entendimento do papel, da atuação e dos fluxos da Ascom, criando um relacionamento capaz de produzir resultados mais qualificados, efetivos, de forma simplificada e fluida.

Entre os desafios enfrentados, percebeu-se que padronizar fluxos, modelos de documentos, prazos de entrega e apresentá-los às áreas pode gerar uma resistência externa. Por exemplo, não foi viável apresentar o manual formalmente para a maior parte dos setores da Secretaria, o que foi resolvido com a entrega dos modelos de briefings e o PDF do manual para criar, ainda que de forma inicial, o conhecimento das maneiras mais efetivas de apresentar demandas com melhor direcionamento e do trabalho desenvolvido pela Ascom.

O apego ao modelo já conhecido também se configura como um obstáculo, visto que ainda perdura, em algumas áreas, a prática de seguir os fluxos anteriores, com acionamento por canais extraoficiais (que não são o e-mail) ou pedidos em cima da hora.

Nesse sentido, o entendimento é de que essas travas, mediante o esforço de insistir na padronização e no modelo definido, podem ser superadas ao longo do tempo. A proposta é persistir no trabalho de fortalecimento dessa cultura, o que é uma ação permanente, evidenciando as vantagens e bons resultados dos padrões estabelecidos.

NA PRÁTICA:
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E SEUS AVANÇOS



SUPORTE

Objetivo Estratégico 11 - Desenvolver pessoas para conduzir os processos críticos de cada unidade garantindo a qualidade dos serviços

A capacidade da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag-MG) de entregar resultados à sociedade está diretamente relacionada ao desenvolvimento de seus servidores e ao fortalecimento das capacidades organizacionais que sustentam sua atuação. Nesse contexto, o desenvolvimento de pessoas foi tratado como uma estratégia institucional voltada à qualificação técnica das equipes, à preservação e disseminação do conhecimento, ao fortalecimento da governança e ao aperfeiçoamento contínuo dos processos críticos da Secretaria.

Essa diretriz está alinhada ao diagnóstico institucional da Seplag-MG, que identifica a gestão de pessoas como um dos principais desafios da organização, ao mesmo tempo em que reconhece a elevada capacidade técnica de seus servidores como um diferencial estratégico para a implementação das políticas públicas.

A implementação dessa agenda ocorreu em um cenário marcado por restrições orçamentárias e limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal para ampliação do quadro de pessoal, tornando necessário ampliar a efetividade dos investimentos destinados ao desenvolvimento das equipes.

Diante desse contexto, a Secretaria estruturou um modelo de gestão que buscou alinhar as ações de capacitação às prioridades institucionais, racionalizar a utilização dos recursos disponíveis e fortalecer mecanismos capazes de ampliar o retorno organizacional dos investimentos realizados em desenvolvimento de pessoas.

Como parte dessa estratégia, foi promovida a centralização das demandas de capacitação e desenvolvimento, permitindo consolidar uma visão integrada das necessidades das diferentes unidades administrativas e estabelecer critérios de priorização para a aplicação dos recursos financeiros disponíveis.

Compartilha+Seplag

No que se refere à gestão e ao compartilhamento do conhecimento técnico, destacou-se a implantação do Compartilha+Seplag, iniciativa voltada à valorização dos servidores como protagonistas da produção, retenção e disseminação do conhecimento institucional.

O programa foi concebido para transformar experiências, boas práticas, soluções inovadoras e conhecimentos adquiridos em capacitações em patrimônio organizacional, promovendo sua circulação entre as diferentes unidades da Secretaria e fortalecendo uma cultura de aprendizagem colaborativa.

Ao longo do período, foram realizados um treinamento institucional, dois mesacasts e uma roda de conversa, criando espaços permanentes para disseminação de estratégias, orientações técnicas, aprimoramento de processos e compartilhamento de soluções desenvolvidas pelos próprios servidores em seus campos de atuação.

Além dos encontros promovidos, o Compartilha+Seplag estruturou mecanismos para registro e disponibilização dos conteúdos produzidos, permitindo sua consulta permanente pelas equipes e ampliando o alcance das ações de desenvolvimento realizadas pela Secretaria.

Ao incentivar o intercâmbio de experiências, a disseminação de boas práticas e a preservação do conhecimento institucional, a iniciativa fortaleceu a capacidade organizacional da Seplag-MG, reduzindo a dependência de conhecimentos individuais e criando condições para a melhoria contínua dos processos de trabalho e da qualidade das entregas realizadas pelas diferentes unidades.

Os resultados alcançados demonstram a efetividade dessa política. Mais de 340 servidores participaram de ações de capacitação e desenvolvimento alinhadas aos objetivos estratégicos da Seplag-MG, ampliando competências diretamente relacionadas aos processos críticos da instituição. Essas iniciativas também possibilitaram o intercâmbio de experiências com profissionais de outras instituições e áreas de atuação, favorecendo a incorporação de boas práticas e soluções inovadoras aplicáveis à realidade da Secretaria.

Os impactos produzidos refletiram-se igualmente na produção técnica da instituição e em seu reconhecimento externo. Ao longo do período, mais de 110 trabalhos desenvolvidos por servidores da Seplag-MG foram aprovados para apresentação em congressos, encontros técnicos e outros eventos especializados.



Reunião do Compartilha+Seplag

Capacitação para licitações

No âmbito das compras públicas, destacou-se a implementação da Lei Federal nº 14.133/2021, que representou um dos maiores processos de transformação das compras públicas brasileiras nas últimas décadas. A adoção do novo marco legal exigiu não apenas a adequação dos normativos, processos e sistemas, mas também o desenvolvimento de novas competências pelos agentes públicos responsáveis pelo planejamento, condução e fiscalização das contratações.

Nesse contexto, a capacitação permanente dos servidores tornou-se elemento estratégico para assegurar a correta aplicação da legislação, fortalecer a governança das contratações e ampliar a eficiência, a segurança jurídica e a qualidade dos serviços prestados.

Como parte da estratégia de desenvolvimento de competências, foram promovidos eventos de capacitação voltados à elaboração de Estudos Técnicos Preliminares, Termos de Referência e pesquisas de preços para aquisição de bens e contratação de serviços. As capacitações abordaram os principais fundamentos normativos, boas práticas aplicáveis à fase preparatória das contratações, funcionalidades do Portal de Compras MG e orientações especializadas da assessoria jurídica.

Além da participação presencial, os eventos foram transmitidos em formato on-line, alcançando cerca de 700 participantes simultâneos, inclusive servidores das unidades regionais do Estado, ampliando significativamente o acesso às ações de desenvolvimento e reduzindo a necessidade de deslocamentos para Belo Horizonte.

Em complemento às capacitações, a Seplag-MG manteve canais permanentes de orientação técnica aos usuários do sistema, respondendo dúvidas relacionadas à interpretação da legislação e ao funcionamento do Portal de Compras MG. Os “Bate-Papos”, disponibilizados em plataforma digital, consolidaram-se como importante instrumento de compartilhamento do conhecimento, permitindo orientar agentes públicos e fornecedores quanto às regras normativas e operacionais aplicáveis às contratações públicas e ampliando o acesso às informações produzidas pela subsecretaria.

Esses resultados demonstram que a política de desenvolvimento de pessoas fortaleceu a capacidade institucional da Seplag-MG, ampliando sua produção de conhecimento, estimulando a inovação e consolidando uma cultura organizacional orientada à aprendizagem contínua, à cooperação entre equipes e à melhoria permanente da gestão pública.

Gestão de Riscos

Além, disso a Secretaria, por meio da Controladoria Setorial (CSET), avançou no fortalecimento da gestão de riscos como instrumento de governança e apoio à condução dos processos críticos. A iniciativa partiu do reconhecimento de que uma organização com a complexidade da Seplag-MG, responsável por processos estratégicos e transversais para toda a administração estadual, necessitava estabelecer critérios objetivos para identificar quais processos demandavam tratamento prioritário no gerenciamento de riscos, permitindo direcionar esforços institucionais para as atividades mais sensíveis ao cumprimento de sua missão

Nesse contexto, o Comitê de Gestão de Riscos e Integridade, Pasta Temática de Gestão de Riscos (CGRI – Riscos), no exercício das competências estabelecidas pelas Resoluções Seplag nº 54/2025 e nº 55/2025, desenvolveu o Diagnóstico dos Processos de Trabalho Críticos da Seplag para Recomendação de Priorização do Gerenciamento de Riscos (2025–2026). O trabalho buscou estruturar uma metodologia inédita para orientar a implementação da Política de Gestão de Riscos da Secretaria, estabelecendo critérios técnicos capazes de subsidiar a tomada de decisão da alta gestão e fortalecer a governança institucional.

A metodologia estruturada pelo Comitê foi operacionalizada por meio de uma planilha composta por 39 questões objetivas, distribuídas em seis blocos temáticos: Planejamento Orçamentário, Financeiro e Patrimonial; Governança Institucional; Interface do Processo de Trabalho; Informações do Processo de Trabalho; Transparência e Segurança de Dados; e Integridade.



Relatório de processos críticos elaborado pela Controladoria Setorial

As respostas fornecidas pelas subsecretarias permitiram atribuir uma pontuação padronizada a cada processo de trabalho, possibilitando sua classificação conforme o grau de criticidade e estabelecendo critérios técnicos para recomendação de priorização do gerenciamento de riscos. Essa abordagem conferiu maior objetividade ao processo de avaliação e fortaleceu a capacidade institucional da Secretaria para direcionar recursos e esforços às atividades mais relevantes para o alcance de seus objetivos.

Como resultado, foi produzido um diagnóstico institucional contendo 38 processos de trabalho críticos, distribuídos entre as nove subsecretarias da Seplag-MG e classificados em ordem decrescente de criticidade. O diagnóstico passou a representar um retrato estruturado da organização, oferecendo uma visão integrada sobre os processos mais sensíveis da Secretaria e estabelecendo uma referência para a implementação da gestão de riscos nos ciclos seguintes.

A criação de uma estratégia estruturada para implementação da gestão de riscos, associada à metodologia de identificação e priorização dos processos críticos, fortaleceu um dos pilares da governança da Secretaria e estabeleceu bases permanentes para o aperfeiçoamento da gestão institucional. Como perspectiva para os próximos ciclos, destaca-se a atualização periódica do diagnóstico, permitindo acompanhar as transformações organizacionais da Seplag-MG e revisar a priorização dos processos críticos de acordo com a evolução das competências, dos riscos e das demandas institucionais.

Em conjunto, as iniciativas de desenvolvimento de pessoas, gestão do conhecimento e gestão de riscos demonstram que a Seplag-MG avançou na consolidação de capacidades institucionais indispensáveis para a condução de seus processos críticos. Ao integrar qualificação técnica, aprendizagem organizacional, compartilhamento do conhecimento e fortalecimento da governança, a Secretaria criou condições para ampliar sua capacidade de resposta aos desafios da públicos, fortalecer a tomada de decisão e assegurar maior qualidade, continuidade e eficiência na execução de suas atividades.

Objetivo Estratégico 12 - Aprimorar e uniformizar infraestrutura e recursos materiais das unidades da Seplag para proporcionar melhores condições de trabalho.

As condições de infraestrutura disponíveis para as unidades e equipes da Seplag-MG são fatores primordiais no papel da secretaria de apoiar a implementação das políticas públicas e conduzir processos estratégicos. Ambientes de trabalho seguros, funcionais e tecnologicamente adequados, aliados à disponibilidade de recursos materiais compatíveis com a complexidade das atividades desempenhadas, são essenciais para assegurar a continuidade dos processos críticos, ampliar a eficiência administrativa e oferecer melhores condições para a prestação de serviços públicos.

A implementação dessa agenda ocorreu em um cenário marcado pelo acúmulo de passivos físicos e tecnológicos. O diagnóstico institucional identificou imóveis com necessidade de manutenção, edificações pendentes de regularização das condições de segurança contra incêndio, infraestrutura lógica defasada e um parque tecnológico composto, em sua maior parte, por equipamentos com mais de sete anos de utilização.

Também foram constatadas limitações nos ambientes compartilhados da Cidade Administrativa, que demandavam adequações para acompanhar a evolução tecnológica, as novas formas de organização do trabalho e os requisitos de acessibilidade, mobilidade e segurança.

Nova estratégia para a infraestrutura

Para enfrentar esse cenário, a Seplag-MG substituiu gradualmente uma atuação predominantemente corretiva por um modelo de gestão baseado em planejamento, diagnósticos técnicos e definição de prioridades. As intervenções passaram a ser organizadas segundo critérios de criticidade, urgência e impacto institucional, promovendo maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos e fortalecendo a governança da infraestrutura física e tecnológica.

Como parte dessa transformação, foram desenvolvidas metodologias próprias para diagnóstico das condições prediais, inspeções técnicas padronizadas, planejamento multianual das ações de manutenção, critérios unificados para implantação da infraestrutura lógica e um modelo estruturado para renovação do parque tecnológico, considerando as características e necessidades de cada unidade administrativa.

Essa transformação também redefiniu o papel das áreas responsáveis pela gestão da infraestrutura. A Subsecretaria de Gestão e Finanças (Subgef) passou a exercer uma atuação mais centralizada na coordenação das demandas patrimoniais, logísticas e tecnológicas das unidades distribuídas pelo Estado, enquanto a Intendência da Cidade Administrativa (ICA) concentrou esforços na qualificação dos ambientes compartilhados do complexo administrativo.

Essa atuação articulada permitiu integrar engenharia, patrimônio, logística, tecnologia da informação, segurança e manutenção predial em uma estratégia comum, reduzindo a fragmentação das intervenções e liberando as áreas finalísticas para concentrarem seus esforços na execução de suas atividades essenciais.

Entre as principais iniciativas destaca-se a adequação do imóvel da extinta Imprensa Oficial (IOF), destinado à instalação da Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional (SCPMSO) e de unidades da atual autarquia Detran-MG.

As intervenções, iniciadas em 2025 por meio de Termo de Descentralização de Créditos Orçamentários firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra-MG), contemplam reorganização dos ambientes internos, implantação de consultórios médicos, recepções, áreas de atendimento e demais adequações estruturais necessárias ao funcionamento das novas instalações, com previsão de conclusão em dezembro de 2027.

Além de recuperar um imóvel que permaneceu subutilizado durante anos, o projeto cria condições para ampliar significativamente a capacidade de atendimento da Perícia Médica, estimada em aproximadamente 200 atendimentos periciais por dia após sua conclusão.

Paralelamente, foi implementado um amplo programa de manutenção predial nas unidades regionais da Secretaria. As intervenções contemplaram 18 unidades, incluindo Núcleos Regionais de Perícia Médica e Saúde Ocupacional localizados em Divinópolis, Itabira, Juiz de Fora, Leopoldina, Muriaé, Uberaba e Uberlândia; Unidades de Atendimento Integrado em Barbacena, Caratinga, Coronel Fabriciano, Divinópolis, Muriaé, Passos, Ponte Nova e Paracatu; além da Bolsa de Materiais e unidades da atual autarquia Detran-MG.

Essas ações permitiram recuperar as condições físicas das edificações, corrigir problemas estruturais acumulados ao longo do tempo e proporcionar ambientes mais adequados para servidores e cidadãos atendidos nesses locais.



Adequação de imóvel da Imprensa Oficial

Foto: Marco Evangelista / Imprensa MG

A regularização das condições de segurança das edificações constituiu outra frente estratégica de atuação. Foram elaborados e implementados projetos de prevenção e combate a incêndio para nove unidades da Secretaria, contemplando processos de obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros (CLCB).

As ações abrangeram unidades da atual autarquia Detran-MG, Núcleos Regionais de Perícia Médica e Unidades de Atendimento Integrado (UAIs), fortalecendo a conformidade legal das edificações, reduzindo riscos institucionais e ampliando a segurança de servidores e usuários.

A recuperação da infraestrutura física das unidades foi acompanhada por investimentos voltados à modernização da infraestrutura tecnológica. Nesse contexto, a Seplag-MG promoveu um conjunto de intervenções destinadas à atualização da infraestrutura lógica e à renovação do parque tecnológico.

Uma das principais frentes de atuação concentrou-se na padronização da infraestrutura de redes das unidades descentralizadas. Para isso, foram executados projetos de cabeamento estruturado em 13 unidades regionais, contemplando os Núcleos Regionais de Perícia Médica e Saúde Ocupacional de Almenara, Araçuaí, Barbacena, Curvelo, Divinópolis, Governador Valadares, Itabira, Juiz de Fora, Montes Claros, Muriaé e Varginha, além das Unidades de Atendimento Integrado de Ponte Nova e Paracatu.

A adoção de um padrão técnico unificado para instalação da infraestrutura lógica promoveu maior confiabilidade das redes de comunicação, ampliou a capacidade de suporte às soluções digitais e reduziu problemas decorrentes da diversidade de instalações existentes nas diferentes unidades da Secretaria.

Também foi implementado um ciclo estruturado de renovação do parque tecnológico, organizado segundo critérios técnicos relacionados às necessidades operacionais de cada unidade e à finalidade dos equipamentos. Em 2025 foram adquiridos 948 equipamentos de informática, enquanto, até junho de 2026, foram incorporados 350 computadores e 150 monitores, totalizando aproximadamente 1.448 equipamentos renovados.

A distribuição contemplou a Cidade Administrativa, a Divisão de Registro de Veículos (DRV), Circunscrições Regionais de Trânsito (Ciretrans), unidades da Perícia Médica, Unidades de Atendimento Integrado e a atual Autarquia Detran-MG, permitindo substituir equipamentos obsoletos e fortalecer a infraestrutura tecnológica utilizada na execução dos serviços públicos.

Os investimentos realizados produziram impactos que ultrapassam a simples atualização dos equipamentos. A renovação do parque tecnológico eliminou parte significativa do passivo acumulado ao longo dos anos, caracterizado pela utilização de equipamentos com elevado tempo de uso e desempenho insuficiente para atender às demandas decorrentes da transformação digital. Ao mesmo tempo, criou condições para implantação de projetos estruturantes, como o Prontuário Eletrônico da Perícia Médica e a expansão do UAI Compartilha.

Os resultados alcançados demonstram a efetividade dessa estratégia integrada. Somadas às intervenções físicas, as melhorias na infraestrutura tecnológica beneficiaram mais de 26 unidades da Seplag-MG distribuídas pelo estado, ampliando a disponibilidade dos serviços, fortalecendo a continuidade operacional e proporcionando melhores condições para o desenvolvimento das atividades institucionais.

Essa evolução também produziu mudanças relevantes na forma de atuação da Subsecretaria de Gestão e Finanças. A adoção de metodologias próprias para diagnóstico predial, planejamento das intervenções e gestão dos ativos permitiu substituir uma lógica predominantemente reativa por um modelo preventivo, orientado por evidências e alinhado às prioridades institucionais.

Com isso, a subsecretaria consolidou seu papel como coordenadora da infraestrutura física e tecnológica da Secretaria, promovendo maior integração entre patrimônio, logística, engenharia e tecnologia da informação e permitindo que as áreas finalísticas concentrassem seus esforços na execução de suas competências essenciais.

Qualificação na Cidade Administrativa

Enquanto a Subsecretaria de Gestão e Finanças concentrou esforços na recuperação da infraestrutura física e tecnológica das unidades distribuídas pelo estado, a Intendência da Cidade Administrativa desenvolveu uma agenda complementar voltada à qualificação dos ambientes compartilhados do complexo administrativo.

Nesse contexto, foi estruturado um conjunto integrado de iniciativas voltadas à modernização tecnológica, à melhoria dos ambientes de convivência, à qualificação dos espaços colaborativos, ao fortalecimento da acessibilidade, ao aumento da eficiência energética e à incorporação de soluções inovadoras para gestão da infraestrutura compartilhada.

Um dos principais eixos dessa agenda concentrou-se no fortalecimento da conectividade e da infraestrutura tecnológica compartilhada. A implantação da rede Wi-Fi em frequência de 5 GHz promoveu melhorias significativas na velocidade, estabilidade e capacidade das conexões disponíveis aos usuários da Cidade Administrativa, mediante reorganização dos pontos de acesso e otimização da distribuição dos canais de comunicação.

Essa modernização criou condições para utilização mais eficiente de aplicações corporativas, plataformas colaborativas, videoconferências e demais ferramentas digitais que passaram a integrar de forma permanente a rotina de trabalho das equipes, fortalecendo a infraestrutura necessária à transformação digital da Administração Pública.

Outra intervenção essencial foi voltada para a melhoria da qualidade dos ambientes físicos e na incorporação de soluções voltadas à sustentabilidade. Nesse contexto, foi realizado o retrofit do sistema de iluminação em parte dos edifícios da Cidade Administrativa, com substituição de aproximadamente 12.466 luminárias fluorescentes por tecnologia LED, preservando a infraestrutura inteligente de gerenciamento baseada no protocolo DALI (Digital Addressable Lighting Interface), padrão internacional de comunicação digital criado exclusivamente para controlar e gerenciar sistemas de iluminação.

A intervenção reduziu significativamente a demanda energética das áreas contempladas, passando de aproximadamente 488,7 kW para 168,3 kW, promovendo economia de energia, melhoria das condições de iluminação e maior eficiência operacional. Além dos ganhos financeiros e ambientais, a iniciativa demonstrou que a modernização da infraestrutura pode ser conduzida mediante aproveitamento das estruturas existentes, conciliando inovação tecnológica, sustentabilidade e racionalização dos recursos públicos.

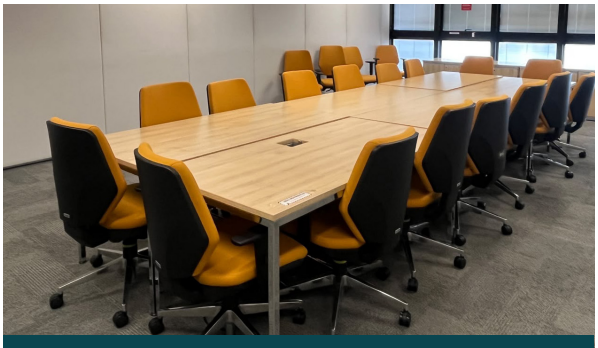
As melhorias também alcançaram os ambientes destinados ao convívio cotidiano dos servidores. As copas e refeitórios distribuídos pelos edifícios passaram por processo de modernização que incluiu substituição e instalação de armários, aquisição de 95 novos micro-ondas, manutenção dos equipamentos existentes, padronização da comunicação visual e definição de orientações para utilização e conservação desses espaços.

Embora de menor complexidade técnica, essas intervenções contribuíram para elevar a qualidade dos ambientes de apoio, estimular a utilização adequada das áreas compartilhadas e fortalecer uma cultura institucional de corresponsabilidade na preservação do patrimônio público.

Em complemento, os espaços destinados às atividades colaborativas foram amplamente reestruturados para acompanhar a evolução das formas de trabalho adotadas pela Administração Pública. As salas de reunião passaram por processo de modernização que contemplou substituição do mobiliário, ampliação da capacidade de atendimento, instalação de 2.756 novas cadeiras, incorporação de televisores inteligentes de alta definição, equipamentos para videoconferência e recursos compatíveis com reuniões presenciais, remotas e híbridas.

Além de qualificar os ambientes, a padronização do mobiliário solucionou problemas relacionados ao controle patrimonial e fortaleceu a utilização dos espaços de forma mais eficiente e integrada, favorecendo a colaboração entre equipes localizadas em diferentes unidades da Secretaria. Vale ressaltar que o Complexo tem 800 mil m² e 204.000 m² de área construída, sete prédios e cerca de 19,4 mil pessoas transitando, com fluxo médio de 9.025 pessoas por dia.

No campo da segurança da informação, a Intendência implantou um conjunto de medidas voltadas ao fortalecimento da proteção dos ambientes computacionais, incluindo ferramentas de prevenção e resposta a incidentes cibernéticos, implantação de solução para gestão segura de credenciais, capacitação técnica das equipes e criação do Grupo de Segurança da Informação, responsável por apoiar a governança e promover o aperfeiçoamento contínuo dos controles institucionais.



Novas cadeiras nas salas de reunião da Cidade Administrativa



Refeitório da Cidade Administrativa

Para garantir a segurança patrimonial, foram promovidas intervenções destinadas à modernização dos mecanismos de controle de acesso e vigilância da Cidade Administrativa, incluindo ampliação do sistema de monitoramento, instalação de portões basculantes no subsolo do Prédio Alterosas e implantação de sistema de reconhecimento facial integrado a 100 câmeras.

Além de elevar o padrão de proteção do complexo administrativo, essas ações reforçaram a continuidade operacional das atividades, sendo implementadas sem interrupção do funcionamento dos edifícios e demonstrando a importância da integração entre infraestrutura, tecnologia e gestão da segurança.

A qualificação da infraestrutura contemplou ainda melhorias significativas nas condições de circulação interna. A implantação de novos abrigos de embarque e desembarque e de caminhos cobertos entre os pontos de transporte coletivo e os edifícios Minas e Gerais substituiu estruturas provisórias existentes desde a inauguração da Cidade Administrativa, oferecendo maior proteção contra intempéries e melhores condições de acessibilidade.

Desenvolvido pelo Escritório Oscar Niemeyer, responsável pelo projeto arquitetônico original do complexo, o projeto conciliou funcionalidade, preservação da identidade arquitetônica e valorização do patrimônio público, tornando-se uma referência para futuras intervenções na infraestrutura do complexo.

As ações de mobilidade foram complementadas pela ampliação do serviço de transporte fretado, com implantação de uma nova linha ligando a região da Pampulha à Cidade Administrativa, somando-se ao trajeto já existente entre a Estação Vilarinho e o complexo. A medida ampliou as alternativas de deslocamento para servidores, estagiários e prestadores de serviços, favorecendo maior regularidade nos deslocamentos, reduzindo a utilização de veículos particulares e contribuindo para a diminuição das emissões de poluentes.



Nova frota de ônibus da Cidade Administrativa



Caminhos e abrigos instalados na Cidade Administrativa

Com atendimento aproximado de cinco mil passageiros por dia, o serviço consolidou-se como importante componente da infraestrutura logística da Cidade Administrativa e reforçou o compromisso da Secretaria com soluções de mobilidade mais sustentáveis.

Em conjunto, essas iniciativas demonstram que a modernização da infraestrutura institucional ultrapassou a execução de obras e aquisições de equipamentos, consolidando uma política permanente voltada ao fortalecimento da segurança, da acessibilidade, da mobilidade e da qualidade dos ambientes compartilhados.

Ao longo do período, a atuação integrada entre a Subsecretaria de Gestão e Finanças e a Intendência da Cidade Administrativa (ICA) permitiu estruturar uma agenda permanente de modernização, orientada por planejamento, critérios técnicos e visão de longo prazo, substituindo uma lógica historicamente baseada em intervenções corretivas e respostas pontuais às demandas operacionais. Essa transformação fortaleceu a infraestrutura como um ativo estratégico para a execução das atividades institucionais e para o fortalecimento da capacidade organizacional da Seplag-MG.

Os desafios para os próximos ciclos concentram-se na continuidade dessa agenda de modernização. A diversidade das unidades distribuídas pelo território mineiro, a necessidade de manter atualizados os ativos tecnológicos, a implementação das adaptações previstas no Projeto Executivo de Acessibilidade Universal, a preservação das melhorias realizadas na Cidade Administrativa e a crescente demanda por soluções digitais exigirão a manutenção de investimentos e o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento e monitoramento da infraestrutura institucional.

A consolidação das metodologias desenvolvidas ao longo deste período também permitirá ampliar sua aplicação para outras áreas da Secretaria e servir de referência para órgãos que enfrentam desafios semelhantes na gestão de seus ativos físicos e tecnológicos.


ESTADO DE MINAS GERAIS